



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

OZÉAS DE OLIVEIRA

**AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA EM MATO
GROSSO NOS ANOS DE 1930 A 1945: O TRIPÉ FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

Rondonópolis – MT
2013

OZÉAS DE OLIVEIRA

**AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA EM MATO
GROSSO NOS ANOS DE 1930 A 1945: O TRIPE FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Rondonópolis, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Linguagens, Cultura e Construção do Conhecimento.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Raquel Gonçalves Salgado

Rondonópolis – MT
2013

O48r

Oliveira, Ozéas.

As Representações da infância na mídia impressa em Mato Grosso nos anos de 1930 a 1945 : o tripé família, educação e saúde / Ozéas Oliveira. – Rondonópolis, MT : UFMT, 2013. 159 f.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Rondonópolis, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof^a Dr^a Raquel Gonçalves Salgado.

1. Educação-infância. 2. História da infância . 3. Representações – infância. 4. Infância – Mato Grosso. I. Salgado, Raquel Gonçalves, orient. II. Título.

CDU 37(94)-053



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-RONDONÓPOLIS

Rod. Rondonópolis.-Guiratinga, km 06 MT-270 - Campus Universitário de Rondonópolis - Cep: 78735-901 -
RONDONÓPOLIS/MT

Tel : (66) 3410-4035 - Email : ppgedu@ufmt.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: "AS REPRESENTAÇÕES DA INFÂNCIA NA MÍDIA IMPRESSA EM MATO GROSSO NOS ANOS DE 1930 A 1945: O TRIPÉ FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE"

AUTOR: Mestrando Ozéas de Oliveira

Dissertação defendida e aprovada em 15/03/2013.

Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca /Doutor(a) Raquel Gonçalves Salgado
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno: Doutor(a) Cancionila Janzkovski Cardoso
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo: Pós-Doutor(a) MAGDA CARMELITA SARAT OLIVEIRA
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Examinador Suplente:: Doutor(a) Carmem Lúcia Sussel Mariano
Instituição : UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 18/03/2013.

RESUMO

A infância brasileira é campo privilegiado de intervenção social na primeira metade do século XX, momento em que se constituem políticas públicas voltadas para o seu atendimento. Esta pesquisa tem como foco as representações da infância em jornais e revista, que circularam em Mato Grosso, nos anos de 1930 a 1945, com o objetivo de compreender como determinadas concepções de infância passam a ser norteadoras de políticas públicas voltadas à criança e ao seu atendimento. Trata-se de, no contexto do Estado de Mato Grosso, analisar como a infância é tomada pelas ações políticas, como campo de intervenções sociais, de modo que fenômenos relativos à população infantil passam a ser categorizados, mensurados e prescritos ao fazer desse tempo de vida alvo de tecnologias de poder. Como fundamentação teórica, temos as contribuições de Michel Foucault, Philippe Ariès, Roger Chartier e Norbert Elias, cujas ferramentas analíticas mais importantes para esta pesquisa são, respectivamente: o conceito de sociedade disciplinar e biopoder; a infância como construção histórica e cultural; o conceito de representação e o de processo civilizador. Trata-se, portanto, de uma pesquisa histórica, fundamentada na história cultural, que tem como fontes os jornais que circularam entre os anos de 1930 e 1945, como “O Estado de Mato Grosso”, “A Cruz”, e a revista cuiabana de variedades “A Violeta”, periódico este que teve significativa circulação em Mato Grosso e foi produzido pelo Grêmio Literário Feminino “Júlia Lopes de Almeida”, instituição de grande importância na vida literária e intelectual da capital e do Estado. Temos observado como as representações de infância são atravessadas por uma forte preocupação com o futuro da nação e seu desenvolvimento, que, por sua vez, se materializa nas políticas de assistência e de educação das crianças, atreladas a uma política nacional mais ampla em consonância com os ideais e aspirações do Governo Vargas, como a construção do “novo homem brasileiro”, o desenvolvimento da nação e o fortalecimento do Estado.

Palavras-chave: Infância. História. Representações. Mato Grosso.

ABSTRACT

The Brazilian infancy is a privileged area of social intervention in the first half of the 20th century, moment in which public policies are formed to provide service for it. This research focuses on the infancy representations in newspapers and in magazines, that were in circulation in Mato Grosso, from 1930 to 1945, with the objective of understanding how determining conceptions of infancy become leading of public policies focusing on the child and its service. This is, in the context of the state of Mato Grosso, to analyze how the infancy is taken over by the policy actions, as the social intervention area, in a way that phenomenons relative to the infant population become categorized, measured and prescribed by making this time of life a target for power technologies. For theoretical foundation, we have contributions of Michel Foucault, Phillippe Ariès, Roger Chartier e Norbert Elias, whose most important analytic tools for this research are, respectively: the infancy as historic and cultural construction, the concept of representation and of civilized process. This is, therefore, a historic research, based on the cultural history, that has as sources the newspapers that were in circulation between the years of 1930 and 1945, like “O Estado de Mato Grosso” (The State of Mato Grosso), “A Cruz” (The Cross), and the diverse magazine from the city of Cuiabá “A Violeta” (The Violet), the newspaper that had significant circulation in Mato Grosso and was a product of the Grêmio Literário Feminino “Júlia Lopes de Almeida”, institution of great importance in the literacy and intellectual life of the capital and the state. We have observed how the infancy representations are crossed over by a strong concern with the future of the nation and its development, that, on the other hand, is materialized in the policies of assistance and of education for children, related to a national policy plentiful in agreement with the ideals and aspirations of, the Vargas Government, as a construction of the “new Brazilian man”, the development of the nation and the strengthening of the state.

Key words: Infancy. History. Representations. Mato Grosso.

O Senhor é a força da minha vida. (Sl: 27.1)

Dedico à minha mãe, Maria Francisca de Oliveira, e ao meu pai, José de Oliveira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Doutora Raquel Gonçalves Salgado, que diante de sua paixão pela infância aceitou e acreditou no tema proposto. Sou grato por ter compartilhado comigo um pouco do muito que sabe. Assim, a tentativa de acerto devo a ela e os limites e erros são exclusivamente de minha responsabilidade. Foram dias maravilhosos passados sob sua orientação. A você todo meu carinho.

Aos membros da banca de Exame de Qualificação, pelas valiosas sugestões. À Professora Doutora Cancionila Janzkovski Cardoso, pelas dicas e compreensão nos momentos angustiantes que são próprios de uma pesquisa.

À Professora Doutora Magda Sarat, por ter aceito o convite de participação nesta banca. Sua contribuição trouxe novos aprendizados.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Educação, em especial aos Professores Doutores Leonardo Lemos de Souza e Ademar de Lima Carvalho.

À Amanda Jacinto Mendes. Muitos foram os momentos em que estivemos juntos, muitas foram as experiências vividas e sentidas.

À Anabel Beatriz de Col, pela paciência com que me orientava na secretaria do Programa de Mestrado em Educação.

À SEDUC, que me liberou das atividades docentes no período do mestrado e, sobretudo, ao apoio recebido por Márcia Aparecida Campos Furtado. Aos professores da Escola Estadual “Treze de Maio”, em especial ao professor Douglas Orlato.

Ao Arquivo Público do Estado de Mato Grosso.

Ao Klébis Marciano, grande amigo.

À minha família, pelo amor e carinho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dona Maria Arruda Müller	96
Figura 2 – Ação filantrópica	97
Figura 3 – Anúncio de medicamento	106
Figura 4 – Poema “Orphãos”	110
Figura 5 – Criança e anúncio de medicamento	120
Figura 6 – Eugenia e Robustez	129
Figura 7 – Semana da Criança de 1944	135
Figura 8 – Anúncio de creme dental	136
Figura 9 – A responsabilidade da mãe diante da saúde da criança	145

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.2	O processo teórico-metodológico.....	15
1.3	Os conceitos norteadores.....	17
PARTE 1	FRAGMENTOS DA INFÂNCIA.....	24
2	FRAGMENTOS DA INFÂNCIA: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA.....	25
2.1	A “descoberta” da infância e suas representações.....	25
2.2	Das representações ao atendimento.....	29
2.3	Cenas da infância no Brasil Colônia e Império: usos, cotidiano e atendimento.....	38
2.3.1	<i>Cena I: Dos usos e estratégias.....</i>	39
2.3.2	<i>Cena II: Do cotidiano, entre o cuidar, brincar e aprender.....</i>	45
2.3.3	<i>Cena III: Do ato de abandonar à prática de atender.....</i>	49
2.4	A infância da ordem e progresso: discursos da assistência.....	51
2.4.1	<i>A infância pobre e judicializada: entre a carência e a assistência.....</i>	54
2.4.2	<i>A infância no discurso médico: descrevendo os cuidados.....</i>	59
PARTE 2	INFÂNCIA E MODERNIDADE.....	62
3	A POPULAÇÃO INFANTIL FACE AO BIPODER.....	63
3.1	(Des) naturalizando o objeto: a infância como invenção moderna.....	63
3.2	Civilizando os costumes, polindo os modos: a infância no processo civilizador.....	68
3.3	Gerenciando condutas e gerindo a vida: das práticas do biopoder.....	79
3.4	O imaginário moderno no Brasil: articulando interesses e instituindo a assistência.....	89
PARTE 3	EDUCAR, SANEAR E POVOAR.....	94
4	A INFÂNCIA COMO PROJETO DA NAÇÃO.....	95
4.1	Infância como alvo das políticas de governo.....	95
4.2	A educação da criança mato-grossense nas páginas dos jornais.....	98

4.3	A saúde da criança na imprensa mato-grossense: modelando o homem e aperfeiçoando a raça.....	118
4.3.1	<i>Os laços de uma tríade: saúde, educação e eugenia.....</i>	120
4.3.2	<i>Um “novo homem” em gestação: a Semana da Criança e seus significados.....</i>	123
4.3.2.1	A semana de 1942.....	124
4.3.2.2	A semana de 1943.....	130
4.3.2.3	A semana de 1944.....	133
4.4	Infância e Família.....	138
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
	REFERÊNCIAS.....	152

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que ora apresento é o resultado de uma investigação que teve como foco analisar historicamente representações da infância em Mato Grosso, presentes nos discursos que circularam na mídia impressa local durante os anos de 1930 a 1945 e que, por sua vez, influenciaram a implantação de políticas públicas voltadas à educação e ao atendimento de crianças.

O desenvolvimento desta pesquisa foi suscitado pela possibilidade de aprofundar questões que foram levantadas na monografia de Especialização em Educação Infantil, intitulada “Cuidar e educar a infância em Mato Grosso nas décadas de 30 e 40: raça, progresso e nação”. A partir desse estudo, optei, neste momento do curso de mestrado em Educação, por me aprofundar no tema: a infância numa perspectiva histórica. Assim, pretendo, nesta oportunidade, preencher algumas lacunas, espaços deixados na monografia, ampliando discussões em torno de pontos que esta não abordou, como, por exemplo, o aprofundamento das análises sobre as representações de infância vigentes no contexto mato-grossense à época estudada.

Meu interesse pela história da Infância e de sua educação teve início com minha especialização em Educação Infantil. Foi a partir desse momento que fui levado a mapear através dos jornais antigos do estado de Mato Grosso (décadas 1930 e 1940) discursos que atravessavam a infância desse período. Tomar a infância como objeto de pesquisa na mídia impressa desde minha especialização também teve uma trajetória histórica que desejo narrar brevemente nesta introdução, por considerá-la importante na apresentação do tema.

Para cumprir um dos créditos do curso, a monografia, fui à busca de uma problemática de pesquisa. Um dos motivos que me levou à escolha do tema em pauta, como um assunto a ser pesquisado, está relacionado a uma leitura que fiz ainda durante minha graduação em História, do livro “A Pesquisa em História” (VIEIRA, 1998), o que me levou às seguintes considerações acerca da pesquisa que iria realizar: seria uma história da infância e, mais particularmente, a história da infância em Mato Grosso. Delineei este tema de estudo movido pelas inquietações que o curso em Educação Infantil gerava naquele momento, pois sempre que se falava em História da Infância destacava-se a infância em São Paulo e no Rio de Janeiro. Inquieto com isso, percebi, então, que minha pesquisa poderia ser uma contribuição acerca da trajetória da infância em Mato Grosso. Desse modo, estava de acordo com Vieira (1998) quando ela se refere às escolhas de temas voltados para as inquietações geradas no

próprio curso como importantes para responder questões que nos são colocadas pelo social: “Nesse caso, o que direciona seu trabalho é uma problemática e não o preenchimento de lacunas.” (VIEIRA, 1998, p. 33). A partir de então, meu desafio era rastrear e capturar um pouco da história da infância neste estado.

Com o tema em mente, meu desafio era encontrar uma problemática de pesquisa que estivesse ligada à história da infância em Mato Grosso, dando início assim à fabricação de uma história, como bem diz Certeau (1982), acerca da infância. Pesquisei em livros de história, na vontade de encontrar alguma referência, pistas acerca da infância em Mato Grosso. Nessa ocasião me deparei com uma informação em um livro de história¹, digna apenas de nota. Nele, havia um relato breve sobre a criação, durante o Estado Novo, tendo à frente do governo de Mato Grosso Júlio Strubing Müller (1937/1945), da Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Cuiabá, sociedade que tinha dado início à construção da Maternidade da cidade, com a ajuda do Governo do Estado, a qual, após as ampliações que recebeu, transformou-se no Hospital Geral e Maternidade. Também a mesma sociedade iniciou a construção do “Abrigo Bom Jesus”, destinado ao recolhimento das crianças desamparadas, que recebeu o apoio, para sua construção, da Legião Brasileira de Assistência. A par dessas informações, comecei a vislumbrar a possibilidade de pesquisar o “Abrigo Bom Jesus”, instituição criada para atender crianças desamparadas, formulando, assim, uma problemática a partir das leituras que havia feito de autores dedicados a analisar o funcionamento desse tipo de instituição.

Certo daquilo que almejava em relação à pesquisa, o estudo de uma instituição de atendimento à infância em condição de abandono, continuei a desenvolver o projeto e a busca de pressupostos teóricos que pudessem dar aporte seguro à pesquisa. Feito isso, dirigi-me à cidade de Cuiabá, onde iria pesquisar documentações no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Durante minha estadia nessa capital, em 2010, deparei-me com questões surpreendentes para a proposta de pesquisa que havia elaborado. Com intenção de encontrar documentos que dissessem algo sobre o “Abrigo Bom Jesus”, comecei a excitante aventura de abrir caixas repletas de documentos, como jornais, mensagens governamentais, decretos, portarias e ofícios. Para minha surpresa, quase não encontrei documentos que fizessem referências ao abrigo em questão, salvo algumas notas em jornais da época. Sem êxito na empreitada de rastrear documentos sobre o “Abrigo”, percebi que, nessa tarefa, havia

¹ PÓVOAS, Lenine Campos. **História Geral de Mato Grosso**: v 1 e 2. Cuiabá: [s.n.], 1996.

encontrado um conjunto significativo de textos de jornais que versavam sobre a infância, principalmente no que dizia respeito à sua saúde.

Por esse motivo, a impossibilidade de encontrar documentos que faziam referência à instituição, o projeto de pesquisa deu uma guinada, voltando-se à infância e à institucionalização dos saberes médico-higienistas sobre sua saúde. O resultado desse trabalho pode ser consultado na monografia de especialização, já citada nesta introdução.

Rememorar a trajetória da escolha de um tema, a infância, ajuda-me a situar o leitor e a mim mesmo na apresentação desta pesquisa sobre a história da infância e de sua educação no tripé família, educação e saúde.

Para continuar minha pesquisa com a história da infância em Mato Grosso por meio da mídia impressa, concordo com Gouvêa (2009) ao afirmar que a produção historiográfica sobre a infância, por um lado, vem experimentando nos últimos anos significativa ampliação, expressa tanto no aumento do número de artigos publicados, quanto na constituição de grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros. Por outro lado, aqui em Mato Grosso, mesmo considerando Sá (2007), que trata das representações da escolarização da infância em Mato Grosso e Crudo (2005), que investiga infância, trabalho e educação no Arsenal de Guerra de Mato Grosso, ainda há poucas pesquisas que têm como mote a história da infância na região, o que torna relevante uma investigação que analisa historicamente as representações da infância em Mato Grosso, presentes nos discursos que circulam na mídia impressa local durante os anos de 1930 a 1945 e que, por sua vez, influenciam a implantação de políticas públicas voltadas à educação e ao atendimento de crianças.

Por outro lado, esta pesquisa tem como propósito expor algumas reflexões em relação à história da infância e de sua educação, estando, desse modo, de acordo com o posicionamento de Kuhlmann Jr. (2011), ao afirmar que a historiografia da educação tem buscado ultrapassar os limites de uma tradição que toma sempre ou exclusivamente o interior do âmbito educacional e escolar. Nesse sentido, o autor declara que a educação não é apenas realização, constituição de uma peça de cenário, subordinada a uma determinada contextualização política ou socioeconômica, mas elementos constitutivos da história da produção e reprodução da vida social. Desta forma, a história da infância assume uma dimensão significativa nessa perspectiva de ampliação de horizontes.

O objetivo geral da pesquisa é, portanto, analisar o percurso histórico das representações da infância em Mato Grosso, presentes nos discursos que circularam na mídia impressa local durante os anos de 1930 a 1945. Mais especificamente, identificar e analisar as

representações acerca da infância, em especial, no que diz respeito às concepções de infância da época; entender como esse tempo de vida constitui-se como problemática nesse período histórico; analisar a relação entre infância, poder e discurso; e, por fim, compreender como as representações sobre a infância presentes nos discursos que circularam na imprensa local da época se materializam em práticas de cuidados, de educação e de atendimento à infância nesse período.

1.2 O processo teórico-metodológico

Este trabalho, portanto, é o resultado de uma pesquisa histórica com base em análise documental. Destacam-se como fontes os jornais que circularam entre os anos de 1930 a 1945, o jornal “A Cruz”, ligado à igreja Católica, “O Estado de Mato Grosso” e a revista “A Violeta”, periódico este que teve significativa circulação em Mato Grosso e foi produzido pelo Grêmio Literário Feminino “Júlia Lopes de Almeida”, instituição de grande importância na vida literária e intelectual da capital e do Estado.

Os textos jornalísticos (compostos por imagens, artigos, poemas e discursos) que acumulei durante minha pesquisa na especialização e outros que consultei para esta pesquisa no Arquivo Público do estado de Mato Grosso e na Casa Barão de Melgaço, formam a materialidade das fontes aqui analisadas. É a partir deles que investigo representações e discursos históricos acerca da infância. Assim, passo a discorrer sobre a materialidade e a análise das fontes impressas, ou seja, os pressupostos teóricos e metodológicos trabalhados nesta pesquisa.

Ao optar por compreender a história da infância e de sua educação, num determinado recorte temporal, reconheço, assim como Campos (2009) ao estudar os jornais das primeiras décadas do século XX, a sua força ou como acrescento sua condição: “persuasiva e formadora não só de opinião, mas de representações coletivas, aspirações e crenças das páginas impressas.” (CAMPOS, 2009, p. 18). Tomar os jornais nessa condição também é reconhecer: “que todo texto, impresso em jornal ou não, é, em si, coercitivo, educativo, pois objetiva convencer de alguma maneira seu leitor.” (CAMPOS, 2009, p.18). Desse modo, foi na leitura das linhas, dos parágrafos de cada texto que procurei compreender o jogo coercitivo, educativo e formador dos discursos sobre a infância em Mato Grosso. Isso por que: “A palavra jornalística, longe de ser neutra, como todos sabemos, também era dada a repisar, a

orientar o sujeito visto como suporte de formação de idéias e ideais.” (CAMPOS, 2009, p. 19).

Ter os jornais mato-grossenses como fonte de pesquisa histórica sobre a infância e sua educação também é compreendê-los em suas diversas tramas, pois os jornais são tidos:

como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo “[...] como importante estratégia educativa.” (FARIA FILHO, 2002, p.134).

Ao ter em mãos um conjunto significativo de jornais e textos jornalísticos que compreendiam os anos de 1920 a 1940 e que tratavam da infância sob diversos aspectos, como o da criminalidade, saúde, família, educação, infância desamparada, entre outros, comecei a delimitar as temáticas e os jornais tratados nesta pesquisa. Assim, considerando a grande circulação que tiveram na sociedade mato-grossense o jornal “A Cruz”, de orientação católica, a revista feminina “A Violeta” e o jornal “O Estado de Mato Grosso”, optei em trabalhar com eles. Ao verificar os jornais, comecei a constatar que a infância é foco de discussões importantes, como a questão do seu lugar e sua relação com a família, a saúde e a educação, tomei, então, a decisão de analisá-los a partir do tripé família, educação e saúde. Fui separando os artigos que, de algum modo, traziam a questão família, saúde e educação, um dos assuntos mais recorrentes nos jornais da época. Nesta pesquisa, analisei 7 artigos do jornal católico “A Cruz”, 20 do jornal “O Estado de Mato Grosso” e 4 da revista “A Violeta”. É a partir desses artigos que construo a presente dissertação.

Quanto ao recorte temporal – 1930 a 1945 –, foi privilegiado o estudo dos jornais publicados nessas décadas devido a alguns fatos que marcaram esses anos, como o aparecimento, em nível local, de uma série de preocupações em relação à infância descritas em jornais impressos, pela inauguração, à época, do “Abrigo Bom Jesus” para crianças desamparadas. No que se refere à dimensão nacional, nota-se presente nos discursos políticos da então conhecida Era Vargas a questão da infância como um problema ligado ao desenvolvimento nacional. Dentro do recorte temporal desta pesquisa, 1930 a 1945, está presente o Estado Novo (1937-1945) período da política de Vargas que, com o apoio de militares e industriais, passou a governar por decretos-lei. A ideologia do Estado Novo enfatizava, principalmente, a ideia de construção da nação e da nacionalidade brasileira sob a tutela do Estado. Esse período se destaca, também, pelo controle que Vargas operou sobre a imprensa por meio do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Além de fazer circular

nos meio de comunicação a ideologia do Estado Novo, o DIP foi responsável pela censura de jornais, revistas, livros, rádios, cinema.

O campo historiográfico no qual se inscreve esta investigação é o da história cultural, visto que a preocupação central é com as concepções voltadas à infância. Nesse sentido, para Burke (2005, p. 10), “o terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações.” As noções privilegiadas pelo modelo de história cultural defendida por Chartier (2002) são imprescindíveis nas análises a serem desenvolvidas. Segundo o autor, a história cultural:

tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. (CHARTIER, 2002, p. 17).

A realidade social construída, que aqui se pretende investigar, são as representações e as práticas relacionadas à infância em Mato Grosso. Dessa forma, é fundamental, para entender essa realidade social, o conceito de representação forjado por Chartier.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Entende-se, assim, que as representações e as práticas sociais são produzidas a partir de lugares, da posição social que cada indivíduo ou grupo ocupa na sociedade em dado período. Assim, concepções em relação à infância também podem ser analisadas como resultados de percepções do social que não são, de forma alguma, neutras, e que, portanto, produzem estratégias, resistências e práticas sociais, políticas “que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

1.3 Os conceitos norteadores

No diálogo teórico deste estudo, conta-se com as contribuições de autores, como Michel Foucault (1979; 1999), Philippe Ariès (1981), Roger Chartier (2000) e Norbert Elias

(2011), dos quais tomamos como ferramentas analíticas valiosas, respectivamente, os conceitos de sociedade disciplinar e biopoder; construção histórica e cultural da infância; representação; e processo civilizador.

Ao recorrermos ao conceito de representação, categoria central na História Cultural, para apreender o sistema de representações contidos nos jornais, por entender que estes reúnem crenças, anseios, aspirações, projetos e costumes de um determinado grupo social, internalizados num sistema de representação (CAMPOS, 2009), assinalamos, também, a consideração de Pesavento (2008, p. 39), para quem as representações forjadas sobre o mundo não as colocam apenas no lugar deste mundo como também: “fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais [...]. Indivíduos e grupos dão sentidos ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade.”

A noção de infância, nesta pesquisa, é uma construção sociocultural e não uma categoria biológica. Por outro lado, a criança tem um caráter biológico, e, conforme a cultura, tem um “recorte” cronológico² que marca essa etapa da vida dos homens, fortemente marcada por ser uma época de aprendizado de uma certa cultura.

Importante também para a abordagem do tema em questão é o trabalho de Philippe Ariès (1981) sobre o processo de constituição histórica dos costumes, das ideias, das práticas sociais e das imagens sobre a infância, desde a cultura medieval até a modernidade, sobretudo no contexto de países como França e Inglaterra. Enfocando a infância como construção histórica e social, Ariès afirma que:

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. (ARIÈS, 1981, p. 156).

Discutir a construção do conceito de infância como categoria histórica que possui vários significados, os quais dependem das relações sociais, econômicas, políticas, culturais, entre outras, é o interesse desta pesquisa. Nesse sentido, não se adota aqui uma concepção abstrata de infância, esta que analisa a criança a partir de uma suposta “natureza infantil”, distanciando-a de suas condições objetivas de vida, como se estas fossem desvinculadas das

² O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) é a lei que regulamenta o tempo cronológico da infância no Brasil. Esse tempo corresponde de 0 a 12 anos incompletos.

relações de produção existentes na realidade. Busca-se, portanto, entender aqui a infância em relação ao contexto social e cultural no qual está inserida. Reconhecemos a contribuição fundamental de Ariès, sendo essencial para esta discussão a relação que o historiador estabelece entre o que denomina como sentimento de infância e a modernidade.

Os avanços nas pesquisas trouxeram à tona outras possibilidades de entender a infância na sociedade. Desse modo, passaram a circular nos discursos representações que iam além da proposta por Ariès, de que o sentimento da infância teria surgido apenas na modernidade. Estudos apresentados por Moysés Kuhlmann Jr. (2011), Paul Veyne (1989) e Jacques Gélis (1991) indicam a presença de uma preocupação com as crianças em períodos anteriores à modernidade, como por exemplo, na Idade Média. Kuhlmann Jr (2011) aponta que a construção da infância em Ariès é uma percepção generalizante e linear, pois seu estudo utiliza fontes de famílias abastadas, afirmando que o sentimento de infância desenvolveu-se no interior das classes altas, da nobreza ou da burguesia, estendendo-se depois às classes populares. Por conseguinte, ficaram às margens as fontes históricas das classes populares, com poucos registros de sua infância, isso devido à precariedade de suas condições econômicas. (KUHLMANN JR., 2011, p. 23).

Jacques Gélis (1990), ao narrar o lugar que a criança tivera durante a Idade Média, como parte da vida comunitária e de um grande corpo coletivo, ressalta a importância das relações familiares estabelecidas com a criança, pois nesses espaços sociais esta compartilhava tudo, já que “nesse imaginário da vida e do corpo, a criança era considerada um rebento do tronco comunitário, uma parte do grande corpo coletivo [...], pertencia à linhagem tanto quanto aos pais.” (GÉLIS, 1990, p. 313).

Perante essa observação, a presença da criança no seio familiar era muito significativa, ela marca a sucessão parental e, ao ser reconhecida como pública, fica clara a preocupação que a família tinha em garantir a sobrevivência da criança e com sua educação, influenciada pelos familiares ou vizinhos. A infância era uma época de aprendizagem comunitária. A partir dessas observações, Gélis chega à conclusão de que:

É difícil acreditar que a um período de indiferença com relação à criança teria sucedido outro durante o qual, com a ajuda do “progresso” e da “civilização”, teria prevalecido o interesse... O interesse ou a indiferença com relação à criança não são realmente a característica desse ou daquele período da história. As duas atitudes coexistiram no seio de uma mesma sociedade, uma prevalecendo sobre a outra em determinado momento por motivos culturais e sociais que nem sempre é fácil distinguir. A indiferença medieval pela criança é uma fábula; e no século XVI, como vimos, os pais já

se preocupavam com a saúde e a cura de seu filho. (GÉLIS, 1990, p. 328, grifo do autor).

Marcílio (2006), ao abordar a história social da criança abandonada em uma perspectiva histórica, procura apresentar a temática do abandono na paisagem europeia, desde a Antiguidade, na Grécia e Roma antigas, até a Idade Média, e afirma que o abandono de crianças é uma prática antiga e difundida por toda a Europa, sendo aceita pela sociedade, pelo Estado e até mesmo pela Igreja. Desse modo, a prática de abandono do bebê é um fenômeno de todos os tempos, pelo menos no Ocidente, restando-nos saber quais foram os motivos, as circunstâncias, as causas, as intensidades e as atitudes em face desse fenômeno nas diversas temporalidades e espacialidades que atravessam a história do homem ocidental.

Em se tratando, especificamente, dos discursos sobre os cuidados e as preocupações sociais com o desenvolvimento sadio e a normalidade da infância, tomamos como referência os estudos de Foucault sobre as relações de poder. Para Foucault (1999), o poder é um mecanismo que funciona em cadeia, não tem lugar fixo nem se concentra nas mãos de uma pessoa ou grupo. Desvia os olhos da relação jurídica entre Estado e o cidadão para lançar seu olhar microscópico sobre as múltiplas relações presentes nas instituições sociais, nas quais se constitui o indivíduo disciplinado e normalizado. Para Foucault, “temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade.” (FOUCAULT, 1999, p. 161, grifos do autor). Os micro-poderes disciplinares, por sua vez, exercem seus efeitos positivos e discretos sobre os corpos dos indivíduos, como forma de transformá-los em corpos dóceis e úteis.

Para discutir o modo pelo qual as relações de poder circulam e se manifestam nas instituições voltadas para o atendimento à infância, trago o conceito de sociedade disciplinar de Foucault (1999), a fim de compreender técnicas disciplinares que visam à constituição de corpos dóceis, úteis, ajustáveis e normatizados ao corpo social, ou seja, à produção de sujeitos disciplinados em seus gestos, comportamentos e discursos. Além das técnicas disciplinares, Foucault ressalta mecanismos de gerenciamento da vida por meio de estratégias biopolíticas.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, Foucault (2005) chama a atenção para a emergência de novos mecanismos de poder que se ocupavam do controle das populações, por meio da gestão da vida biológica (estratégias biopolíticas) e de controle dos corpos individuais (técnicas disciplinares). Desse modo, a biopolítica age no gerenciamento das questões ligadas à vida, como o nascimento, a morte, a doença, alvos que busca atingir.

Assim, destaca Foucault (2005), o saber e o campo de intervenção da biopolítica advêm da natalidade, da morbidade e das incapacidades biológicas.

Para entender como o sujeito infantil moderno foi constituído na história do Ocidente, a partir do momento de ultrapassagem de determinados códigos, no momento de instauração da diferença, que ocorreu na passagem da Idade Média para a Modernidade, recorro a Norbert Elias (2011), que discorre sobre o processo civilizador ocidental, mostrando o caráter histórico do termo civilização. Elias define sua investigação histórica como a história da “civilização dos costumes” na Europa Ocidental, que permite esclarecer certos aspectos do processo civilizatório, bem como a abertura de caminhos à compreensão do processo psíquico civilizador. A grande contribuição do trabalho de Elias é, sem dúvida alguma, mostrar o desenvolvimento dos modos de condutas humanos e, principalmente, fazer com que entendamos a ideia de que não existe atitude natural nos homens e, como consequência disso todos os nossos comportamentos são fruto de aprendizagem. Elias (2011, p. 70), na direção da desnaturalização das atitudes humanas, aponta que a “civilização” não nos chega pronta e acabada, mas sim nos cabe questionar como se constitui e dela nos apropriarmos, compreendendo as mudanças de comportamento no processo social da civilização do homem.

Ao tomar a infância como fabricação/invenção da modernidade a partir do século XVI, no Ocidente, mostrando como esta se torna um objeto relevante da política e um dos pilares de sustentação da ordem social vigente nesse momento histórico, busco, a partir do pensamento do sociólogo alemão Norbert Elias (2011), traçar como se deu a construção do sujeito infantil moderno a partir do processo vivido no Ocidente como processo civilizador. As investigações de Elias (2011) abrem caminhos para a compreensão da formação dos indivíduos e como estes se apropriam dos bens simbólicos no espaço social, como os modos de se comportar constituem-se diante de inúmeras situações postas pela existência. Leão (2007) afirma que a civilidade, conceito-chave na documentação normativa utilizada por Elias, vai se tornando uma pedagogia do comportamento privado e público ao propor a aprendizagem das boas maneiras. A perspectiva de Elias (2011) nos coloca diante da nova versão do sujeito moderno ao retratar o quadro das “mudanças civilizadoras” que foi se desenvolvendo a partir da Renascença e formatou o sujeito moderno. Logo, Elias (2001) afirma que esse processo levou a uma maior individualização, um crescente controle das emoções e expansão da autoconsciência.

Elias sustenta que a civilização deve ser entendida como um processo contínuo e inacabado, sendo possível, deste modo, analisar as formações e transformações ocorridas nas

estruturas psicológicas dos indivíduos. A infância, nesse processo, torna-se o tempo de vida privilegiado para a implementação de práticas educativas e socializadoras voltadas para uma moldagem dos padrões de comportamento, no sentido de desenvolver uma sociedade civilizada:

[...] nada mais é do que o processo civilizador individual a que todos os jovens, como resultado de um processo civilizador social operante durante muitos séculos, são automaticamente submetidos desde a mais tenra infância, em maior ou menor grau e com mais ou menos sucesso. (ELIAS, 2011, p. 15).

Apesar de a infância não ser objeto de pesquisa de Elias, esta e a vida privada aparecem, em sua obra, como temas importantes, ao tratar das disposições morais de crianças e jovens.

Esta dissertação estrutura-se da seguinte forma: Parte 1 – “Fragmentos da infância: representações e práticas de proteção à infância”; Parte 2 – “Modernidade e infância: população infantil face ao biopoder” e Parte 3 – “Educar, sanear e povoar: a infância como projeto da nação”.

O capítulo primeiro refere-se à questão de ordem mais geral, relativa à história da infância e da sua assistência. Sob uma perspectiva histórica, analisamos o processo de construção de concepções em torno da criança pobre no Brasil e, a partir disso, as políticas de assistência e de proteção a esta destinadas e vigentes no período demarcado para esta pesquisa. Nesse sentido, focamos nossa análise na infância marginalizada na história, no intuito de compreender o movimento do abandono da infância na Europa e no Brasil, bem como as ações de proteção e assistência que a tomam como alvo. Fazemos um pequeno esboço das práticas de atenção às crianças, ao longo da história, descrevendo alguns modelos que predominaram nos últimos séculos, constituindo-se como grandes dispositivos de intervenção. Para refletir sobre a constituição desses dispositivos de assistências dirigidos às crianças e sua inserção no projeto filantrópico de assistência à infância pobre, dialogamos com Marcílio (2006), Kuhlmann Jr. (2011) e Del Priore (2010). Nessa pequena genealogia da assistência à infância, destacamos em Marcílio (2006) os seguintes modelos: caritativo, o da caridade pública, o filantrópico e, em Kuhlmann Jr. (2011), o da filantropia científica. Em Del Priore (2010), destacamos a história das crianças no Brasil colonial e imperial.

O segundo capítulo analisa o processo pelo qual a criança ganhou lugar na sociedade, tornando-se indivíduo e alvo de proteção, vigilância, cuidados com o corpo e educação. Também procura mostrar como, a partir da modernidade, a infância tornou-se um tempo de

vida no qual passam a ser investidos dispositivos de poder e de governo. Assim, percorremos algumas obras que se ocupam da infância e dos costumes para entendermos como esta foi inscrita na modernidade. Para tanto, os estudos de Bujes (2001) assumem grande importância para a compreensão de como o sujeito infantil moderno é constituído historicamente nas narrativas que se aplicam a falar sobre ele. No exame do processo civilizatório amplamente divulgado na modernidade e que veio atravessar ou constituir a infância e sua educação, temos Elias (2011) como um importante referencial teórico. Para examinar como o estado administrativo moderno passou a lidar com a questão da população, Foucault (2005) nos fornece as ferramentas necessárias para entendermos essa trama com o conceito de biopoder.

O terceiro e último capítulo refere-se especificamente à análise dos dados coletados a partir das fontes consultadas. Nele destacamos as representações, as expectativas em torno da criança sob o tripé família, educação e saúde. A partir dos enunciados que circularam nos jornais, foi possível perceber as diversas representações que atravessaram a infância em Mato Grosso.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir com a história da educação da criança em Mato Grosso e mostrar que, nesse processo, os jornais impressos tiveram um papel importante na constituição de sujeitos sociais.

PARTE 1
FRAGMENTOS DA INFÂNCIA

2 FRAGMENTOS DA INFÂNCIA: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA

Este capítulo refere-se à história da infância em suas representações e atendimento. Em uma retrospectiva histórica, procuramos compreender representações voltadas ao atendimento à criança pobre e desvalida, a partir de práticas de assistência e de proteção a ela dirigidas. Sendo assim, abordamos as práticas de abandono de crianças e os tipos de atendimentos a elas dirigidas na Europa e no Brasil.

2.2 A “descoberta” da infância e suas representações

A produção historiográfica ligada à questão da infância vem recebendo impulsos significativos no momento contemporâneo. Desde a década de 1960, afirma Kuhlmann Jr. (2011), trabalhos publicados na historiografia inglesa, francesa, norte-americana e italiana têm se dedicado ao tema. Ao longo do século XX, foram produzidas análises com enfoque nos comportamentos e mentalidades ligadas ao sentimento de infância, na perspectiva da História das Mentalidades, e, principalmente, investigações com abordagens no campo social, na perspectiva da História Social.

Ariès (1981) é considerado o precursor da história da infância, por ter levado ao seio da historiografia a questão da infância no Ocidente, mais especificamente a infância europeia, francesa e nobre. O historiador teve o mérito de inaugurar uma nova compreensão acerca da infância, situando-a como um acontecimento caracteristicamente moderno. Nesse sentido, sua obra é relevante para o estudo do tema em questão – a história da infância, em especial, o processo de constituição histórica dos costumes, das ideias, das práticas sociais e das imagens sobre a infância, desde a cultura medieval até a modernidade, sobretudo no contexto de países como a França e a Inglaterra.

Enfocando a infância como construção histórica e social, Ariès (1981) afirma que, na sociedade medieval, que toma como ponto de partida em seu estudo, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas, mas: “o sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto.” (ARIÈS, 1981, p. 156). Para Ariès, a sociedade

medieval ignorava a infância, ou seja, faltava um sentimento de infância, a consciência da particularidade infantil, percepções estas tão caras e presentes na modernidade.

Explicando a relação de desprezo constituída no medievo, o autor relata as altas taxas de mortalidade infantil como um fator que dificultava a formação de vínculos afetivos entre pais e filhos:

A passagem da criança pela família e pela sociedade era muito breve e muito insignificante para que tivesse tempo ou razão de forçar a memória e tocar a sensibilidade. [...] Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato. (ARIÈS, 1981, p. 10).

Ariès (1981) ainda aponta um sentimento superficial pela criança, denominado “paparicação”, direcionado a ela em seus primeiros anos de vida, enquanto era ainda uma coisinha engraçadinha e: “as pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico.” (ARIÈS, 1981, p. 10). A narrativa histórica sobre a infância descrita por Ariès (1981) revela que a “descoberta” da infância ocorre somente no período moderno, por meio da instituição escolar e da família burguesa.

Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. [...] A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges. (ARIÈS, 1981, p. 11-12).

A partir das questões pertinentes no campo da infância postas por Ariès os avanços nas pesquisas trazem à tona outras possibilidades de compreender a infância na sociedade. Em vista disso, passam a circular nos discursos sobre a infância representações que vão além da proposta por Ariès, de que o sentimento da infância teria surgido apenas na modernidade. Estudos apresentados por Paul Veyne (1989), Jacques Gélis (1991) e Kuhlmann Jr. (2011) indicam a presença de uma preocupação com as crianças em períodos anteriores à modernidade, como por exemplo, na Roma Antiga e na Idade Média.

Paul Veyne (1989), em sua análise sobre a criança na antiga sociedade romana, afirma que, se no século XIX as crianças foram vestidas como marinheiros, por sua vez, estas, na Roma Antiga, tinham a alma decorada pela aprendizagem de frases em latim, visto que, nessa sociedade, o ensino voltava-se para a retórica. Desse modo, segundo Veyne: “a infância é um

período que se disfarça para embelezar e fazê-la encarnar uma visão ideal da humanidade.” (VEYNE, 1989, p. 34). O autor demonstra, assim, o mundo simbólico e representativo que envolvia a infância na Roma Antiga.

Jacques Gélis (1991), ao narrar o lugar que a criança tivera durante a Idade Média, descreve-a como parte da vida comunitária e de um grande corpo coletivo. Nas análises do historiador, nota-se que a presença da criança no seio familiar, durante a Idade Média, era muito significativa, pois marcava a sucessão parental. Por conseguinte, estava instituída entre as famílias a preocupação de garantir a sobrevivência dessa criança. Como parte da vida comunitária, a aprendizagem ocorria tanto nas relações familiares quanto com os vizinhos, pois “para fazer suas aprendizagens essenciais, a criança sempre dependeu ao mesmo tempo do ‘público’, do exterior, e do ‘privado’, dos pais.” (GÉLIS, 1991, p. 326, grifo do autor). A partir dessas observações, Gélis chega à conclusão que:

A indiferença medieval pela criança é uma fabula; e no século XVI, como vimos, os pais se preocupam com a saúde e a cura dos filhos. Assim, devemos interpretar a afirmação do ‘sentimento da infância’ no século XVIII – quer dizer, nosso sentimento da infância – como sintoma de uma profunda convulsão das crenças e das estruturas de pensamento, como o indício de uma mutação sem precedentes da atitude ocidental com relação à vida e ao corpo. A um imaginário da vida que era aquele da linhagem e da comunidade substitui-se o da família nuclear. (GÉLIS, 1991, p. 328, grifo do autor).

Ainda segundo o historiador, temos exemplo do apego dos pais em relação aos filhos, principalmente no que se refere à saúde e à cura destes. Portanto, podemos considerar como válida a ideia de que cada época histórica construiu modos específicos de lidar com a questão da infância, forjando práticas e representações acerca da criança.

No confronto com outros autores, em se tratando da questão do sentimento de infância colocado por Ariès, deparamo-nos com algumas críticas em relação aos referenciais e ao arsenal metodológico de que este fez uso para comprovar suas hipóteses e também em relação às fontes que utiliza para tratar mais especificamente da infância na Idade Média. Sobre essa questão, Kuhlmann Jr. (2011, p. 22) ressalta que: “o sentimento de infância não seria inexistente em tempos antigos ou na Idade Média, como estudos posteriores mostraram.” Baseado em estudo de Pierre Riché e Daniele Alexandre-Bidon, Kuhlmann Jr. (2011, p. 22) relata que esses fizeram uso de diversos tipos de fontes, como pinturas e objetos que testemunhariam a existência de um sentimento da especificidade da infância bem anterior ao século XVII.

Ainda na direção dos questionamentos suscitados pelas representações e atitudes diante da infância em Ariès, Kuhlmann Jr.(2011, p. 23) aponta que a construção da infância, para esse historiador, é uma percepção generalizante e linear, pois seu estudo utiliza fontes de famílias abastadas, afirmando que o sentimento de infância desenvolveu-se no interior das classes altas, da nobreza ou da burguesia para, mais tarde, se estender às classes populares. Dessa forma, ficaram às margens as fontes históricas das classes populares, com poucos registros de sua infância, devido à precariedade de suas condições econômicas. A crítica de Kuhlmann Jr. (2011) nos remete à obra de Elias (2011), que, ao discorrer sobre o processo civilizador, aponta que o comportamento “civilizado”, controlado, parte da nobreza para a burguesia.

Kuhlmann Jr. (2011) afirma que se, por um lado, é difícil encontrar registros da vida privada da infância das classes populares (comparada às infâncias burguesas e aristocráticas que deixaram fontes como tratados de medicina e de educação, retratos de famílias, correspondências), por outro, é possível ter acesso a outros documentos históricos que fazem referência a essa infância, advindos de iniciativas de assistência e atendimento às crianças pobres: “Segundo Perrot, quando a família é pobre e tida como incapaz, insinuam-se como terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem proteger, educar e disciplinar seus filhos.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 24). A partir desses dados, torna-se viável o conhecimento da história da infância pobre que não sejam, necessariamente, vestígios deixados por sua vida privada, mas também práticas e discursos incididos sobre ela.

A partir de então, vamos ampliar o quadro de análise para além da história da infância e suas representações, apresentando alguns aspectos, com base em referenciais da História Social da Infância ligados à história do atendimento à infância pobre e nomeada como desvalida. Em Kuhlmann Jr. (2011, p. 17), temos como referência um dos grandes setores da história da infância, composto pela história social da infância que se ocupa a estudar as suas condições de vida, as instituições, as práticas de controle, a família, a escola, a alimentação, os jogos, a vida material e social. Nesse sentido, focamos nossa análise na infância marginalizada na história, no intuito de compreender o movimento do abandono da infância na Europa e no Brasil e as formas de proteção e assistência a esses sujeitos.

Recuperar a trajetória do abandono de crianças desde a Antiguidade e também a história das políticas públicas que têm sido forjadas para a proteção e o atendimento à infância desamparada na perspectiva da História Social faz-se importante na construção do relato que construímos a seguir.

2.2 Das representações ao atendimento

Se nos colocarmos diante da história da infância, seja na Europa ou no Brasil, ingressamos em um território complexo onde se cruzam, segundo Arantes (2009): “emaranhado de práticas, programas e instituições constitutivos da parafernália responsável pelo atendimento a esta criança.” (ARANTES, 2009, p. 153). Nesse sentido, focamos nossa análise na infância marginalizada na história, no intuito de compreender o movimento do abandono da infância na Europa e no Brasil e as formas de proteção e assistência a esses sujeitos. Para tanto, apresentamos um esboço geral das formas de atenção às crianças, ao longo da história, descrevendo alguns modelos que predominaram nos últimos séculos, compondo grandes dispositivos de intervenção. Para refletir sobre a constituição desses dispositivos de assistência dirigidos às crianças e sua inserção no projeto filantrópico de assistência à infância pobre, dialogamos com Marcílio (2006) e Kuhlmann Jr. (2011). Nessa pequena genealogia da assistência à infância, destacamos em Marcílio (2006) os seguintes modelos: caritativo, o da caridade pública e filantrópico; e em Kuhlmann Jr. (2011), o da filantropia científica³.

Marcílio (2006), ao abordar a história social da criança abandonada procura apresentar a questão das vítimas do abandono na paisagem europeia, desde a Antiguidade na Grécia e Roma antigas, passando pela Idade Média, e afirma que o abandono de crianças é uma prática antiga e difundida por toda a Europa, sendo esta aceita pela sociedade, pelo Estado e até mesmo pela Igreja. Desse modo, a prática de abandono de bebês é um fenômeno de todos os tempos, pelo menos no ocidente, restando-nos saber quais foram os motivos, as circunstâncias e as causas, as intensidades e as atitudes em face a esse fenômeno nas diversas temporalidades e espacialidades que atravessam a história do sujeito ocidental.

Há registros históricos do abandono de crianças presentes na tradição judaica, na Grécia Clássica, na Roma Antiga, na mitologia e na filosofia. A criança na Grécia Antiga era submetida a uma espécie de seleção, em que os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, sendo mais comum o abandono de meninas do que meninos. A figura masculina era proeminente e, dessa forma, o poder do pai sobre os filhos era absoluto, sendo-lhe permitido

³ Sobre tais modelos de atendimento à criança pobre e desamparada é de suma importância ressaltar, aqui, a observação de Lemos, em seu estudo sobre a produção da assistência à infância, indicando que esses modelos não aconteceram apenas dentro de uma “continuidade histórica, em que iriam sucedendo um ao outro, mas de uma convivência lado a lado entre eles, e um embate de forças constantes. Em certos períodos, contrapõem-se e disputam poderes, em outros momentos, mesclam-se, formando grandes dispositivos de intervenção”. (LEMOS, 2003, p. 59).

matar, vender ou expor os filhos recém-nascidos. Paul Veyne (1989), em seu estudo sobre a criança na sociedade romana, assinala que o nascimento de um romano não é apenas um fato biológico, mas também uma decisão do *Patria Potestas*. Assim como na Grécia antiga, o poder do pai sobre o filho era absoluto, sendo permitido matar, vender e expor o filho recém-nascido. O pai toma para si a prerrogativa, logo que nasce a criança, de reconhecê-la ou rejeitá-la.

Os recém-nascidos só vêm ao mundo, ou melhor, só são recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe de família; a contracepção, o aborto, o enjeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de uma escrava são, portanto, práticas usuais e perfeitamente legais. (VEYNE, 1989, p. 23).

Tomada a decisão, a criança que for rejeitada é exposta diante da casa ou num monturo público, quem quiser que a recolha. O destino das crianças enjeitadas, na Roma Antiga, era diverso, quem as criava podia destinar meninas e meninos à prostituição ou à escola de gladiadores. Nessa sociedade, tanto ricos como pobres abandonavam os filhos, e as razões eram variadas. Marcílio (2006, p. 25) relata que enjeitavam-se ou afogavam-se as crianças malformadas; os pobres, por não terem condições de criar os filhos, expunham-nos, esperando que um benfeitor recolhesse o infeliz bebê; os ricos, porque tinham dúvidas sobre a fidelidade de suas esposas ou porque já teriam tomado decisões sobre a distribuição de seus bens entre os herdeiros já existentes. Os romanos e os gregos antigos compartilhavam entre si a prática do abandono de crianças malformadas, enjeitando-as ou afogando-as.

A prática de enjeitar os filhos na Roma Antiga só passou a ser malvista com o advento e a difusão da “nova moral”, que se chamou estóica⁴, conforme assegura Veyne (1990, p. 23). No relato de Marcílio (2006), consta que, na Roma Antiga e em todo o Ocidente, até a Idade Média, não havia instituições para cuidar das crianças que foram deixadas por suas famílias.

Com a emergência do período medieval, nota-se a construção dos dispositivos de assistência direcionados às crianças pobres e desamparadas ligados ao sentimento de pobreza da época. Isso porque, entre o fim do século XI e o início do XVIII, o pobre desempenha um papel vital e orgânico nas sociedades cristãs do ocidente Europeu, sendo sua existência social

⁴ No dicionário da língua portuguesa Houaiss, o estoicismo refere-se a uma doutrina filosófica fundada por Zenão de Cício (335-264 a.C), que se caracteriza por uma ética em que a imperturbabilidade, a extirpação das paixões e a aceitação resignada do destino, são as marcas fundamentais do homem sábio, de princípios rígidos e resignado diante do sofrimento, da adversidade e do infortúnio.

justificada como sendo primordial para a salvação do rico (BARROS 2004, p. 77). Nesse contexto, surgem na Europa a preocupação e a importância da caridade, fazendo nascer, assim, a ação coletiva e pública, no confronto com o abandono.

Para a análise dessa temática nos detemos sobre a história especificamente das instituições de atendimento à criança. Marcílio (2006, p. 9) destaca em sua obra dois modelos de assistência aos pobres e, conseqüentemente, às crianças abandonadas, que predominaram na Europa Ocidental desde a Idade Média até a atualidade, constituídos pela fase conhecida como caritativa individual ou comunitária, assistencial e solidária, caracterizada pelo surgimento de instituições para a acolhida, a proteção, a criação e a educação dos pequenos abandonados, e a fase da filantropia científica, marcada por políticas públicas que passam a substituir as de natureza religiosa e privada.

Com o advento da Idade Média, surgem, segundo Marcílio (2006), práticas assistenciais forjadas na piedade e na caridade, predominando a concepção cristã de caridade. Essa concepção entendia que a pobreza era uma condição de proximidade com Deus e com o próximo, sendo amplamente proclamada e praticada por bispos e monges.

A ação caritativa, ao construir, no século IX, hotelarias nas vizinhanças das cidades e nas estradas mais movimentadas e os mosteiros rurais, passa a acolher os pobres e desamparados nos hospitais (pequenas hospedarias), em especial os velhos e as crianças com menos de doze anos, dando origem aos espaços institucionais de assistência ao pobre e, conseqüentemente, à criança abandonada (MARCÍLIO, 2006).

Institucionalizando a caridade como um dever, os bebês já não eram expostos nas estradas ou pelo mato, mas em locais de maior visibilidade. A representação em torno da pobreza começa a se modificar a partir do século XII na sociedade cristã Ocidental. De uma conotação espiritual, as atitudes em relação aos pobres passaram a ser ambíguas. Com o crescimento populacional significativo vivenciado pela Europa entre os séculos VII, X e XIII, e, junto a ele o aumento da miséria e da difusão das epidemias, houve, nesse novo contexto, uma modificação nas atitudes com relação aos pobres visto que: “de um lado, os pobres são aconselhados a aceitar seu mal com paciência e resignação, pois é um desígnio de Deus. Por outro, embora a caridade seja reconhecida como [...] um dever, seu exercício está impregnado de altivez e até mesmo de um desprezo humilhante.” (MARCÍLIO 2006, p. 38).

A partir dos séculos XI ao XIV, no Ocidente, surge uma forma de assistência que Marcílio (2006) vai nomear de “caridade pública”, com traços distintos em relação à anterior, a caridade religiosa e individual, multiplicando-se a caridade laica, paralela à religiosa. Logo,

pequenos hospitais foram construídos para abrigar os pobres e necessitados, leprosários, albergarias, hospícios, mercearias e asilos são implantados para expandir as práticas assistenciais. A presença da Igreja continuou tendo papel de destaque, influenciando hábitos e costumes, regulamentando, minuciosamente: “cada aspecto da moralidade familiar e da sexualidade.” (MARCÍLIO 2006, p. 42). O infanticídio foi rigorosamente proibido, assim como o aborto, e houve também um obsessivo cuidado com o batismo, a única chave para a salvação das almas das crianças.

Mesmo com a regulamentação dos costumes, não houve a redução nos números de crianças ilegítimas, posto que elas continuavam sendo expostas e o abandono de filhos legítimos acontecia com regularidade. Segundo Marcílio (2006), pobreza, ilegitimidade, defeitos e má saúde continuaram sendo motivos para o abandono. Meninas abandonadas com frequência tornavam-se prostitutas.

No final do século XIII, configura-se na Europa Ocidental uma nova realidade, com o crescimento das cidades, o nascimento da burguesia e o aumento da miséria endêmica. A noção e a organização tradicional da caridade no plano individual não respondem mais às novas e crescentes necessidades da sociedade: “os responsáveis pelas comunidades urbanas que surgiram apressaram-se em preencher os vazios, assumindo o controle dos serviços sociais para melhor organizar a assistência comunal.” (MARCÍLIO 2006, p. 48). Verifica-se, assim, a evolução para uma assistência secular e pública, e, desse modo: “no final do século XIII, a responsabilidade da assistência foi assumida pelos governos locais.” (MARCÍLIO 2006, p. 48). A assistência caritativa torna-se, cada vez mais, uma preocupação dos governos locais, pois a caridade individual não conseguia atender às necessidades da sociedade.

Assim, a assistência caritativa urbana foi assumida pelos leigos locais e esses não distinguiam as necessidades sociais das espirituais. Nesse período de renascimento das cidades e do desenvolvimento da economia de troca, houve modificação na representação da pobreza. A concepção de pobreza passa a ter uma conotação de privação de um bem: “como uma situação de fraqueza, de dependência e de humildade, temporária ou permanente.” (MARCÍLIO 2006, p. 48).

Começava, assim, no século XIII, a fase da caridade pública de proteção à infância desvalida. Diante da situação da prática do abandono, foi criada a primeira Roda de Expostos – dispositivos de madeira fixados nos muros das instituições e que permitiam que as crianças neles fossem depositadas – no século XIII, na Itália, pelo Papa Inocêncio III, como forma de amenizar o impacto que essa prática tem sobre esses sujeitos, recolhendo-os e amparando-os.

Sobre a Roda dos Expostos, relata-se que era um hospital que atendia a crianças abandonadas, onde: “fora do hospital em seu longo muro lateral, foi instalada uma ‘Roda’, com um pequeno colchão, para receber os bebês, [...], estando rigorosamente vedada a busca de informação sobre quem os havia trazido.” (MARCÍLIO 2006, p. 51, grifo da autora).

A função da Roda era a de evitar o infanticídio, garantindo o segredo da identidade de quem abandonava o bebê, resguardando a moral das famílias que tinham filhos ilegítimos. Marcílio (2006) ressalta que durante a modernidade, mais particularmente no século XVIII, expandiu-se na Europa o sistema da “Roda de Expostos”, para dar assistência às crianças desamparadas. Por outro lado, em uma sociedade católica: “o ardor moralista que se alastrava por toda a parte via na Roda uma forma de defesa dos bons costumes e da família.” (MARCÍLIO 2006, p. 60).

Enfim, na fase caritativa de assistência à infância desvalida que, gradativamente, se tornou pública e institucionalizada no final da Idade Média, com uma participação crescente das autoridades municipais, não percebemos a preocupação de mudar a ordem vigente com o controle ou condenação do ato de expor a criança. Marcílio conclui que: “ao contrário, a existência de crianças abandonadas possibilitava a prática da compaixão, da misericórdia para com o outro, da caridade, enfim, virtude, primordial na vida do cristão.” (MARCÍLIO 2006, p. 306).

A mudança da representação do pobre na Idade Média para a modernidade pode ser verificada na figura do mendigo (BARROS, 2004). Se as representações medievais do pobre desenvolveram práticas, como a criação de instituições hospitalares, os projetos de educação para os pobres, as caridades paroquiais, as esmolarias dos príncipes, na modernidade, há uma mudança significativa. O mendigo, como representante do pobre que: “na Idade média beneficiara-se de uma representação que o redefiniria ‘instrumento necessário para a salvação do rico’.” (BARROS, 2004, p. 79, grifo do autor), no século XVI, verifica-se uma transformação nas práticas e representações com a passagem para a Idade Moderna: “no século XVI, o mendigo forasteiro será recebido com extrema desconfiança.” (BARROS 2004, p. 79), profundamente perigoso para o sistema de trabalho assalariado do capitalismo, que não podia desprezar os braços humanos. Ao pobre, que, na Idade Média, beneficiara-se de uma representação, destina-se, no século XVIII, uma atitude de caridade redefinida.

A segunda fase de assistência à criança desvalida verificada na história da sociedade Ocidental dá-se no século XVIII, coincidindo com o surgimento do pensamento iluminista e liberal, momento de industrialização e urbanização da sociedade europeia e desenvolvimento

científico e tecnológico, ao longo do século XIX, denominada fase da filantropia científica, que se estende até o século XX. Nesse período, é observada uma maior consciência das questões sociais como a alta mortalidade infantil, culminando, assim, numa cruzada contra esse fenômeno por meio de tratados médicos voltados para os cuidados com as crianças, na alimentação, doenças, educação física, temas estes que passaram a ocupar a preocupação da filantropia higiênica e ilustrada.

A partir do século XVIII, o Estado passa a exercer um maior controle da assistência à infância, atravessado por uma concepção filantrópica iluminista. O Iluminismo caracterizou-se pela crença no valor da razão e da sua utilidade para o progresso social. A mudança em relação à assistência social foi evoluindo desde os séculos XVI e XIX, de modelos de caridade privada para o da política secularizante, confiando essa função aos poderes públicos. As políticas públicas sociais secularizantes de atendimento à infância nesse período foram representadas pela filantropia, situada entre os séculos XVIII, XIX e parte do século XX. A filantropia se apresentava como científica e no campo de suas ações se encontrava uma ação social que tinha o objetivo de: “engajar ações culturais pedagógicas e moralizadoras, além de experimentar e difundir inovações e, ainda, financiar campanhas de opinião.” (MARCÍLIO 2006, p. 69). A prática filantrópica está intimamente ligada ao ideário do progresso, do discurso científico e da medicina higiênica e ao lado do interesse da nação no contexto do liberalismo.

Uma nova mentalidade desenvolvia-se com o século XVIII, que combinava ideias secularizantes, críticas à Igreja e concepções produtivistas e utilitaristas. O Estado deveria assumir, ao lado da iniciativa privada, o cuidado e o controle dos desvalidos, e os gastos com estes deveriam retornar ao Estado na prestação de serviços. Desse modo, a mortalidade infantil é vista como um problema a ser enfrentado, principalmente a mortalidade ocorrida dentro de instituições mantidas pelo Estado, pois: “são cidadãos úteis que a pátria não podia perder.” (MARCÍLIO, 2006, p. 72). No contexto europeu da época, esses cidadãos poderiam ser usados como soldados e mão de obra nas colônias europeias além-mar. Assim, a teoria dominante na assistência pública foi o utilitarismo e o higienismo.

O século XVIII, além de se destacar por ser o Século das Luzes, propôs rever os cuidados prestados aos pobres desvalidos. A caridade passa a ser substituída por um sentimento humano de cuidado, como consequência da crença na razão. Estabelece-se, também, a ideia de utilidade do assistido para o progresso do Estado e este foi cada vez mais assumindo as questões de saúde pública e da assistência aos pobres. A classe média urbana

passa a preconizar uma nova ética: “a busca obstinada da ordem, da eficiência e da disciplina social; e a preocupação com a condição humana.” (MARCÍLIO, 2006, p. 75), calcada no domínio e no controle social dos menos favorecidos.

Uma das estratégias de ação da filantropia, segundo Marcílio (2006), é sua relação com as famílias populares, com o objetivo de obter controle social. Controle este calcado na pesquisa científica e conselheira. Destacamos aqui, além das práticas de higiene propagadas para a manutenção da vida da criança, o aparecimento de instituições, como a creche, e o sucessivo fechamento das Rodas dos Expostos que não atendiam às novas condições de higiene propostas pelos filantropos e médicos.

Kuhlmann Jr. (2011), ao tratar da proteção à infância, traça uma análise do modelo da assistência científica que caracterizou as políticas assistencialistas gestadas na virada do século XIX para o século XX e o significado dessa expressão. Para Kuhlmann Jr. (2011, p. 56), a história da assistência representa justamente o embate das questões envolvendo a sua função, as prioridades e modalidades de atendimento, o papel do Estado e das organizações da sociedade civil, os requisitos e os procedimentos a adotar, a prestação do serviço. Com a modificação da concepção de pobreza, em grande medida consagrada no século XVIII, Kuhlmann Jr. afirma que: “a responsabilidade do Estado para com os pobres passou a ser parâmetro utilizado como prova de civilização, e o fato natural tornou-se problema social.” (KULLMANN JR., 2011, p. 56). Portanto, é nesse contexto que as práticas caritativas de assistência à infância desvalida passam a ser substituídas por iniciativa filantrópica, por uma assistência que se pretende científica.

O Estado como civilizador dos pobres e a nova visão de pobreza de um fato natural para um problema social faz com que, no final do século XIX e início do século XX, novas propostas de assistência surjam no cenário da sociedade Ocidental, como a criação de leis nas áreas que compõem a saúde pública, a educação, o direito da família. Nas relações de trabalho, criaram-se as instituições que substituíram as tradicionais, como as hospitalares e carcerárias. Essas novas instituições eram a expressão de: “uma concepção assistencial a que denominamos assistência científica – por sustentar na fé, no progresso e na ciência, características daquela época.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 56).

Essas iniciativas também mostram a vontade da burguesia enquanto classe em ocupar-se das diversas dimensões da vida subjetiva e, de certa forma, da infância, instituindo programas e controles sociais. Kuhlmann Jr. (2011), caracterizando a caridade como um período anterior à filantropia, que passa a assumir significados diferentes ao longo da história,

afirma que a primeira refere-se à religião, ao Estado, ou a um sentimento de ordem individual em relação à pobreza, ocorrendo o mesmo com a palavra filantropia, que pode se referir à secularização, à iniciativa não governamental, ou à organização racional da assistência. Ao fazer referência ao trabalho de Donzelot (1986, apud KUHLMANN JR., 2011, p. 56) e sua concepção sobre a filantropia, Kuhlmann Jr. ressalta que:

Na sua interpretação, filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituir à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimentos de simpatia e piedade. Para ele, filantropia seria o mesmo que economia social, agrupando todas as formas de assistência aos pobres que visassem diminuir o custo social de sua reprodução. (KUHLMANN JR., 2011, p. 56).

A partir dessas definições, Kuhlmann Jr. (2011) aponta três aspectos da assistência científica. O primeiro diz respeito à disciplinarização dos pobres e dos trabalhadores; o segundo refere-se ao papel do Estado e das organizações da sociedade civil; e o terceiro faz alusão ao uso de um método científico.

Sobre o primeiro aspecto da assistência tida como científica, tem-se o fato de que as medidas defendidas e tomadas não se apresentavam como direito do trabalhador, como afirma Kuhlmann Jr., mas como honra daquele que se mostrasse mais submisso: “segmentando a pobreza, procurando dificultar seu acesso aos bens sociais. A sua função, de acordo com essa visão preconceituosa, seria disciplinar os pobres e os trabalhadores.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 60). Kuhlmann Jr. cita o médico Fernando de Magalhães como exemplo desse aspecto de assistência, que no Congresso Nacional de Práticos, em 1922, alertava para os exageros da liberdade demasiada da democracia, bem como para as ameaças das ideias revolucionárias “defendendo o apostolado da instrução e da saúde a ser adotado como verdadeiro credo político, único capaz de levar, pela energia e pela cultura, os homens em desgarro ao aprisco da tranquilidade.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 61).

O segundo ponto da assistência científica trata do papel do Estado e das organizações da sociedade civil. De um lado, os defensores do liberalismo e da beneficência privada e, de outro, os que se identificavam com organismos estatais de assistência e divergiam quanto às formas como a assistência deveria ser realizada. Tais oposições tenderam a seguir um caminho comum com o discurso científico da assistência. Desse modo, as polêmicas que animavam os defensores dos organismos estatais e os adeptos do liberalismo e da beneficência privada “harmonizaram-se no estabelecimento de um ponto equidistante entre as duas posições.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 61).

Kuhlman Jr. (2011, p. 61-62) relata que Ataulpho de Paiva, organizador do Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada, realizado no Rio de Janeiro, em 1908, “considerava a intervenção do Estado e a liberdade da caridade como dois princípios intangíveis, que necessitavam ser conciliados”, enquanto o médico Moncorvo Filho compreendia que “a imprescindível intervenção dos poderes públicos deveria ser auxiliada pelo hercúleo concurso do grande número de obras de beneficência de caráter privado.”

O terceiro aspecto da assistência científica diz respeito à sua alusão a um método científico que permitisse a sistematização das ações e legitimasse todas aquelas que adotassem referência ao conhecimento científico. Segundo Kuhlmann Jr., uma preocupação desse método era a realização de um inquérito minucioso para verificar e confirmar se o que fazia o pedido era realmente um indigente válido, visando a: “prestação de auxílios eficazes, para promover a melhoria da raça e o controle social, na direção predetermined do progresso e da civilização.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 62).

Como os serviços de atendimento não contemplavam a todos que a eles recorriam, gerava-se, assim, um clima de competição entre os que precisavam do serviço, de modo que os mais subservientes seriam atendidos. Aqueles que estavam dispostos a receber o atendimento expunham sua vida privada à investigação dos filantropos. No Congresso de Práticos em 1922, segundo Carlos Sá, a nova ciência, denominada de “diagnóstico social”:

Estabelecia um método de trabalho em que primeiramente se examinava as condições de existências dos que procuravam por ajuda. Investigava-se, especialmente, a organização familiar, unida ou instável, legítima ou ilegítima, íntegra ou mutilada pela deserção ou pela morte. (KUHLMANN JR., 2011, p. 63).

Essa aura de cientificidade, segundo Kuhlmann Jr. (2001), implicava na humilhação dos que recorriam à assistência. Identificar os válidos acarretava, ao mesmo tempo, na identificação dos não válidos, que não se ajustavam às regras e que resistiam e lutavam nas fábricas, não aceitando a exploração, uma vez que: “contra esses, estava aberto o sinal verde à repressão; para eles valeria o critério de que a questão é caso de polícia.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 63).

Pelo que foi posto, o final do século XIX e início do XX foram marcados por um considerável desenvolvimento científico e tecnológico, tendo como consequência a disseminação da assistência científica. Ao mesmo tempo, foi um período, segundo Kuhlmann Jr. (2011), de mitificação da ciência e de valorização da infância, tendo como foco sua educação e a criação de instituições, como creches, jardins de infância e escolas primárias.

2.3 Cenas da infância no Brasil Colônia e Império: usos, cotidiano e atendimento

No estudo da historiografia sobre infância no Brasil colonial e imperial, verifica-se que são inúmeras as possibilidades de tratamento desse tema nos períodos mencionados. A partir de vários estudos produzidos, como, por exemplo, o apresentado por Del Priore (2010), podemos descrever, nesta dissertação, as mais diversas condições históricas que constituem a infância: os pequenos viajantes nas embarcações portuguesas que atravessaram o Atlântico no século XVI; a criança indígena em seus modos de vida e o processo de catequização pelos jesuítas; o cotidiano da criança livre, tanto as pertencentes às camadas mais pobres da sociedade como as que fazem parte da elite; a criança escrava e filha de escravos, entre outras. A história que queremos contar aqui não se prende em narrar nenhuma infância específica, como as arroladas acima, mas trata-se de trazer para esta análise algumas questões que atravessaram essas infâncias, principalmente da criança abandonada e as formas de atendimento forjadas e a ela destinadas. Consideramos que a tarefa, neste trabalho de investigação, não é desvelar o objeto em todos os seus segredos e vivências, nem em toda sua trajetória cronológica, mas sim trazer à tona algumas cenas que possam nos mostrar como nosso objeto de pesquisa é atravessado pelo tempo das tantas trajetórias vividas pelas crianças no Brasil.

Tomar a infância desamparada e seu atendimento como objeto do nosso discurso, neste capítulo, é estar atentos para algumas orientações e não nos deixar cair em certas armadilhas, como lembra-nos Bazilio (2002). Para ele, devemos nos utilizar da estratégia de tomar distância daquilo que nomeia como “diferentes mitos fundadores das iniciativas e políticas” que foram incorporadas, forjadas, inventadas em certos períodos históricos. De fato, isso permite uma inserção nas contradições, possibilitando um entendimento mais profundo dos significados e das relações que foram forjadas. Com observações parecidas, lembremos também de Del Priore (2010), ao advertir que a história da criança não é apenas um catálogo de barbárie, maus tratos e horrores. Para Del Priore (2010), no que se refere ao Brasil, nossa história tem momentos de terrível sofrimento, porém, não se limita apenas a isso. Assim, conscientes de que escrever uma história da criança, especificamente da brasileira, não é tomá-la apenas em um passado e presente cheios de tragédias, sejam elas, a venda de crianças para se tornarem escravas, as violentadas sexualmente, ou daquelas que tem sua mão de obra explorada. A história da criança pode ser narrada também a partir das suas formas de existência cotidiana, das relações dos vínculos sociais e afetivos que são construídos. Desse

modo, optamos por construir apenas uma história possível, entre tantas outras, da criança no Brasil colonial e imperial.

2.3.1 Cena I: Dos usos e estratégias

Como ponto de partida para esta reflexão, utilizaremos como primeira cena da criança no Brasil um pequeno texto publicado pela Revista de História da Biblioteca Nacional, que trouxe aos seus leitores uma narrativa das crianças que deixavam Portugal rumo à colônia. Conforme a Revista:

Carregando cruces e entoando louvores, uma fila de crianças seguia em procissão pelas ruas de Lisboa em direção ao navio que as levaria para o Brasil. Antes do embarque, pediram proteção a Nossa Senhora e receberam a benção. Partiram em 7 de janeiro de 1550 para o outro lado do atlântico. Por essa época, a colônia brasileira mal tinha sido desbravada pelos portugueses. Conhecendo apenas a costa, eles queriam adentrar o sertão. Mas a experiência com os índios do litoral já se mostrava que o desafio seria grande. Foi quando tiveram a idéia de trazer crianças da terrinha para facilitar a interação. Elas ficaram conhecidas como órfãos portugueses. A cada nova incursão, meninos e meninas juntavam-se aos jesuítas para amenizar o choque nos primeiros contatos. Por vezes, chegavam às aldeias cantando. E os índios, que acostumavam esconder seus filhos, acabavam se aproximando. Com o tempo, a convivência entre os pequenos se tornava natural. Alguns órfãos de Portugal já tinham o cabelo cortado como os gentios. As barreiras lingüísticas caíram, os índios adultos já não se recusavam a entregar os filhos aos cuidados dos padres, para que lhes ensinassem seus costumes. A mistura entre as crianças de lá e de cá se tornou um dos métodos mais eficazes dos jesuítas para ganhar a confiança dos nativos. Prova de que a lenta e miscigenada construção do país não foi tocada só por gente grande. (REVISTA História da Biblioteca Nacional, 2010, p. 86).

Numa leitura crítica do texto “Pequenos Catequistas”, podemos considerar que a história das crianças no Brasil e daquelas que vieram pelas mãos dos portugueses nas embarcações para a Colônia, também é uma história de usos e de estratégias⁵ da vontade de domínio do colonizador sobre o colonizado. Enfrentar a resistência indígena usando a criança portuguesa na interação com as crianças nativas, a última tida como aquela que pode docilizar ou tornar menos difíceis as relações entre colonizado e colonizador, foi uma das estratégias utilizadas pelos portugueses. A criança é considerada como devastadora dos muros

⁵ O uso do termo estratégia tem aqui a conotação de tática, conforme descreve o dicionário Houaiss: “arte de aplicar com eficácia os recursos de que se dispõe ou de explorar as condições favoráveis de que porventura se desfrute, visando ao alcance de determinados objetivos”. (HOUAISS, 2001).

linguísticos e dos adestramentos de costumes. Gente pequena, como sugere o texto, também foi construtora da nação.

Fábio Pestana Ramos (2010), ao retratar as condições objetivas de vida das crianças no período das grandes navegações portuguesas, revela como as crianças portuguesas serviram estrategicamente ao projeto português além-mar. Nas travessias realizadas através do Atlântico rumo ao Brasil ou às Índias Orientais, Ramos (2010) afirma que, além dos homens e das poucas mulheres que participaram desse projeto, estavam as crianças. Mas quem eram essas crianças, de onde vinham? Eram crianças que embarcavam na condição de grumetes, pajens e meninas órfãs da Coroa portuguesa. Embarcados, grumetes e pajens passavam a servir tanto ao projeto colonizador, quanto aos desejos e às necessidades sexuais mais perversas de marujos rudes e violentos. Logo passavam a ser vítimas de atos de pedofilia e sodomia, atos condenáveis pela Inquisição, mas que nas relações de poder que a Igreja passava a construir com o Estado português, no calor da Reforma Protestante, e a possibilidade de levar ao Novo Mundo a confissão católica, fizeram com quem que essa instituição tão temida engrossasse as vistas ao que ocorria com as crianças.

Os grumetes eram formados por crianças entre 9 e 16 anos, conhecidas por serem marinheiros de baixo escalão, porém úteis nas tripulações que se dirigiam ao Brasil ou às Índias Orientais. Conforme Venâncio (2010), nos séculos XVI e XVII, esse meninos formavam um contingente populacional de pelo menos 10% das tripulações, sendo a idade desses meninos na faixa de até 15 anos. Essas crianças eram recrutadas pela Coroa portuguesa entre as famílias das áreas urbanas que viviam em situações de pobreza, filhos de pedintes e órfãos. As crianças que eram recrutadas diretamente de suas famílias representavam a seus pais possibilidades reais de ganhos, aumentando, desse modo, a renda familiar, de modo a receber soldos. Segundo Ramos (2010), a partida de um filho era uma boca a menos que a família teria para alimentar, por isso, as altas taxas de mortalidade nas embarcações, correspondente a 39% da população infantil, não assustavam os pais, pois a chance de morrer em terra firme, vítimas de inanição ou de outras doenças, era igual ou até mesmo maior que nas embarcações. Para se ter uma ideia, a expectativa de vida de uma criança portuguesa, em média, nos séculos XIV e XVIII, rondava os 14 anos.

Outra categoria de criança que embarcava nas tripulações portuguesas ficou conhecida como pajens, que, diferentes dos grumetes, porém, na mesma faixa etária ou um pouco mais jovens, formaram o contingente populacional desses navios. Eram embarcadas na condição de pajens da nobreza portuguesa, sendo recrutadas, assim como os grumetes, de famílias

portuguesas pobres. A estes, porém, eram atribuídas as tarefas consideradas mais leves e pouco arriscadas, como servir a mesa dos oficiais, organizar os camarotes, camas, entre outras. Os pajens, por estarem próximos dos oficiais nas relações cotidianas, sofriam menos castigos severos, mas isso não os redimia, em certos casos, de sofrerem estupros e outras atrocidades.

Além dos meninos que embarcavam na condição de grumetes e pajens, havia as órfãs do Rei que tinham por missão casar-se com colonos portugueses. Essas meninas de origem pobre tinham entre 14 e 17 anos, retiradas de orfanatos de Lisboa e do Porto. Essas órfãs se dirigiam à Índia e ao Brasil para atender às necessidades dos homens de baixa nobreza. Ramos (2010) relata que essas órfãs também eram vítimas de abusos sexuais, mas que, devido ao fato de elas participarem de um mercado matrimonial, esconder tal fato era de suma importância, de modo que os relatos dessa atrocidade são escassos.

Além das crianças envolvidas nas tramas das navegações portuguesas do século XVI, trazemos aquelas que foram agenciadas estrategicamente pelo colonizador por meio da Igreja para a realização de seu projeto de dominação, como a conversão e formação de novos hábitos e comportamentos, necessários para a viabilização do seu desejo nos trópicos. A presença jesuítica no território colonial, a partir de 1549, será de extrema importância para o projeto colonizador. Enviados ao Brasil no início da colonização, esses padres católicos tinham plenos poderes missionários e de civilização dos índios. A missão jesuítica estava encarregada da conversão dos nativos, bem como da expansão do cristianismo católico no Novo Mundo. Comprometidos com a conversão dos nativos e organizados em torno da Companhia de Jesus, logo perceberam o desafio que os mais velhos representariam ao recusarem a fé cristã e, desse modo, como aponta Chambouleyron (2010), os jesuítas concentraram seus esforços na catequização das crianças, vistas como um “papel em branco” no qual pudesse ser impressa a palavra divina.

Em Chambouleyron (2010, p. 55), além da tarefa de converter os “gentios”, na doutrina, constituía-se preocupação dos jesuítas o ensino das crianças na leitura e na escrita, visto que esta era uma questão posta pelo Regimento de Tomé de Sousa, primeiro governador-geral. Ler e escrever eram sentimentos expressos pelo rei Dom João que ordenava que: “aos meninos porque neles imprimirá melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam cristãos.” (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 56).

Ao chegarem aos trópicos para a conversão dos gentios, depararam-se com costumes, hábitos e comportamentos que deviam ser transformados para que o projeto moralizador dos

costumes e de conversão religiosa se concretizasse. Inicia-se, por conseguinte, a luta contra tudo que representaria modo de vida contrário ao do europeu, branco e cristão. Assim, os gentios, ou seja, os índios, tinham que rejeitar seus antigos hábitos, como a poligamia e a antropofagia.

A resistência indígena ao desejo do conversor fez com este mudasse seus métodos e estratégias. A criança indígena, e não apenas o adulto, torna-se alvo desse processo. Atentos, vigilantes às dificuldades da conversão do indígena, o uso do medo, conforme Chambouleyron (2010), seria mais produtivo do que o uso do amor: “em razão de seus ‘abomináveis’ costumes e de estarem tão afastados da fé cristã.” (CHAMBOULEYRON 2010, p. 58, grifo do autor). Dessa maneira, a criança passa a ser evangelizada e, assim, passa a evangelizar seus pais, de modo a constituir, pela eficiência da catequização e da educação a ela aplicadas, corpos dóceis. A evangelização – tanto do ponto de vista da fé e dos costumes – dos povos indígenas e das crianças foi parte das relações que os religiosos estabeleceram com estes a partir do século XVI. Era necessário formar novas almas, novos espíritos livres daqueles corrompidos pelo pecado, pelos vícios.

O projeto catequizador e de educação das crianças realizado pela Companhia de Jesus, motivado pelo desejo de mudanças radicais no estilo de vida desses sujeitos, foi crivado de resistência de ambos os lados. Visualizando nas crianças a “cera branda”, na qual se podiam imprimir a fé cristã e seus valores, devido à recusa dos mais velhos em aceitá-las com mais docilidade, os catequistas também encontraram nessa estratégia inúmeras dificuldades. O “papel branco” representado pelas crianças foi, segundo Chambouleyron (2010), espaço onde se inscreveu a luta contra a antropofagia, a nudez e a poligamia. Nesse mesmo sentido, pode-se afirmar que o “papel branco” amarelado por outras vivências e experiências de sua própria cultura fez com que algumas crianças, quando adultas, abandonassem os aprendizados recebidos pelos padres: “o maior obstáculo para a sua conversão, pois os homens, que até os 18 ou 20 anos davam bom exemplo, logo ‘começam a beber e fazem-se tão rudes e ruins que não é de crer’.” (CHAMBOULEYRON 2010, p. 68, grifo do autor). A colonização e a ação dos jesuítas marcam, em relação às crianças indígenas, uma das maiores imposições de aculturação. Em vista disso, a educação católica promoveu grandes mudanças na vida das crianças indígenas, seja aprendendo ofícios, seja vivendo ao modo dos cristãos.

A história do uso da criança no Brasil inicia-se desde a Colônia, com as crianças vindas nas tripulações formadas por caravelas e outros meios de transportes marítimos que circularam à época, passando pelas estratégias jesuítas de evangelização até o Brasil imperial.

No Império, destaca-se a presença da criança no mundo do trabalho e da guerra, das crianças que servem aos seus senhores até aquelas crianças que, na condição de pobres e desvalidas, são recrutadas para a guerra.

Venâncio (2010), ao recorrer ao estudo das Companhias de Aprendizes de Marinheiros, instituídas a partir de 1840, mostra como, no período imperial, no contexto da Guerra do Paraguai, meninos foram recrutados. Para este autor, os burocratas do Império se valeram de atitudes, de posturas consideradas arcaicas, enviando inúmeras crianças sem treinamento algum ao campo de batalha. Nascidas das necessidades de abrigar, instruir e capacitar os meninos desvalidos, que deixavam as casas dos expostos, para ofícios como os de marceneiro, ferreiro, tanoeiro, pedreiro, tecelão, entre outros, que no futuro pudessem garantir sua sobrevivência, as Companhias de Aprendizes Marinheiros formaram locais de encaminhamentos de alguns meninos desamparados, onde poderiam permanecer por nove anos ou até atingir a maioridade. Sob os cuidados dessas instituições, os meninos tinham garantidos alimentação, abrigo e vestuário.

Ao serem enviados às Companhias de Aprendizes Marinheiros, instituições militares, idealizava-se, segundo Venâncio (2010), a transformação dos meninos enjeitados em soldados ideais, sendo esse ideal uma esperança utópica. Muitos desses meninos enjeitados, que deixavam as casas dos expostos ou suas amas e formavam as fileiras dessas instituições, eram quase sempre sujeitos de saúde precária, dificultando, assim, sua utilidade nos interesses da nação. Desse modo, os legisladores do Império mudam suas estratégias ao não recrutarem apenas meninos das casas de expostos, mas, também, de centros urbanos que nem mesmo possuíam tal instituição. Quanto à nova legislação imperial, Venâncio afirma que as leis não eram claras quanto às suas idades e origem, apenas: “afirma-se que os aprendizes marinheiros devem ser cidadãos brasileiros de dez a 17 anos de idade.” (VENÂNCIO, 2010, p. 198), e que, no caso de menores de dez anos que tivessem um físico desenvolvido, estes podiam ser admitidos. Com o prolongamento do conflito, que se imaginava encerrado em seis meses e não em cinco anos, o governo imperial sanciona leis que procuram aliviar a falta de planejamento das Forças Armadas da época. Assim: “a Marinha começou a esvaziar as companhias de aprendizes, enviando os meninos para os batalhões navais.” (VENÂNCIO, 2010, p. 202). Nesse sentido, é aprovada a Lei de 8 de julho de 1865 que, em seu artigo 6, declara: “O governo é autorizado a preencher por merecimento, durante a guerra, todas as vagas nos corpos da Armada e classes anexas, dispensando as regras estabelecidas na legislação.” (VENÂNCIO, 2010, p. 203). Com poderes inquestionáveis, o governo podia

recrutar a todo custo e forçadamente a quem lhe fosse de interesse. Assim, as instituições que abrigavam meninos maiores de sete anos passaram a ser, segundo Venâncio (2010), alvo dos interesses militares do Império.

A pedagogia marinheira, ao lado da “pedagogia senhorial”, formou o menino trabalhador imperial. Góes e Florentino (2010), ao tratarem das crianças escravas, privilegiando em suas análises as que viveram e morreram nas áreas rurais do Rio de Janeiro, entre os anos de 1789 e 1830, discorrem sobre como esses meninos foram paulatinamente inseridos no mundo do trabalho e da obediência ao senhor. Entregues às forças humanas, ou, como bem destacam Góes e Florentino (2010), às forças desumanas imputadas pela vontade de seus senhores, que tinham, em relação a estes, o poder de conduzir seus destinos e suas condutas, tornando-os adestrados e úteis. No cotidiano da lida com a cana-de-açúcar e diante de tudo que envolvia esse universo, do corte até a fabricação final do açúcar, ali estavam presentes pais e filhos, num ritual que permitia a afirmação de que: “Era assim que se criava uma criança escrava.” (GÓES; FLORENTINO, 2010, p. 184).

Ao chegarem por volta de 12 anos, por já terem passado pelas vivências e experiências daquilo que constituía o mundo do trabalho, o adestramento se encontrava concluído e essas crianças tornavam-se adultas. Incluídas no mercado humano, essas crianças também eram avaliadas em suas futuras potencialidades para o mundo do trabalho. Até os quatros anos, quando estavam adquirindo, ao lado dos pais, o aprendizado, e atravessavam o crítico período da mortalidade infantil, eram pouco cotadas. Porém, ao adquirir as habilidades necessárias para lavar, engomar, reparar sapatos, pastorear, por exemplo, o preço crescia. As relações sócio-humanas nesse ambiente senhorial puderam ser sentidas, percebidas pelo adestramento da criança feito pelo suplício. Nesse sentido, destacam Góes e Florentino (2010), o suplício, não na sua manifestação como espetáculo, das punições exemplares, pois este era reservado aos pais, mas aqueles que se apresentavam cotidianamente na forma de pequenas humilhações e grandes agravos. Desde cedo, as crianças escravas estavam sob as ordens das crianças livres, e, estas últimas, eram educadas para não serem contrariadas. Os meninos livres, que se misturavam às crianças escravas, logo ensinaram a estas a dura realidade da serventia de bofetadas e humilhações, como se pode concluir da obra de Gilberto Freyre (GÓES; FLORENTINO, 2010, p. 186).

Um dos fatores que unia, segundo Lopes (2005), as crianças que vinham para o Brasil quinhentista nas embarcações (grumetes, pajens) e as crianças escravas era o trabalho. Trabalhos realizados nos porões de navios, nos conveses e das crianças escravas que atuavam

nas casas grandes e terrenos. Se o trabalho caracterizava a condição da criança no Brasil colonial, não seria menos verdade afirmamos que esses sujeitos foram utilizados estrategicamente no projeto colonizador português para a conversão cristã dos “bárbaros” nativos e para a transformação de seus costumes. Fizeram parte do processo civilizador como ponte para mudanças de costumes e hábitos de seus pais, inculcando neles normas, reprimindo comportamentos e disciplinando-os, com o objetivo de transformar esses nativos em corpos dóceis e não resistentes ao projeto colonizador.

2.3.2 Cena II: Do cotidiano, entre o cuidar, brincar e aprender

Discorrer sobre as diferentes formas ou condições da infância no Brasil, seja colonial ou imperial, não é apenas encarar um passado cheio de tragédias anônimas ou coletivas, como explicita Del Priore (2010), de crianças violentadas pelo trabalho e pelas relações sexuais, ou mesmo daquelas que, nas instituições que deveriam abrigá-las, viviam nos limites de atendimentos precários. É possível, por meio dos registros deixados por médicos, professores e padres, por exemplo, reconstruir as mais distintas formas de existência cotidiana, dos diversos vínculos sociais e afetivos e de aprendizagem que envolveram a infância no passado.

Del Priore (2010), ao fazer uso de fontes, como o discurso médico, de relato de viajantes e de padres, conta-nos, por meio desses documentos, como era a dinâmica da sociedade colonial e imperial, em que pesem questões ligadas à família, à preocupação com a saúde e o aprendizado da criança. Eram expressões como “meúdos”, “ingênuos”, “infantes”, que se referiam às crianças da época, nomeando a condição que se considerava como a primeira idade do homem. Galeano, nome citado em manuais de medicina entre os séculos XVI e XVIII, definia a infância da época como a etapa que correspondia à: “‘puerícia’ “[...] tinha a qualidade de ser quente e úmida e durava do nascimento até os 14 anos.” (DEL PRIORE, 2010, p. 84).

Até por volta dos três ou quatro anos, primeiro momento da puerícia, ou seja, da infância, era marcado principalmente pelos primeiros cuidados com a sobrevivência da criança. Os recém-nascidos, imersos num mundo multicultural, passavam por diversos rituais que tinham por finalidade garantir sua vida. Esses rituais iam de banhos em líquidos espirituosos, como vinho e cachaça, até o ato da mãe indígena preferir banhar seu filho em um rio e as africanas esmagarem o nariz de seus rebentos, moldando-o a uma forma que lhes parecia mais estética (DEL PRIORE, 2010). As práticas alimentares que as mães estavam

acostumadas logo passam a ser alvo da preocupação e do questionamento dos médicos. Estes ressaltam a importância do leite materno para o combate de doenças, o perigo dos alimentos engrossados com farinha, prática muito usual no período em questão, que poderia prejudicar os órgãos digestivos dos recém-nascidos.

O medo da perda de uma criança estava expresso tanto no imaginário religioso da época, permeado pela crença em feitiços e bruxas, ou no perigo real das doenças. O discurso científico numa sociedade fundada por diversas tradições e costumes religiosos chega a se confundir. Del Priore (2010) relata que o médico Bernardo Pereira, no século XVIII, prevenia as mães sobre os poderes que tinham as bruxas contra a vida da criança. Usando de malefícios, elas podiam atrofiar os recém-nascidos. Ele afirma que: “elas chupam o sangue dos mínimos.” (DEL PRIORE, 2010, p. 90), assim as mães deveriam sempre estar vigilantes e nunca deixar seus filhos sozinhos à noite. Ainda para Bernardo Pereira: “Armam-se com antídotos da Igreja... relíquias, orações, etc. que essas são mais certas e seguras que outras para afugentar os bruxos”. (DEL PRIORE, 2010, p. 90).

A mortalidade infantil não era exatamente obra das bruxas, mas suas causas estavam em determinadas práticas, como a introduzida pelo português e suas rígidas noções de resguardo e agasalhos numa terra onde a temperatura era alta. Desse modo, eram diversas as doenças infantis, como mal dos sete dias, sarna, impingem, sarampo, bexiga, lombrigas. Entre os relatos históricos que envolvem a saúde das crianças, destaca-se o estudo de José Maria Teixeira. Interessado em entender as causas da mortalidade das crianças do Rio de Janeiro, defendeu, na Academia de Medicina em 18 de junho de 1846, algumas hipóteses que passam a fazer parte dos manuais de medicina do século XVIII. São elas:

O abuso de comidas fortes, o vestuário impróprio, o aleitamento mercenário com amas de leite atingidas por sífilis, boubas e escrófulas, a falta de tratamento médico quando das moléstias, os vermes, a ‘umidade das casas’, o mau tratamento do cordão umbilical, entre outras que estão presentes até hoje (DEL PRIORE, 2010, p. 92, grifo da autora).

Além das preocupações com a saúde da criança, Del Priore ressaltava, ainda, o relacionamento afetivo entre pais e filhos, sobretudo o que se refere ao amor materno.

O amor materno, por seu turno, deixou marcas indeléveis nos testamentos da época. Não havia mãe que ao morrer não implorasse às irmãs, comadres e avós, que ‘olhassem’ por seus filhinhos, dando-lhes ‘estado’, ensinando-lhes ‘a ler, escrever e contar’ ou a ‘a coser e lavar’. (DEL PRIORE, 2010, p. 96, grifo da autora).

Além do “amor materno”, expressão que figurou em vários testamentos da época, é comum, também, nas relações entre adultos e as crianças pequenas da época, o mimo. Segundo Del Priore (2010, p. 96): “brincava-se com crianças pequenas como se brincava com animalzinho de estimação.”, tratados como verdadeiros brinquedos. Porém, os mimos dedicados às crianças, como receber a alimentação na boca, a brincadeira ao pé da mesa, não eram vistos com bons olhos por todos.

Nesse universo infantil, inúmeras eram as brincadeiras que constituíam o cotidiano das crianças. Banho de rio, piões, gente e mobiliários reduzidos, brincadeiras com miniaturas de arco e flechas, jogo de beliscão, o de virar bunda-canastra, ritmos como cantos e mímicas, entre outras, constituíam o repertório das brincadeiras. O aprendizado da criança também envolvia uma preocupação pedagógica, pois tinha a finalidade de transformá-la em um indivíduo responsável. Nesse sentido, as cartilhas de alfabetização e ensino de religião eram ensinadas às crianças, demonstrando como era forte a relação entre Estado e Igreja forjada pela Coroa e pela Igreja desde a vinda da missão civilizadora jesuítica.

Leite (2010), ao apresentar a infância no século XIX a partir da memória dos viajantes, relata como estes descreveram em suas memórias e narrativas alguns aspectos exteriores das diversas formas de ser criança que formavam a realidade brasileira à época. Entre os viajantes do século XIX, que escreveram sobre a infância, encontram-se escritores, médicos, comerciantes, pastores protestantes, professores, pintores, jornalistas. Esses olhares estrangeiros incitam-nos a pensar sobre questões importantes que permearam o cotidiano das crianças do século XIX. Destacamos desse conjunto discursivo a educação da criança privilegiada, que, num mundo construído pela base da desigualdade, teve a oportunidade de viver a infância de modo singular, adverso da criança escrava e pobre livre. A indisciplina de certas crianças de elite é assinalada por Kidder e Fletcher em 1853 (apud Leite, 2010)⁶. A mãe brasileira, segundo consta na narrativa, invariavelmente entrega seu filho aos cuidados de uma “preta” para ser criado, e, quando se torna incômodo a estas senhoras, é enviado à escola.

⁶ A história da infância e da criança brasileiras pode ser apreendida pelos documentos produzidos pelos estrangeiros que estiveram no Brasil desde o século XVI, deixando-nos seus registros que constituem a chamada literatura de viagem. SARAT (2009) afirma que esse tipo de documento tem muito a nos dizer sobre a percepção que esses estrangeiros tinham acerca da nossa infância/criança, tidas de um modo geral, seja ela do povo ou de elite, como insubmissas, permissivas e indisciplinadas. SARAT (2009) advoga que a infância brasileira tinha suas especificidades em relação à europeia, e, por isso ao analisar esses documentos: “Há uma desconfiança que os modelos europeus não se enquadram na experiência brasileira [...]. Assim, se, pelo olhar estrangeiro, as crianças eram mal criadas, mal comportadas, mal educadas, (des) civilizadas, certamente muito disso se devia à maneira como o estrangeiro percebeu e descreveu os relacionamentos.” (SARAT, 2009, p. 71).

Continuando a narrativa, lamentam-se Kidder e Fletcher pelo professor que terá que lidar com essa criança.

[...] coitado do pobre professor que tem de impor-se a esse espécime irrequieto do gênero humano! Acostumados a dominar suas amas pretas, e com a ilimitada indulgência de seus pais, mete-se na cabeça tudo poder e dever fazer para frustrar os esforços feitos para discipliná-los. Não fazem isso por maldade, mas por falta de disciplina paterna. São afetivos e dóceis, embora impacientes e apaixonados, dotado de inteligência, embora extremamente preguiçosos e incapazes de prolongada atenção (LEITE, 2010, p. 43).

Apesar de toda indisciplina, devido à falta de imposição de limites a essas crianças pelos pais, principalmente na relação com suas amas negras, ainda são considerados dóceis e inteligentes, porém indolentes. A educação da criança de elite não é feita apenas de indisciplina. Em outras narrativas de viajantes, destacam-se os cuidados que algumas famílias mais cultas e ricas têm em relação aos seus filhos. Segundo E. Belman, (1825), estas enviam seus filhos às universidades europeias, Alemanha, França e Inglaterra. Nessas universidades, os brasileiros de elite progridem, crescem: “pois o brasileiro é dotado de boa inteligência natural, é capaz de alcançar a mais elevada perfeição.” (LEITE, 2010, p. 45). Mais adiante, E. Belman faz uma denúncia, uma crítica à educação que alguns pais dão aos seus filhos ao entregá-los à guarda e ao convívio com os negros:

Os meninos crescem na vadiagem e na má-criação e, como os pais os deixam, desde a infância, quase que exclusivamente entregues à guarda e ao convívio dos negros, tornam-se naturalmente parecidos com estes, em todos os sentidos, tanto mais que na moral também são seus mestres. (LEITE, 2010, p. 45).

O convívio com o negro e sua experiência de vida é tido nessa narrativa como algo extremamente negativo, perigoso aos costumes dos meninos brancos. O negro assume conotação de vadio e mal criado, legando às crianças de elite comportamento incivilizado, tornando-as parecidas naturalmente com eles, pois os negros não passam, no campo da moral e dos costumes, de maus mestres. A mesma observação, a de uma educação negligenciada, é feita em relação às meninas: “A educação das meninas é negligenciada da mesma maneira e também elas são, em geral deixadas aos cuidados das negras.” (LEITE 2010, p. 46).

Desde os séculos XVI e XVII, conforme já vimos, a criança passou a receber cuidados especiais e pedagógicos que demonstrassem a preocupação com sua formação. Ana Maria

Mauad (2010) narra como, no século XIX, surgem diversas publicações de várias obras de cunho moralista que visaram formar a infância daquela época. As crianças da elite imperial eram levadas a conhecer, por meio dessas publicações, seus deveres, a partir de histórias carregadas de princípios morais. Entre estas publicações destacam-se:

Modelos para os meninos ou rasgos de humanidade, piedade filial e de amor fraterno. Obra divertida e moral, publicado em Recife em 1869 e vendido na Corte, e *As manhãs da avó: leitura para a infância. Dedicada às mães de família*, de autoria de Victoria Colona, publicado pela Garnier em 1877. (MAUAD, 2010, p. 148, grifo do autor).

A educação oitocentista, voltada para a infância, levanta polêmicas e controvérsias em relação à oposição entre educação e instrução. Em que pese à educação, as escolas ofertavam às crianças, a partir de sete anos, ensino de caráter enciclopédico. Porém, como assinala Mauad (2010), a escola só cumpriria sua função se a educação aplicada no lar se efetivasse. Desse modo, era necessário que o lar consolidasse nas crianças os princípios morais. Conforme escreveu um articulista da “Revista Popular”, caso fosse preciso escolher: “antes educação do que instrução, antes moralidade do que sciencia, antes fazermos homens de bem do que sabichões.” (MAUAD 2010, p. 150). A instrução moral para alguns era tão ou mais importante quanto o ensino baseado na escrita e leitura.

2.3.3 Cena III: Do ato de abandonar à prática de atender

Os dados históricos sobre a infância no Brasil mostram que sempre houve ocorrência de situações de abandono, desde o período colonial à contemporaneidade. As causas que formataram as razões para essa atitude remetem a questões sociais, econômicas e culturais. No Brasil colônia, Luengo (2010) informa que as relações matrimoniais aconteciam a partir de interesses econômicos e sociais, ou parte delas ocorriam dessa forma. Nasciam também filhos de relacionamentos que socialmente não eram aceitos, como crianças filhos de escravas com seus senhores, bem como filhos de casais que mantinham relacionamento escondido da família. Não desconsiderando as questões socioeconômicas que produziram o fenômeno do abandono de crianças, destacamos como a cultura moral de uma época contribuiu para que crianças fossem retiradas, excluídas do convívio social, sendo abandonadas em locais impróprios, como ruas, terrenos baldios, pastos, expostas à fome, animais ferozes, à instabilidade climática, o que, mesmo sendo proibido, era tolerado. Essa tolerância com que a

sociedade tratava desse problema possivelmente estava ligada também ao modo como ela mesma encarava as questões morais do seu tempo. Sendo assim, era permitido o encaminhamento de crianças aos locais aptos a recebê-la, manifestando o espírito caridoso e a possibilidade de protegê-las. Para esta análise, vamos destacar três instituições que se destacaram na assistência da criança desvalida: a Roda dos Expostos, que serviu a ambos os sexos, o Recolhimento, que recebia meninas, e por fim, os Seminários, que acolheram os meninos.

Essa condição propiciou que muitas crianças fossem abandonadas pelas ruas, portas de igrejas, sendo um dos fatores produtores do abandono. Diante dessa questão, emerge a assistência para proteger o infante excluído das relações familiares, surgindo, assim, a Roda, instituição que tinha como objetivo caritativo-assistencial recolher as crianças abandonadas. A Roda dos Expostos passou a fazer parte da paisagem de algumas cidades do Brasil colônia e imperial, segundo Marcílio (2011), uma das instituições que no Brasil atravessou os três regimes políticos de nossa história, cujo papel foi muito importante. Foram criadas, durante o período colonial, três Rodas dos Expostos, a primeira em Salvador no ano de 1726, a segunda, instalada na cidade do Rio de Janeiro, em 1738, e a terceira e última Roda do período foi construída na Santa Casa de Misericórdia do Recife, em 1789 (MARCÍLIO, 2011). A Roda, como aborda Marcílio (2011), havia sido instituída de modo a garantir o anonimato do expositor, prevenindo-se o mal maior, que seriam o aborto e o infanticídio. Essa instituição permitiu também, por um lado, a defesa da honra das famílias cujas filhas engravidaram fora do casamento, por outro, serviu como um controle, uma forma de regular o tamanho das famílias, dado que na época não havia métodos eficazes de controle da natalidade. A assistência à criança abandonada era de responsabilidade das Câmaras municipais, conforme a legislação portuguesa. As municipalidades deveriam, desse modo, amparar as crianças abandonadas em seu território. As Santas Casas de Misericórdia, em convênio com as municipalidades, geriam as Rodas dos Expostos, porém, as câmaras resistiam em manter esse serviço.

As primeiras casas de Recolhimento foram criadas, segundo Marcílio (2011, p. 165), na Bahia, em 1716, e outra no Rio de Janeiro, no ano de 1739, junto ao Hospital da Santa Casa. Nesse local, a honra e a virtudes estavam guardadas, condição importante para o casamento para uma sociedade que cultivava determinados valores. Tais casas evitavam que as meninas colocassem em risco a moral vigente, que ficassem desamparadas, vagando na mendicância e na prostituição pelas ruas, incomodando pessoas e a ordem pública.

Marcílio (2006), ao analisar a configuração dessas casas, afirma que tanto as Rodas dos Expostos, quanto as de Recolhimento, nas primeiras décadas do século XIX, não ofereciam a essas crianças nenhum tipo de instrução sistemática, operando apenas como abrigo, sem atividade educacional, religiosa ou profissionalizante estabelecida. Porém, na segunda metade do século XIX, chegaram da Europa as Irmãs de Caridade de São Vicente de Paula, que repensaram a administração nos Recolhimentos, direcionando as atividades educacionais para a formação das meninas com o objetivo de serem mães, treinando-as para lidarem com trabalhos manuais e domésticos. A partir do final do século XIX, as meninas passaram a receber o ensino de segundo grau e Curso Normal. Assim, a educação aplicada às meninas nos Recolhimentos, segundo Lemos (2003), iam desde aquela que tinha por finalidade formá-las para serem mães de famílias, por meio dos trabalhos manuais e domésticos, até aquelas que, em alguns casos, seguiam o magistério.

Quando retornavam das casas das amas-de-leite, que os cuidavam até os três anos, os meninos eram encaminhados para a Casa dos Expostos em Educação, permanecendo até os 12 anos, sempre com a expectativa de encontrar para essas crianças uma família. Se para as meninas foram construídas as casas de Recolhimento, para os meninos foram instituídos, em fins do século XVIII, os Seminários, colégios internos que assistiam meninos órfãos e desvalidos e se ocupavam da formação profissional, já que estes não eram alvos de preocupações com a honra e a virtude, como no caso das meninas. Para serem admitidos nos Seminários, os meninos deveriam deixar a Roda entre 7 e 9 anos, permanecendo durante 6 anos nessa instituição ou até completarem 18 anos. Nos Seminários, os órfãos e desvalidos eram submetidos a um projeto pedagógico profissionalizante, onde recebiam instrução primária e, concluída a instrução, eram encaminhados para mestres artesãos para o aprendizado de um ofício. Lemos (2003) ressalta que, nessas instituições, o ensino profissionalizante ganhou destaque e que, além de garantir o aprendizado de um ofício, era um importante instrumento de moralização da infância desvalida.

2.4 A infância da ordem e progresso: discursos da assistência

Percorrendo alguns dos caminhos historiográficos da infância no Brasil, constata-se que esta vivenciou as três fases da nossa história de forma bem característica. Desse modo, podemos afirmar que, durante o período colonial, executa-se um processo de aculturação imposto às crianças indígenas pelo projeto civilizador da missão jesuítica. Durante a vigência

do Império, destaca-se, principalmente, o atendimento aos enjeitados na Roda dos Expostos, instituição responsável pelo cuidado e zelo daqueles que a família abandonara. Com o advento da República, inicia-se o processo de instituição da infância construído a partir da interseção de diversos discursos e práticas, como os da medicina, da justiça e da assistência pública. Segundo Perez e Passone (2010), esse é o momento em que a infância passa a ser foco e objeto da atenção e controle por parte do Estado.

Para Sevcenko (1998), o final do século XIX até meados do XX foi um período de intensas transformações, de mudanças que atingiram diversos níveis que constituem a experiência do homem ocidental. Por volta de 1870, ocorre o que os historiadores nomeiam como Segunda Revolução Industrial ou, como alguns denominam, Revolução Científico-Tecnológica, configurando, assim, um novo mundo no que refere ao conhecimento científico e técnico. As descobertas científicas que se seguiram possibilitaram conquistas como o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a produção de energia elétrica, nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, que permitiram resultados positivos na produção e conservação dos alimentos. A medicina e a higiene, por exemplo, foram beneficiadas pelas descobertas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica, causando “um impacto decisivo sobre o controle das moléstias, a natalidade e o prolongamento da vida.” (SEVCENKO, 1998, p. 9). Essas mudanças que ocorreram a partir de 1870 rapidamente afetaram o modo de vida, alterando hábitos e costumes cotidianos dos países desenvolvidos da Europa e dos Estados Unidos, e logo se expandiram para outras regiões.

O Brasil, mesmo na condição de nação “periférica”, não fica alheio a essas transformações e, no embalo do vento do progresso que sopra sobre a Europa, funda, em 1870, o Partido Republicano, tido como capaz de representar tal ideal. Desse modo, a partir de 1870-1900, entraram em cena jovens intelectuais, políticos, artistas e militares, personagens que ficariam conhecidas como a “geração dos 70”, e que, segundo Sevcenko (1998, p. 14, grifo do autor) estariam comprometidas e em consonância “com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas ‘ossificadas’ do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos”. A nova elite, formada pelos ricos fazendeiros de café do sudeste e pelos militares radicais, ansiava pela proclamação da República e por uma abertura da economia aos capitais estrangeiros, pois a ideia era promover a imediata industrialização e modernização do país. Como consequência da ascensão dessas novas ideias em 1888, assistiu-se à abolição da escravidão e à chegada de uma imigração

européia, fatos que possibilitaram mudanças nos quadros hierárquicos e de valores da sociedade, como, por exemplo, a consolidação na nação da prática do trabalho assalariado.

Para Sevcenko (1998), o desejo modernizador levou a nova elite dominante ao esforço, a uma ação que visava minimizar, ao seu modo, as condições sociais que haviam marcado a nação desde os tempos coloniais, assim, passaram a basear-se, mesmo que abstratamente, em modelos europeus e norte-americanos. Desejosos de modelos, como o “da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso.” (SEVCENKO, 1998, p. 27), essa nova elite agia como se a instauração de um novo regime tivesse o poder de romper com todas as mazelas do passado, instituindo novas práticas, hábitos e costumes.

Outro marco do período republicano, segundo Sevcenko (1998), abarca os anos de 1900 a 1920. Anos caracterizados por inovações, como a formação de novos padrões de consumo, popularização do cinema, veiculação das modernas revistas ilustradas, disseminação de práticas desportivas, da criação de um mercado fonográfico que fez circular músicas e danças sensuais. Entre os anos de 1920 a 1930, a República balança seus alicerces com a deposição da política “café com leite”⁷, que durante tantos anos a sustentava, e com a ascensão ao poder do “varguismo”⁸. Na economia, assiste-se à crise do café, principal produto de exportação até aquele momento. Na efervescência política, a revolta dos jovens oficiais do exército, contrários às oligarquias que se alinhavam à velha política do “café com leite”. Nos grandes centros urbanos surgem movimentos operários de contestação, muitos dos quais apresentavam regimes políticos alternativos à República. Desse modo, emergem discursos nacionalistas contra os modelos políticos e administrativos vindos do exterior, pois estes não eram capazes de se sintonizar com os problemas da jovem República. Para Sevcenko (1998, p. 27), esses discursos deram “origem a novos discursos nativistas, que se tornariam o cimento ideológico do populismo em gestação.”

Nos anos de 1930 e 1940, a nação vivia sob o autoritarismo varguista. O projeto político de Getúlio Vargas procurou construir uma nação doutrinada que pudesse dar

⁷ A expressão café-com-leite diz respeito à prática política de revezamento no poder nacional pelas oligarquias de São Paulo, produtores de café, e por Minas Gerais, produtores de leite e donos de um expressivo colégio eleitoral. Essa política durou entre os anos de 1898 até 1930.

⁸ Varguismo refere-se ao período em que o Brasil foi governado por Getúlio Vargas. Vargas ascendeu à Presidência da República em 1930 e permaneceu no cargo até 1945. Esse período pode ser dividido em três grandes momentos: Governo Provisório (1930-1934); Período Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). Grande parte do período abarcado por esta pesquisa corresponde ao Estado Novo.

sustentação ao seu governo. Para isso, utilizou a seu favor todos os meios de que pudesse dispor, como as técnicas de propaganda e dos meios de comunicação social. Sevcenko (1998) afirma que, graças a uma população em sua maioria analfabeta, foi possível sua manipulação centrada em estímulos sensoriais por meio de imagens e sons. A elite dirigente, engajada na vontade de mudar formas e expressões da vida social, agia no sentido de que pessoas e grupos se vissem forçados a mudar, ajustar e reajustar seus modos, ideias e valores. Para Sevcenko (1998, p. 39):

A elite dominante, com raízes no Velho Mundo, procurou impor seus padrões e seus fins a uma natureza e a populações que tratava com meros instrumentos de seus projetos maiores. Seu recurso para efetivar esses fins eram códigos rígidos e sistemas de racionalidade, aplicados com vistas a modelar os comportamentos e as práticas, desde o âmbito geral até os recônditos da intimidade e da consciência de cada habitante do país.

A população infantil, na condição de governável, também constituiu alvo de rígidos códigos e de sistemas de racionalidades que visavam modelar seu comportamento. Com esse objetivo, destacam-se nessa trama a medicina, a justiça e a assistência pública. Nesse sentido, Perez e Passone (2010), afirmam que a medicina (do corpo e da alma) seria responsável por diagnosticar na infância suas doenças e, logo após, encontrar possibilidade de recuperação e tratamento. No que se refere à justiça, sua ação em relação à infância era a de regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), de modo que a educação se sobressairia sobre a punição. Por fim, na assistência pública, a filantropia encarregava-se de prestar assistência aos pobres e desvalidos “em associação às ações públicas [...] a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: ‘salvar a criança’ para transformar o Brasil.” (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 654, grifo dos autores).

A seguir, abordamos a infância no alvorecer do Brasil urbano, nos primórdios do período republicano, e como esse tempo de vida passa a ser atravessado pelos discursos médico, jurídico e da assistência pública.

2.4.1 A infância pobre e judicializada: entre a carência e a assistência

O final do século XIX e início do século XX coloca em curso, nesse momento de urbanização e crescimento das cidades, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, o discurso dos juristas que pretendem resolver os problemas que afetavam as crianças que viviam nas ruas, para garantir a ordem e o futuro da nação. O final do século XIX, segundo

Londoño (1995), vai ser a descoberta do menor em meio às crianças pobres das cidades. Para os juristas, o menor era a criança que não estava sob a autoridade de pais e tutores e, por isso, era considerada abandonada.

Povoando ruas, mercados, praças, e cometendo pequenos furtos e delitos, são chamadas de criminosas. Ressalta Londoño (1995), em sua análise, que o menor era somente a criança que fora abandonada material e moralmente, desse modo, aquelas sob os cuidados de suas famílias não se enquadravam nessa categoria.

A criança abandonada que perambulava pelas cidades era consequência de um processo modernizador excludente. Assim, os juristas, tanto do final do século XIX e dos anos 20 e 30 do século XX, apontavam também para a decomposição da família e do poder paterno como responsáveis principais dessa situação (LONDOÑO, 1995). Dessa forma, Rizzini (2009, p. 109) afirma que nas duas primeiras décadas do século XX vamos assistir no Brasil a uma série de compilações de leis voltadas à infância que passaram a regular a situação da criança. Passou a ser necessário intervir corrigindo os menores e educando-os: “para que estes se transformassem em indivíduos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade.” (RIZZINI 2009, p. 109). Com a infância “judicializada”, passa a fazer parte do imaginário social a imagem do menor, termo que designa a criança abandonada, desvalida, viciosa e delinquente.

A literatura sobre a legislação voltada à infância nos coloca que o termo menor passou a constar no vocabulário dos juristas e a se referir à criança em situação de abandono e marginalizada, principalmente a partir de 1920, definindo, também: “sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe correspondem.” (LONDOÑO, 1995, p. 129). A lei que melhor expressa a necessidade da época em controlar socialmente e disciplinar a criança marginalizada é o Código de 1927.

O Brasil, no final do século XIX, sofreu transformações profundas em sua estrutura social, como a abolição da escravatura, a proclamação da República, o crescimento urbano e o agravamento das questões sociais. Nesse contexto, o atendimento à infância, na condição de exposta, órfã, desvalida, se inscreve em outro modelo. Para Passetti (2010), com a proclamação da República a prioridade no atendimento social ultrapassa o nível da filantropia privada e seus orfanatos e alcança a condição de problema de Estado com políticas e legislações específicas.

A presença do Estado aparece nas políticas públicas, principalmente a partir de 1920, quando a caridade advinda da misericórdia privada ou religiosa dá lugar às ações

governamentais como política. Foi com a emergência do Estado Novo (1937 a 1945) que as políticas públicas de atendimento à infância viveram um momento específico de expansão.

Na mesma direção de Passetti (2010), Rizzini (2009) elenca elementos que confirmam que as políticas públicas voltadas para a infância no Brasil só tiveram lugar a partir da República. Como problemas de Estado, diversos programas e mecanismos de intervenções são forjados para atendimento da população infantil, principalmente até 1940: a criação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), do Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA) marca o atendimento às famílias e às crianças.

A intervenção do Estado no atendimento à infância, por um lado, dava-se no sentido de garantir a sua proteção e, por outro, visava muito mais à proteção da sociedade. Tornando a infância alvo das ações públicas, o objetivo do Estado era a “salvação da criança” e, desse modo, se responsabilizava e punia a família que negligenciava cuidados. Passou-se a se disseminar na sociedade que a família desestruturada era a causa da existência de criminosos. Essa ideia, segundo Passetti (2010, p. 348): “[...] fez com que o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e adolescentes”. O Estado, para Passetti (2010, 348), passa a se manifestar em relação à população pobre como um agente que contém e previne a “delinquência latente nas pessoas pobres”. Uma das características que marca o Estado Republicano no Brasil, conforme as observações de Passetti (2010) é sua preocupação com o zelo que se deve devotar à família, compreendida em seu arranjo monogâmico e estruturada. Sobre esta família costuram-se discursos de defesa contra as ameaças que possa sofrer.

Decisões no campo jurídico, como o Decreto Lei no. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, e o Código de Menores (Decreto no. 17.343/A, de 12 de outubro de 1927), instituem práticas de atendimento à infância na situação de abandono. O Decreto Lei de 1923 regulamentava a proteção aos menores abandonados e delinquentes, sendo a pobreza, nesse Decreto, considerada um potencial na produção de crianças abandonadas. O Código de Menores de 1927 regulamentava a prática do trabalho infantil até que, com a elaboração da Constituição de 1934, o trabalho de menores de 14 anos fica expressamente proibido sem permissão da justiça. Para Passetti (2010, p. 355), o Estado passa a agir com o internamento sobre aqueles que, segundo essas leis, estão na condição de abandono, prevenindo, desse modo, o comportamento delinquente: “Os abandonados agora estavam na mira do Estado.” Passa a ser fundamental, no processo de intervenção e de atendimento feito pelo Estado, a construção de políticas voltadas às reclusões em internatos e a defesa da escola. Com base em

uma gama de argumentações, justificam-se da seguinte maneira as internações de crianças infratoras no Brasil:

Se o menor for abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente promoverá a sua colocação em asilo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiará à pessoa idônea, por todo o tempo necessário à sua educação, contanto que não ultrapasse a idade de 21 anos. (BRASIL, DECRETO LEI, 1923 apud PASSETTI, 2010, p. 357).

O Decreto expressa o desejo do combate ao indivíduo perigoso, aquele cuja índole foi interpretada como criminosa. Sendo assim, era necessária a aplicação de tratamento médico acompanhado de medidas jurídicas. A internação desse indivíduo representava a possibilidade de se moldar o comportamento para que no futuro este pudesse ser novamente inserido no convívio social.

O atendimento à infância nos trinta primeiros anos republicanos toma a infância pobre como investimento, visto que abrangia a criança potencialmente abandonada e perigosa. Era necessário integrá-la ao mundo do trabalho, principalmente numa nação que se industrializava. Para isso, era preciso retirá-la do mundo da delinquência. Passetti (2010) afirma que a escola e o internato passam a ter, nesse contexto, funções fundamentais, pois objetivam incutir na criança, principalmente na pobre, a obediência numa ação que domestica as individualidades, facilitando, assim, a prevenção geral. Por conseguinte, investindo na educação e no controle dessa criança, o Estado produz: “cidadãos a reivindicar disciplinarmente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora.” (PASSETTI, 2010, p. 355).

O Governo Federal, na década de 1940, em plena vigência do Estado Novo, segundo Rizzini (2009), passa a construir, em relação à questão da proteção e assistência ao menor e à infância, políticas públicas mais nítidas. Nesse momento, duas categorias, indiscutivelmente separadas e específicas, o menor e a criança, são usadas para se referir à infância. Destacam-se nesse processo a criação do Serviço de Assistência aos Menores (SAM), do Departamento Nacional da Criança (DNCr) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A implantação do Departamento Nacional da Criança (DNCr), em 1940, revela que o período que corresponde aos anos de 1940 a 1943 é marcado pelos investimentos na criança pobre e sua família.

Dentro dessa política pública de investimento e atendimento à infância pobre e sua família, o governo Vargas delega ao Departamento Nacional da Criança as responsabilidades das ações que deveriam ser dirigidas à criança e à família e, no entrelaçamento das questões

que as envolvem, funda-se uma política de proteção materno-infantil com vistas à: “preparação do futuro cidadão, de acordo com a concepção de cidadania da época.” (RIZZINI, 2009, p. 262).

As competências políticas legadas ao Departamento Nacional da Criança (DNCr) estavam ligadas ao desenvolvimento e à divulgação do que se classificava à época como “problema social da maternidade, da infância e da adolescência (art. 5º).” (RIZZINI, 2009, p. 270). Para concretizar a proposta, o Governo Federal concedia auxílio aos Estados e subvencionava as instituições de caráter privado que tinham nessa população seu alvo. Nesse sentido, a ação do DNCr tinha por finalidade, por um lado, salvar a família e, por outro, proteger a infância.

O SAM, criado em 1941, pelo então governo de Getúlio Vargas, tinha como objetivo ocupar-se da organização de serviços de assistência, bem como realizar estudos e ministrar aos menores o tratamento, que foi retirado da responsabilidade dos juízes. Sua fundação estava ligada à tentativa de solucionar alguns problemas que o Juízo de Menores enfrentava com a falta de continuidade dos serviços prestados e por sua dificuldade em encontrar para o menor em foco local adequado para ser educado ou reeducado.

Esse serviço social prestado ao menor sofreu, durante sua existência, duras críticas pela sociedade, sendo considerado, por parte do imaginário social como: “ ‘Escola do Crime’, ‘Fábrica de Criminosos’, ‘Sucursal do Inferno’, ‘Fábrica de Monstros Morais’, ‘SAM – Sem Amor ao Menor.’” (RIZZINI, 2009, p. 266, grifos do autor). Depois desse curto período de existência, o SAM é substituído pelo INAM (Instituto Nacional de Assistência aos Menores), em 1955.

A questão da infância no limiar do século XX é também assunto para a elite. A transformação urbana, como o crescimento das cidades, levou a elite a se preocupar com a infância, principalmente a pobre e na condição de rua, como um problema que poderia escapar ao controle da sociedade e do Estado. Essa elite, formada por intelectuais, autoridades, médicos, advogados e professores considerados como “pessoas da boa sociedade”, passa a regimentar serviços sociais de atendimento à infância, que visam seu controle, moldar seu comportamento e o combate dos riscos que esta possa sofrer em termos de saúde.

Nesse sentido, a participação da LBA, fundada em 1942, pela então Primeira-dama, Darcy Vargas e que, passando por diversas fases, teve suas atividades encerradas em 1991, é um exemplo da atuação da elite nas questões que permeavam a infância na primeira metade

do século XX. Instituição esta, conforme Rizzini (2009), forjada durante a II Guerra Mundial com a finalidade de dar suporte assistencial às famílias dos que foram convocados à guerra, que assume como tarefa, em 1945, a assistência à maternidade e à infância, desvinculando, desse modo, seu compromisso em atender às famílias dos convocados. De caráter assistencial, a LBA assume os cuidados com a infância e a maternidade, por considerar que esta área era estratégica no enfrentamento dos problemas econômicos do país, visto que o atraso no desenvolvimento da nação também era atribuído à má educação e saúde da criança brasileira. Por outro lado, existia no Estado da época, o forte desejo com: “o preparo de ‘gerações de homens fortes’.” (RIZZINI, 2009, p. 274, grifo do autor). Como exemplo da ação da LBA diante da questão materno-infantil, segundo consta no relatório de 1946 das atividades, temos o seguinte: “o órgão subvencionou 338 ‘obras sociais’ no país, constituídas por educandários (111), lactários (48), hospitais (40), ambulatórios (28), Postos de Puericultura (26), dentre outras.” (RIZZINI, 2009, p. 277, grifo do autor).

A assistência à infância, na primeira metade do século passado, foi marcada tanto pela presença do Estado, tanto no campo jurídico ou assistencial, como a criação de instituições como escolas, orfanatos, como da participação privada, que muitas vezes contava com o repasse de dinheiro público.

2.4.2 A infância no discurso médico: descrevendo os cuidados

As transformações ocorridas nos primeiros anos republicanos não marcaram a infância apenas no campo do discurso jurídico ou das novas práticas assistenciais reguladas pelo Estado. Na transição do Império para a República a medicina entra em cena, agenciando, pelo discurso médico-higienista, questões que dizem respeito aos cuidados com a criança, cuidados estes que tratam mais especificamente da conservação da saúde da criança e do seu corpo e higiene.

A puericultura, como “ciência e arte que tratam da procriação e criação da espécie humana.” (COSTA, 1995, p. 11 apud MARTINS, 2008, p. 139), desenvolveu-se na França no século XIX a partir da evolução do conhecimento pediátrico na área clínica, cirúrgica e preventiva. Desse modo, o início do século XX é testemunha da importância e visibilidade que passa a ter a saúde da criança a partir da ação da puericultura com suas medidas preventivas e educativas, voltadas principalmente às mães. Assim, Martins (2008, p. 139) destaca uma série de atividades científicas relacionadas à pediatria e à puericultura, que

ocorreram em prol da divulgação desse saber, por meio de congressos nacionais e internacionais, campanhas que se ocuparam de questões como a proteção e a alimentação da primeira infância. Essas atividades científicas passaram a mover a agenda política de muitos países.

Dentro do contexto apontado acima, a puericultura se desenvolve, nos finais do século XIX, na França, e, segundo Novaes (2009), operava como normatizadora de todos os aspectos que se referiam à melhor forma de cuidar da criança, visando à obtenção de uma saúde perfeita. A puericultura, na condição de mecanismo normatizador, age por meio do discurso médico, principalmente sobre as crianças de meio social desfavorável.

A puericultura no Brasil passa a ser divulgada a partir de 1880. Segundo Parada e Medeiros (2010, p. 2), esta teve início com Carlos Artur Moncorvo Filho, que foi responsável pela realização de campanhas que defendiam a criança e a raça, e, entre suas ações, está a criação em 1899 do Instituto e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, que se tornou modelo de política implementada na época. Com a intenção de promover estudo sobre a infância e a maternidade científica, fundou em 1919 o Departamento da Criança no Brasil, entre outras ações. Assim, atitudes como a de Moncorvo Filho são a demonstração da afirmação de Martins (2004) de que os médicos, desde meados do século XIX, estavam preocupados com uma configuração social considerada por eles como “imprópria e inadequada aos seus padrões de civilização.” (MARTINS, 2004, p. 223). A ação de médicos brasileiros passam a ter destaque na implementação e formulação de projetos que visavam intervir nessa realidade.

Os médicos, movidos por portarem o conhecimento científico, intervinham em instituições e indivíduos em nome de uma nova ordem social que se calcava nos ditames da higiene e nos interesses políticos da nação que se constituía. Sobre a relação entre o saber médico que se instituía e o Estado, temos o seguinte:

Os discursos médicos sobre a saúde revelam ser tanto modelos de conhecimento sobre a estrutura das doenças e suas causas, como propostas de intervenção saneadora e reorganizadora do espaço físico das cidades brasileiras – sobretudo nos centros urbanos portuários – e na vida das populações, no sentido de higienizá-las, discipliná-las e organizá-las para o tipo de relações sociais ascendentes na formação social brasileira. (LUZ, 1982 apud MARTINS, 2004, p. 223).

Nesse sentido, uma rede de dispositivos higienistas e disciplinares vai tomando forma a partir dos médicos. Marcílio (2006, p. 194) elenca uma série de preocupações que moveram esses representantes do conhecimento científico, como o combate à mortalidade infantil, o

cuidado com o corpo, alimentação, orientações sobre doenças e saúde. Desse modo, foram responsáveis pela introdução da pediatria, puericultura e da publicação de uma série de orientações às mães, visando educá-las na arte de cuidar. Essas preocupações se fizeram presentes em toda a primeira metade do século XX.

PARTE 2
INFÂNCIA E MODERNIDADE

3 A POPULAÇÃO INFANTIL FACE AO BIPODER

Este capítulo discute o processo pelo qual a criança ganhou lugar na sociedade, tornando-se indivíduo e alvo de proteção, vigilância, cuidados com o corpo e educação. Também analisa como, a partir da Modernidade, a infância tornou-se alvo do poder ávido de governo. Assim, vamos percorrer algumas obras que se ocuparam da infância e dos costumes para entendermos como ela foi inscrita na Modernidade. Bujes (2001) nos traz contribuições importantes para a compreensão de como o sujeito infantil moderno é constituído historicamente nas narrativas que se aplicam a falar sobre ele. No exame do processo civilizatório amplamente divulgado na Modernidade e que passa a atravessar ou constituir a infância e sua educação, dialogamos com Elias (2011). Para examinar como o Estado administrativo moderno passa a lidar com a questão da população, Foucault (2005) nos fornece as ferramentas necessárias para entendermos essa trama ao nos disponibilizar em seus estudos a noção de biopoder. Por fim, analisamos o imaginário moderno no Brasil, segundo Herschmann e Pereira (1994), e a partir dele as ações assistenciais empreendidas e destinadas a atender a infância brasileira.

3.1 (Des) naturalizando o objeto: a infância como invenção moderna

Bujes (2001), ao examinar as relações entre infância e poder, demonstra as formas como operam os dispositivos de governo da infância, a partir da racionalidade moderna. Inspirada em Foucault, destaca como os aparatos de verdade sobre a infância, com seus sistemas de enunciados verdadeiros, são produzidos no interior das relações pedagógicas. Sua análise permite o entendimento de que os fenômenos relacionados à infância, como suas representações, seus códigos, suas identidades, são construções sociais. Tudo isso, segundo Bujes (2001), é efeito de um longo e complexo processo de definição: “entendendo que os significados do que é ‘ser criança’ são produzidos pelos discursos que se enunciam sobre ela.” (BUJES, 2001, p.11, grifo do autor). Desse modo, poderemos sempre colocar em questão as concepções e práticas que têm sido construídas para as crianças, principalmente a partir da Modernidade.

Quando levado a pensar os períodos da vida humana, o senso comum orienta-se numa concepção de criança/infância como um dado atemporal, dependente e que paulatinamente vai conquistando sua autonomia intelectual e moral. A criança representaria o lugar da pureza e da bondade, como um ideal de perfeição. Essas formas de representar a infância, segundo

Bujes: “estão de tal maneira naturalizadas que deixam pouco espaço para que percebamos outras formas de pensá-la e também para que ponhamos em questão os processos que vieram a construí-la deste modo.” (BUJES, 2001, p. 21). Para rompermos com maneiras sedimentadas de concebermos a infância, desconfiando de noções correntes, é necessário perguntarmos o quanto ela corresponde às infâncias que conhecemos. Nesse exercício inquisitório sobre nós mesmos, cabem perguntas sobre “o que é ser criança”, que problematizem os efeitos dos modos que significamos a infância nas práticas que historicamente organizamos para ela, bem como nas vigentes na sociedade atual. Nesse sentido, Bujes (2001, p. 21) nos ensina a pôr em questão o modo como os discursos sobre a infância operam a definição de quem somos e, por conseguinte, o que a sociedade espera de nós, mostrando que os discursos que são enunciados sobre a infância têm orientado entre nós as práticas de atenção/criação/educação das crianças pequenas e que estas têm sido úteis para a tomada de certas decisões em termos de políticas públicas voltadas a essa população:

É, de alguma maneira, tentar vislumbrar como estes discursos ou narrativas, ao definirem de um certo modo ‘o que é ser criança’, não apenas orientam ‘políticas de identidades’ para os sujeitos infantis, mas acabam por possibilitar entendimentos particulares sobre como se delineiam as relações de força na sociedade, as relações de poder – eficazes mas invisíveis – que modelam certos modos de ser criança, de viver esta idade e de nela ‘descobrir o mundo. (BUJES, 2001, p. 21, grifo do autor).

Bujes (2001), ao tomar a criança como um sujeito/objeto cultural, desvela como o sujeito infantil é fabricado por discursos institucionais, por formulações científicas, entre outros. Sendo assim, a infância que conhecemos não é um dado atemporal, mas sim uma invenção, uma fabricação da Modernidade, de modo que apenas a partir do século XVI, na sociedade Ocidental, a criança passou ao campo das preocupações sociais e políticas com maior relevância.

A Modernidade, no Ocidente, caracteriza-se pela ocorrência de uma série de acontecimentos políticos, econômicos e demográficos. O fenômeno moderno foi acompanhado pelo aumento populacional urbano, desenvolvimento capitalista da acumulação e da propriedade, da crescente divisão do trabalho e da organização dos estados nacionais. Para Bujes (2001), essas transformações fizeram emergir novos modos de ver indivíduos e populações: “às mudanças que ocorreram na organização social, política e econômica correspondem sutis transformações na maneira como os sujeitos são percebidos, categorizados, diferenciados e (con)formados.” (BUJES, 2001, p. 31).

O advento da Modernidade permitiu a invenção do moderno sentimento de infância – sentimento expresso tanto no reconhecimento de sua particularidade, quanto na identificação da necessidade de cuidá-la e também educá-la –, ao mesmo tempo, foi acompanhado por um desejo de governo das populações infantis. Assim, diferentemente dos tempos medievais, o mundo moderno destaca-se por novas formas de preocupação dos adultos pelas crianças, preocupações essas que vão abrindo caminho para a instituição de saberes, como o desenvolvimento infantil e das suas relações com o mundo. Instituição como o colégio, que se fortalece na modernidade para melhor formar a vida das crianças, ao contrário da Idade Média, época em que o aprendizado ocorria nas relações cotidianas com o pai, o vizinho, os mais velhos, nas teias da vida comunitária.

Ao discorrer sobre o tema da infância na história, Ariès (1981) possibilita o entendimento de como, na Modernidade, os indivíduos e as populações infantis passam a ser tratados, vistos, percebidos e representados, seja como atores e sujeitos de um novo tempo ou como objeto do olhar do Estado, do olhar científico, moral, religioso e familiar. As crianças passam a ser concebidas como um segmento diferenciado dos adultos, mesmo que estes ainda descrevam e interpretem seus desejos, necessidades, suas potencialidades intelectuais, bem como seus limites. Bujes (2001, p. 36), na direção dos olhares lançados sobre a infância, ressalta que as crianças continuam sem voz e que suas identidades são formatadas a partir de perspectivas e de interesses que espelham a vontade de poder de setores específicos da sociedade e de grupos particulares de adultos em momento históricos. Como demonstração desses interesses que se manifestam no desejo de poder:

Os moralistas e homens da Igreja do Renascimento, no momento em que começam a se configurar os Estados administrativos modernos, colocarão em ação todo um conjunto de táticas cujo objetivo consiste em que a Igreja possa continuar conservando e, se for possível, aumentando seu prestígio e seus poderes. [...] Nesse marco, parece natural, a partir de uma perspectiva atual, que os indivíduos de tenra idade convertam-se em alvos privilegiados de assimilação das respectivas ortodoxias: os jovens de hoje são os futuros católicos e protestantes de amanhã e, além disso, sua própria fragilidade biológica e seu incipiente processo de socialização fazem-nos especialmente aptos para serem objetos de inculcação e moralização. (BUJES, 2001, p. 37, apud VARELA; ALVAREZ-URÍA 1992, p. 69-70).

A ilustração acima permite vislumbrarmos como a visão adultocêntrica da infância, cuja representação a coloca na condição de um ser em falta: “imaturo, débil, desprotegido, em alguns casos necessitando de correção, em outros de proteção.” (BUJES, 2001, p. 37), justifica toda e qualquer necessidade de intervenção e de governo destinado a esse tempo de

vida. Sujeito que pode ser maleável e modelado e que, sendo fraco, “necessita de tutela: por ser rude, deve ser encaminhada à civilização: pela sua fraqueza de juízo, precisará desenvolver a razão.” (BUJES, 2001, p. 37). Desse modo, durante a Renascença, o tema da pedagogia ocupa lugar no pensamento europeu sobre a educação da criança, sendo as ideias dos humanistas as que delineiam essa educação. No Renascimento, floresce uma nova concepção de homem projetando na “criança a argamassa do modelo a ser engendrado na maturidade.” (BOTO, 2002, p. 14).

A representação da criança no contexto renascentista/humanista era a da criança percebida na ideia da insuficiência, do seu caráter incompleto que era próprio de sua condição infantil, devendo assim ser modelada para chegar à vida adulta.⁹ Os intelectuais da Renascença vão compilar os primeiros tratados modernos, visando edificar uma normalização de comportamentos prescritos, compilações que se caracterizam em roteiros de civilidade, no intuito de dirigir as ações das famílias e de educadores na condução dos modos de as crianças estarem no mundo e nele interagindo. Os manuais de civilidade constituíam-se de padrões básicos de prescrições, de doutrinação, capazes de adestrar as crianças que se pretendia controlar. Assim, durante o Renascimento europeu, vemos nascer à civilidade como programa pedagógico e a formação da puerilidade, fortalecida a partir do século XVI. Erasmo de Rotterdam, em seu manual de civilidade, é um dos primeiros a retratar a infância como lugar de operar as mudanças necessárias para a construção do sujeito moderno, sujeito civilizado, ordeiro, educado e que mantenha sobre si mesmo o autocontrole das suas emoções, atitudes.

Nessa perspectiva de encarar a questão das representações da infância, pode-se chegar à conclusão de que estas investigações passam a definir pautas próprias de conduta dos sujeitos infantis em relação aos objetos que investigam. Na condição de objeto e foco da ação científica, da ação moralizante, as crianças passam a ter suas condutas monitoradas, inserindo-se em espaços normativos, como o da educação escolarizada.

Para entendermos como atualmente algumas representações e socializações atuais no campo da infância se constituem, recorreremos à narrativa histórica para examinarmos como esse sujeito infantil moderno é construído pelos discursos que circulam e instituem verdades sobre ele. Para isso, vamos considerar algumas configurações da sociedade ocidental a partir

⁹Para Boto, a representação renascentista construiu uma imagem da criança “percebida pelo que lhe falta, pelas carências que apenas a maturação da idade e da educação poderiam suprir. Frágil na construção física, na conduta pública e na moralidade, a criança é um ser que deverá ser regulado, adestrado, normalizado para o convívio social. Daí a necessidade de se dar a ela, de um lado a liberdade; e, do outro, o freio – de modo que o adulto pudesse surgir pelo equilíbrio.” (BOTO, 2002, p. 17).

do século XVI, como as transformações sociais advindas da ascensão burguesa, o discurso dos humanistas e moralistas e de alguns ideólogos sociais e, por fim, as ideias de Rousseau sobre a infância. Em Bujes (2001), temos o traçado da genealogia do campo infantil, permitindo entender como se deram os significados que foram instituídos sobre a infância. Esta autora, calcada em estudos de outros pesquisadores da infância, como Varela e Álvarez-Uría (1991), relata que duas formas de significar a infância estariam prefigurando até hoje as representações da infância: a dos humanistas e moralistas do século XVI, formados pelos reformadores católicos e protestantes e pelas ideias de Rousseau.

A sociedade europeia, a partir do século XVI, vivencia transformações importantes, como o advento da burguesia enquanto classe social e sua intervenção na constituição da educação e da família, estas últimas tidas como chaves no programa político burguês para manutenção do equilíbrio social. A infância deixa de ocupar o lugar social que a ela era reservado na Idade Média, deixando de ser vista como um resíduo da vida comunitária, como parte de um corpo coletivo. Desse modo, passa a ser: “percebida como um ser inacabado, carente e individualizado.” (BUJES, 2001, p. 43). Essa concepção de infância fez com que a sociedade investisse desde a tenra idade sobre ela, orientando sua criança e instruindo-a. Os humanistas e reformadores passaram a descrever a criança como um sujeito sempre apto a ser adestrado, devido à sua característica maleável, de cera branda e argila úmida, ao mesmo tempo vista como necessitada de razão e marcada pelo pecado. Para Bujes:

Estas percepções [...], estas formas de pensá-la estarão associadas a uma série de iniciativas socializadoras que vão, aos poucos, se disseminar pela sociedade européia, marcando novas práticas de cuidado, as relações entre adultos e crianças, as expectativas familiares em relação ao futuro de seus filhos, as novas relações afetivas entre as gerações e, sobretudo, as práticas de seu enclausuramento. (BUJES, 2001, p. 43).

Bujes (2001) chama a atenção ao narrar as mudanças nas representações da infância para a importância que o discurso ideológico social teve nesse período, destacando-se aí o pensamento do ideólogo da burguesia inglesa, Locke. Esse filósofo trazia à discussão a sua polêmica ideia contra o inatismo, pautado no postulado de que nascemos dotados de inteligência e de princípios cognitivos. Para defender os ideais burgueses contra a nobreza e sua noção de “direitos naturais”, Locke se posicionou contra essa perspectiva filosófica, afirmando que tudo o que conhecemos passa pelos sentidos. Dessa forma, é absurda a ideia “de que existem no intelecto certos princípios inatos, algumas noções primárias impressas no espírito do homem, que a alma recebe no primeiro momento da vida e que leva consigo para o

mundo.” (LOCKE apud BUJES, 2001, p. 44). Na perspectiva Lockeana, o homem é resultado da experiência vivida, pois é capaz de organizá-la. Essa experiência provém dos processos educativos a que este pode se submeter.

Emerge, nos séculos XVI e XVII, nos discursos dos humanistas, filósofos e reformadores, segundo Bujes (2011, p. 45), a noção, a referência, a representação da infância vinculada à ideia de *uma natureza infantil*. Mesmo com algumas mudanças, a criança, nessa produção discursiva, é vista como possuidora de características e sensibilidades que lhe são próprias. Isto faz com que seja concebida como alguém que carrega algum tipo de ameaça, desafio e risco. Em decorrência disso, passa a ser necessário operar sobre ela, pois: “esta natureza própria da infância dota-se de aptidões, talentos, tidos como naturais.” (BUJES, 2001, p. 45). Nessa direção da infância numa visão naturalista, Erasmo afirma que: “A força de cada um reside nas aptidões que a natureza lhe deu.” (ERASMO apud BUJES 2001, p. 45). Essa visão acerca da criança gerou perspectivas, na época, pejorativas e negativas da natureza infantil, como se pode notar em dois pensadores: Locke e Descartes. Locke afirma a necessidade de desviar a criança da sua condição natural, que, segundo ele, a torna frágil, conduzindo-a à razão. Dessa forma, entra em jogo, conforme Bujes, a necessidade do controle pedagógico, o que para ela, “em termos foucaultianos, produz ativamente o governo das populações infantis.” (BUJES, 2001, p. 46). Por sua vez, Descartes vê na criança sinais de animalidade e selvageria, nada confiáveis, já que ela é destituída da razão, sendo inclinada para o prazer, a desordem.

As narrativas dos reformadores humanistas, religiosos e dos ideólogos burgueses voltaram-se para a criança a partir de uma suposta condição natural que a acompanha, sendo deste modo possível desenvolver, moldar, formar seu corpo, seu sentido, sua sensibilidade, sua moral, seus hábitos, suas emoções, seus gestos, suas atitudes. Nesse sentindo, a infância na Modernidade, enquanto população ou indivíduo é submetida a processos que visam civilizá-la para melhor inseri-la na sociedade.

3.2 Civilizando os costumes, polindo os modos: a infância no processo civilizador

Esta seção dedica-se a tratar das mudanças, dos costumes, dos usos, dos hábitos, dos códigos, ocorridas a partir da Modernidade, e que passaram a alterar a subjetividade. Essas transformações ajudam a entender como o sujeito infantil moderno foi constituído na história do Ocidente, a partir do momento de ultrapassagem de determinados códigos, no momento de

instauração da diferença, que ocorrem na passagem da Idade Média para a Modernidade. Para nos situarmos nesse processo, recorremos a Norbert Elias (2011), que nos apresenta como ocorreu o que denominou de processo civilizador ocidental, mostrando o caráter histórico do termo civilização. Elias (2011) define sua investigação histórica como a história da “civilização dos costumes” na Europa Ocidental. Essa investigação elisiana serve para esclarecer certos aspectos do processo civilizatório, bem como a abertura de caminhos à compreensão do processo psíquico civilizador. A grande contribuição do trabalho de Elias é, sem dúvida alguma, mostrar o desenvolvimento dos modos de condutas humanos e, principalmente, permitir com que entendamos a ideia de que não existe atitude natural nos homens e, como consequência disso, todos nossos comportamentos são fruto de aprendizagem social. Elias (2011, p. 70), na direção da desnaturalização das atitudes humanas, ao propor que a “civilização” não chega até nós pronta e acabada, considera que nos cabe questionar como se constitui e a possuímos, compreendendo as mudanças nos comportamentos aprendidos no processo social da civilização do homem.

Ao tomarmos a infância como fabricação/invenção da Modernidade a partir do século XVI, no Ocidente, mostrando como esta se torna um objeto relevante da política e dos investimentos sociais desse período, buscamos aqui, a partir do pensamento do sociólogo alemão Norbert Elias (2011), traçar como se deu a construção do sujeito infantil moderno a partir do processo vivido pelo Ocidente denominado pelo autor como processo civilizador. As investigações de Elias (2011) abrem caminhos para a compreensão da formação dos indivíduos e como estes se apropriam dos bens simbólicos no espaço social, como os modos de se comportar diante de inúmeras situações colocadas pela existência. Leão (2007) afirma que a civilidade, conceito-chave na documentação normativa utilizada por Elias, vai se tornando uma pedagogia do comportamento privado e público ao propor a aprendizagem das boas maneiras. A perspectiva analítica de Elias (2011) nos coloca diante da nova versão do sujeito moderno, ao retratar o quadro das “mudanças civilizadoras”, que foi se desenvolvendo a partir da Renascença e que formatou o sujeito moderno. Desse modo, Elias (2001) afirma que esse processo levou a uma maior individualização, um crescente controle das emoções e expansão da autoconsciência.

Ao se apropriar dos manuais de civilidade, dos tratados de etiquetas, de impressos que descrevem e prescrevem os modos de comer, a higiene do corpo, a leitura de bons livros, bem como o cuidado em falar adequado, o sentimento da vergonha, o avanço do pudor, Elias desenvolve uma teoria sobre os processos de civilização. Desse modo, ao investigar costumes

e comportamentos das sociedades em oito séculos de história, mostra os vínculos entre o processo civilizador individual e o processo civilizador social. Elias (2011) evidencia em seus estudos que as transformações sociais alteraram as estruturas psicológicas dos indivíduos, transformações essas perceptíveis nos padrões de comportamento. Mesmo não tratando especificamente da infância, o autor contribui para o entendimento da participação desse tempo de vida nesse processo, pois ele mesmo aponta a civilização como um processo contínuo e inacabado. Assim, localizar a infância no processo civilizador, que visa à moldagem dos padrões de comportamento do indivíduo no desenvolvimento da sociedade moderna, faz-se salutar neste trabalho¹⁰.

A questão de pesquisa colocada por Elias (2011) em suas considerações acerca do processo civilizador objetiva-se em compreender como ocorreu o curso de transformações gerais da sociedade, estudado em sua longa duração e na direção de um processo de civilização. Em suas análises, Elias (2011) identifica uma transformação da afetividade do comportamento e experiências humanas, ao lado do controle de emoções individuais por imposição externa e autocontrole. Em posse das documentações, o autor concentra-se em demonstrar as mudanças de comportamento, nas emoções e nas estruturas de controle dos indivíduos, principalmente a partir da modernidade, retratando mudanças desde o cavaleiro medieval ao burguês dos séculos XVIII e XIX. Numa leitura de longo prazo, afirma que durante a Idade Média existia um padrão de comportamento próprio da alta classe secular do período. Essa classe ou estrato social é identificada por cavaleiros medievais que tinham contato com os grupos cortesãos que viviam em torno dos senhores feudais. Desse modo, a vida desse grupo era percebida, identificada por aquilo que tinha em comum, ou seja, os códigos que criavam, as maneiras que forjavam para se comportar, diferenciando-os dos demais, tornando-os especiais. O que resumia esse modo específico de vida, de padrão comportamental, no mundo feudal, era o conceito de cortesia. A palavra cortesia definia um padrão de comportamento, de normas necessárias para se comportar na corte e ser aceito por esse grupo.

A partir do Renascimento, no século XVI, assiste-se à queda da palavra *courtoisie* e a ascensão de *civilité*, bastante usual no século XVII na França. Segundo Elias, “sinal de uma mudança comportamental de grandes proporções.” (Elias, 2011, p. 79). O autor adverte que

¹⁰ Sobre a infância e o processo civilizador, sugerimos a leitura do artigo “A infância no processo civilizador”, publicado no dossiê temático “Infância e Educação”. Anilde Tombolato Tavares da Silva. Aprender – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação. Vitória da Conquista. Ano III, n. 4, p. 11-27. 2005.

essas mudanças não ocorreram de forma abrupta, mas que houve um entrelaçamento entre normas da sociedade de corte medieval e a que surgia. Como argumento para demonstrar a transição dos hábitos no Renascimento, ele recorre ao manual de bom comportamento *De civilitate morum puerilium*¹¹, de Erasmo. Elias (2011) mostra empiricamente, a partir desse manual, as mudanças que vão se sedimentando nas estruturas sociais e psicológicas dos sujeitos modernos: “a ‘simplicidade’ como a experimentamos, a oposição simples entre bom e mau e entre compassivo e cruel haviam se perdido. As pessoas encaravam as coisas com mais diferenciação, isto é, como um controle mais forte de suas emoções.” (ELIAS, 2011, p. 80, grifo do autor). As análises de Elias permitem compreender que a Modernidade traz à tona novas formas de perceber o mundo e a vida, que não só os hábitos se modificam, mas muito mais, sua maneira de ver, sua sensibilidade. Nas relações pessoais, cotidianas, as pessoas se observam e controlam os outros mais do que na Idade Média, moldando-se constantemente ao olhar vigiador do seu vizinho. De posse dos manuais de civilidade, dos tratados de etiquetas, impressos que descrevem e prescrevem os modos de comer, a higiene do corpo, a leitura de bons livros, bem como o cuidado em falar adequado e ao falar sobre o sentimento da vergonha, o avanço do pudor, demonstra que, durante a Renascença, houve mudanças no comportamento à mesa, em hábitos corporais, na sexualidade, na agressividade, entre outras.

No século XVI, com a emergência da modernidade, vamos encontrar na obra do pensador humanista Erasmo de Rotterdam expressão dos processos de modelação conhecidos como civilidade. O tratado moral escrito por Erasmo de Rotterdam – escritor descrito por Elias como escritor das condutas, compilador de boas e más maneiras da vida social –, destinado à educação dos jovens, é considerado a obra fundadora da civilização. É a partir dessa literatura que o conceito de civilidade passa a se propagar.

A civilização também foi um processo de produção simbólico. A edição e a difusão de livros tomaram parte central na construção do conceito de civilidade, que logo assumiu a forma de uma literatura de regras. Essa literatura, se posta em ação através da leitura, impulsiona um conjunto de disposições íntimas a imitação e ao aprendizado, logo serve como matriz societária. Roger Chartier afirma: ‘Destinada a disciplinar as condutas, a civilidade, no entanto, é de início, textos e livros’. (LEÃO, 2007, p. 33, grifo do autor).

Erasmo, como compilador de costumes, de condutas, escreve um tratado dedicado a um menino nobre, filho de príncipe e escrito para a educação das crianças. Nesse tratado,

¹¹ Da civilidade pueril (tradução do autor).

Erasmus trata de assuntos como o comportamento de pessoas em sociedade, do decoro corporal externo, da saúde e da higiene pensadas com mais racionalidade para o controle dos impulsos e das emoções. Eis aqui um exemplo de comportamento prescrito por Erasmo sobre o uso do lenço para uma boa expectoração e citado por Elias:

Assoar o nariz no chapéu é grosseiro, e fazê-lo com o braço ou cotovelo é coisa de mercador. Tampouco é muito mais educado usar a mão, se imediatamente limpa a meca na roupa. O correto é limpar as narinas com um lenço e fazer isto enquanto se vira se pessoas mais respeitáveis estiverem presentes.

Se alguma coisa cai no chão enquanto se assoa o nariz, deve-se imediatamente pisá-la com o pé.

[Dos escólios a respeito dessa passagem:]

Entre a meca e o escarro há pouca diferença, exceto que o primeiro fluido deve ser interpretado como mais grosso e o segundo como mais sujo. Os autores latinos confundem constantemente o babador, o guardanapo, ou qualquer pedaço de linho, com o lenço. (ELIAS, 2011, p. 143).

As disciplinas das condutas, a polidez dos modos, descritos por Erasmo e analisadas por Elias em sua obra, permitem que situemos a criança nesse processo, visto que a infância e a vida privada aparecem como temas de domínio em Elias ao tratar das disposições morais de crianças e jovens.

A infância e a vida privada são por excelência os domínios do autor. Espera-se que as crianças atinjam um nível de controle das emoções, que formem certos padrões de vergonha, comedimento e pudor capazes de lhes auxiliar no recalque das pulsões – que quer dizer crescimento, habilitando-as ao convívio social. (LEÃO, 2007, p. 11).

As prescrições para o controle das emoções, dos padrões de comportamento desejado, dos modos considerados polidos, a inculcação de certos modos como não bem vistos e, desse modo, a formação de padrões de vergonha e pudor nas crianças e jovens são prescritos muitas vezes em livros e principalmente em manuais, de modo a agir pedagogicamente no controle, nas mudanças de hábitos e na formação de um homem civilizado.

Foucault (2005) descreve a transição de um poder soberano que operava negativamente pela colocação de limites e coerções, de um poder materializado em sua forma bruta, pelo “fazer morrer”, para um poder disciplinar descentralizado que age positivamente ao penetrar e transformar corpos e mentes, produzindo sujeitos que buscam sobre si o autodomínio de um poder que “fazia viver”. Desse modo, para Tavares da Silva (2005, p.15, grifos do autor), tanto Foucault quanto Elias concebem a história social europeia “em termos

de transformação gradual da estrutura da personalidade, de uma dinâmica da ‘coerção’ para a ‘autocoerção’, na qual a regulação do corpo do corpo humano, tanto quanto nossos impulsos, paixões e desejos são submetidos a um ‘processo civilizatório’”. Como já afirmamos, Elias considera que a civilização deve ser entendida como um processo contínuo e inacabado, sendo possível analisar as formações e transformação ocorridas nas estruturas psicológicas dos indivíduos. A infância, nesse processo, torna-se alvo privilegiado para a moldagem dos padrões de comportamento, no sentido de desenvolver uma sociedade civilizada. Nesse sentido, Elias (2011) afirma que todos os jovens passam por um processo civilizador individual que é resultado de um processo civilizador social que se inicia desde cedo, ou seja, na infância. Assim, o que Elias quer dizer sobre a relação de um processo civilizador individual em conexão ou resultado de um processo civilizador social? Para ele, o que cabe ser frisado:

É os simples fato de que, mesmo na sociedade civilizada, nenhum ser humano chega civilizado ao mundo e que o processo civilizador individual que ele obrigatoriamente sofre é uma função do processo civilizador social. Por conseguinte, a estrutura dos sentimentos e consciência da criança guarda sem dúvidas certas semelhanças com as das pessoas “incivis”. O mesmo se aplica ao estrato psicológico em adultos que, com o progresso da civilização, é submetido com maior ou menor rigor a uma censura e, em consequência, encontra nos sonhos uma válvula de escape. Mas desde que, em nossa sociedade, todo ser humano está exposto desde o primeiro momento da vida à influência e à intervenção modeladora de adultos civilizados, ele deve de fato passar por um processo civilizador para atingir o padrão alcançado por sua sociedade no curso da história, mas não através das fases históricas individuais do processo civilizador social. (ELIAS, 2011, p. 15).

Em Elias, está presente a indissociabilidade entre transformação nas estruturas da personalidade e das transformações sociais¹². Desse modo, para Tavares (2005, p. 17) não há nele a incompatibilidade dos conceitos de indivíduo e sociedade, pois o controle social modifica a conduta ou o padrão de comportamento das pessoas, sendo lentamente transformadas, policiando o próprio comportamento. A infância, inserida em contextos de processos que se desejam civilizatórios, é inscrita para ser avaliada, esquadrinhada, forjando

¹² Preocupado em entender a transformação da sociedade e como surgem novas configurações sociais, Elias, em sua sociologia, nos permite compreender tais transformações a partir do estudo psicogênico e sociogênico da sociedade. Bejarano e Pilatti afirmam em seus estudos sobre Elias que: “A psicogenia delineia o desenvolvimento de longa duração das estruturas psíquicas e as modificações do comportamento humano. A preocupação do autor está centrada nas estruturas e mecanismos de regulação e controle das emoções e na formação do superego. Seus trabalhos examinam a transição dos mecanismos de coação exteriores para mecanismos interiores. A sociogenia, por sua vez, delineia o desenvolvimento de longa duração das estruturas sociais.” (BERJANO; PILATTI, 2009, p. 218).

para ela um conjunto de regras, seja nas estruturas psicológicas, seja nas práticas cotidianas de convívio social. A vergonha é um exemplo de como esse sentimento opera nas estruturas psicológicas dos indivíduos, sentimento este presente nas sociedades modernas na socialização da maioria das crianças. A vergonha opera no sentido de inculcar ou reprimir determinados comportamentos, emoções, contribuindo na formação de um adulto inserido no processo civilizador. O sentimento de vergonha é aplicado no problema do controle social, sendo extremamente representativo como ferramenta de disciplinamento da infância, assim: “A vergonha, um dos sentimentos discutidos por Elias, foi o instrumento que a família e a escola usaram para conduzir a repressão das emoções na civilização moderna.” (TAVARES, 2005, p. 18). A infância é ensinada desde muito cedo a se comportar, a agir conforme um padrão social estabelecido, nela é marcado o início do processo de inculcação do sentimento de vergonha.

Em Leão (2007), encontramos como o processo civilizador pode contribuir com muitas questões ligadas ao processo educacional, haja vista que a teoria do processo de civilização na obra de Elias abre caminhos para a compreensão da formação dos indivíduos. Esse tipo de análise também permite o estudo dos efeitos produzidos pelos bens simbólicos no espaço social e dos processos de interiorização dos constrangimentos que permitem o aprendizado da vida em grupo. Leão (2007), ao se apropriar dos modelos de interpretação de Elias, discute, no Brasil, o modo pelo qual se deu o processo de civilização por meio da circulação de livros nos gêneros contos de fadas e civilidade. Leão (2007, p. 65) afirma que, no Brasil, os manuais de civilidade foram amplamente difundidos, quando a livraria francesa se instalou na corte do Rio de Janeiro, no século XIX, tendo como representante desse comércio o livreiro Frances Baptiste-Louis Garnier.

Mauad (2010), ao narrar a vida das crianças de elite durante o Império, em meados da segunda metade do século XIX, informa que se podia encontrar nas livrarias livros voltados para as crianças, como a de uma literatura de caráter mais universal como as representadas pelo *O homem de Barba Azul* e *O gato com botas* e paralela a esta se podia obter uma literatura moralista, típica do século XIX, tendo como alvo crianças e adolescentes. Mauad (2010, p. 148) apresenta dois títulos que ocupavam as prateleiras da época: *Modelos para os meninos ou rasgos de humanidade, piedade filial e de amor fraterno. Obra divertida e moral*, publicadas em Recife, em 1869, e vendidas na corte. Já pela editora Garnier foi publicada, em 1877, a obra de autoria de Victoria Colona, *As manhãs da avó: leitura para a infância. Dedicada às mães de família*, que exemplifica muito bem questões colocadas por Elias (2011)

em seu processo civilizador. Mauad (2010) relata-nos uma historieta, que serve como descrição exemplar de como os livros e certos contos estão comprometidos com a formação do caráter. O personagem dessa historieta é Marcellino, que, muito contente por ter preenchido seus deveres, solicitou a seu pai que lhe contasse uma história bonita na presença da irmã, para que ambos pudessem ouvir. Responde-lhe o pai:

Para que quereis vós que eu vos conte histórias que não tem o mínimo de bom senso? Com effeito seria bem curioso ver um rapaz já de dez annos, e uma menina de nove, a ouvir com a boca aberta, as aventuras d'um lobisomem que come os meninos, e as de um pequeno rapaz que ande sete léguas por passada? Eu perdoaria isso a uma criança que a ama está embalando, mas a vós! (MAUAD, 2010, p. 148).

O pai age na historieta, segundo Mauad, no sentido de não estar proibindo os filhos de ouvir contos de fadas, mas estabelecer a diferença entre os contos e as fábulas. Estas últimas constituem as verdadeiras formadoras de caráter, por conter, conforme a história dá-nos a entender, uma moral claramente identificável. No discurso do pai, percebemos fortemente a questão da idade, como a cronologia temporal dos anos afeta as crianças da estória, dividindo o que é e o que não é de crianças pequenas e maiores.

Outra ilustração que permite percebermos como a moralidade atravessou os livros de estórias para crianças, constituindo-as desde a mais tenra idade, se refere à filha de Benjamin Constant, Aracy. Filha mais nova de Benjamin, Aracy e seus irmãos cresceram guiados pelos preceitos que nortearam esta e outras tantas publicações da época. Mauad descreve uma estória, publicada no livro *As manhãs da avó: leitura para a infância. Dedicada às mães de família*, de uma mãe viúva, por volta da década de 1860, que habitava uma moradia de família na região do Jardim Botânico, considerada erma à época. Essa mãe era viúva de um capitão do exército, e ,sob seus cuidados, tinha três filhos, e os criava com muitas dificuldades, sem ter condições de enviá-los ao colégio. Sua sogra, ao se tornar paralítica, vai residir na casa da viúva, pois já não podia cuidar de si mesma sozinha. Mauad relata que:

Em troca dos cuidados físicos, a avó lhe educará os filhos, inspirando-lhes ‘o amor do bello, do verdadeiro e do bom’, por meio de historietas sobre situações exemplares inscritas no cotidiano. Para cada dia do mês, uma história distinta, valorizando ora a verdade, ora a virtude, ora a caridade. (MAUAD, 2010, p. 149, grifo do autor).

Na direção dos exemplos de Mauad, Mary Del Priore (2010), ao historicizar o cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o Império, discorre sobre as questões que

perpassaram a educação nesses períodos. Conforme Del Priore (2010, p. 100), a formação de uma criança passava também pelas preocupações pedagógicas que tinham por objetivo transformá-la em um indivíduo responsável. Para isso, a educação utilizou um arsenal que pudesse ver concretizado nas crianças seus desejos, utilizando-se dos humanistas europeus, como Erasmo e Vicente Vivés, que tinham formulado as pistas da “educação básica”. Deste modo, desde cedo, “a criança devia ser valorizada por meio da aquisição dos rudimentos da leitura e da escrita, assim como das bases da doutrina cristã que a permitissem ler a Bíblia em vulgata.” (DEL PRIORE, 2010, p. 100).

Del Priore (2010) informa, ainda, que, no Brasil colonial, a educação misturava elementos de formação doutrinal com elementos de reflexão e leitura, como a presença de compêndios de doutrina cristã formulado pelo padre João Felipe Battendorf. As obras de contos indicam que, na sociedade portuguesa da época, a preocupação com a formação eram exigências que também partiam de outros lugares que não fossem necessariamente o da Igreja, além dela, obras do tipo *Contos e histórias de proveito e exemplo* prescreviam o comportamento que era esperado de jovens de ambos os sexos. Essas obras eram ocupadas por temas como, ‘a virtude das donzelas’, ‘os prejuízos da zombaria’, a desobediência dos filhos, temas estes “considerados fundamentais para uma boa educação eram visitados de forma a ficar gravado na memória da criança constituindo-se numa autêntica bula moral e valores comuns.” (DEL PRIORE, 2010, p. 100, grifos do autor).

Os ritos religiosos eram transmitidos às crianças por meio de cartilhas que, ao lado das de alfabetização, doutrinavam, moldavam os modos de ser, perceber e sentir das crianças.¹³ A escola, ao lado da instrumentalização, tornava-se lugar da inculcação dos costumes e valores religiosos, as cartilhas religiosas sedimentavam no espaço público o que as mães iniciaram no domicílio. A escola era adornada com imagem sagrada, como, por exemplo, um crucifixo, ao qual as crianças deveriam prestar reverências, pois o “o sinal da santa cruz é o mais forte para vencer as tentações do inimigo comum: o terrível e maldoso Satã.” (DEL PRIORE, 2010, p. 100). Os elementos que compunham os costumes religiosos da Igreja deveriam ser ensinados,

¹³ A partir das observações feitas por Leão (2007) acerca de como nosso comportamento, nossas atitudes, nossos valores podem ser produzidos por meio do livro e da leitura e ao mostrar como isso tudo opera numa sociedade a partir do conceito de civilidade de Elias, o exemplo das cartilhas de alfabetização e de ensino religioso no Brasil colônia permite percebermos como certos modelos culturais são apreendidos e divulgados por uma determinada cultura, de como o conceito de civilidade é operado pela via da leitura, pois esta nos permite diversas possibilidades: “Ler sempre foi uma prática que possibilita as incorporações. Em dados momentos e em certas situações, a leitura é criativa, subverte valores e altera comportamentos; em outros, pode vir a ser pura adesão ou resultado de admoestações.” (LEÃO, 2007, p. 15).

inculcados pelos mestres em sala de aula, como rezar o Pai-nosso, Ave Maria. O controle dos corpos num sistema colonial iniciava-se pelo controle das almas, na constituição de sentimentos que possibilitassem que esses corpos pudessem tomar-se mais dóceis, mais domáveis, maleáveis para a prática tanto do poder religioso como do soberano¹⁴.

Além das relações, das tramas estabelecidas pela educação e religião, pouco a pouco, a medicina e a educação vão se apropriando das crianças do Brasil colonial. De um lado, a luta pela sobrevivência do corpo, tarefa que ocupou educadores, médicos e pais, de outro, a necessidade de adestrá-las, para que desde cedo pudessem assumir responsabilidades. A vida social toma consciência, no decorrer do século XVIII, da importância do preparo para a vida. Assim, o cuidado com o aspecto exterior, o reconhecimento de códigos de comportamento, segundo Del Priore (2010), eram fenômenos naquele momento em via de construção até mesmo nas crianças. No entanto, não devemos esquecer que tais códigos eram diferenciados, pois partiam de realidades, de lugares, de experiências diferentes, como de classes, de grupos, de etnias: “os livres e os escravos; os que viviam em ambiente rural e em ambiente urbano; os ricos e os pobres; os órfãos e os abandonados e os que tinham família etc.” (DEL PRIORE, 2010, p. 105). Mas a condição de pertencerem à mesma idade acabava por uni-los, cabendo a estes uma formação comum, a cristã, acrescida das circunstâncias econômicas e sociais que os moldavam em diferentes tradições culturais e costumes sociais e educativos. Del Priore (2010) ressalta, ainda, que entre os séculos XVI e XVIII a disseminação da ideia da particularidade da criança, como algo diferente do adulto, a preocupação com a sua educação vai tomando lugar na sociedade, de modo que essa preocupação se traduz em cuidados de ordem psicológica e pedagógica. No Brasil setecentista, o médico mineiro Francisco de Melo Franco advertia:

A educação é tanto física quanto moral (particularmente nas três primeiras idades infância, puerícia e adolescência); é o mais poderoso expediente para conseguir até certo ponto notável alteração no temperamento originário. [Segundo ele, era de pequenino que se torcia o pepino e que] as duas educações deviam começar desde o berço. [Dizia ainda que] muito se engana quem entende que essas idades não admitem ensino algum pois nelas, pouco ou nada obrava a razão mas em contrapartida, muito obravam

¹⁴ Os mestres deveriam também incentivar e controlar a confissão mensal de seus alunos, a participação destes em procissões, cantos. De certo modo, de tudo aquilo que envolvia o universo da Igreja. Aos mestres “faz-se precisamente necessário que os Mestres adotem a penosa tarefa de leitura aos meninos com algumas breves práticas com que se vão cristinianoando e instruindo; como Vós que já conheceis as Letras, que sabeis as sílabas e as palavras é necessário agora aprender as letras e ajuntá-las com perfeição; trabalhai com desvelo para ser bons católicos, bons cidadãos [...]” (DEL PRIORE, 2010, p. 102).

os costumes e quando chega a luz do entendimento, nenhum lugar lhe dão os hábitos adquiridos, se não se usar de força e violência que raras vezes não aproveitam. (DEL PRIORE, 2010, p. 105).

Para esse médico, a formação dos indivíduos deve iniciar desde a mais tenra idade, perpassando o campo da constituição física e moral, para que os códigos sociais se instalem sem precisar recorrer à força da violência, mudando, se necessário, os temperamentos e hábitos. Cabe ressaltar aqui a consideração que Del Priore (2010) faz ao discurso desse médico, tomando-o como sábio conselho numa nação, há quinhentos anos, em que a formação social das crianças se realiza mais pela violência explícita ou implícita do que pelo livro, pelo aprendizado e pela educação, o que raramente aproxima as crianças dos conceitos de civilidade e cidadania.

Os exemplos citados acima servem para ilustrar as colocações de Leão (2007) sobre como os livros têm função de guia, pois difundem, imprimem ideias e valores, decidindo o que é permitido e proibido a um grupo. A civilidade vai se engendrando no cotidiano, nas relações humanas, tornando-se uma pedagogia do comportamento privado e público ao combinar aprendizagens das boas maneiras com as bases da instrução elementar, como leitura e ortografia. Para Leão (2007), os indivíduos, em seu conjunto, são absorvidos pelo processo de civilização ao serem incorporados e apreendidos nas estruturas sociais, “que, por sua vez, encontram formas de expressão nas estruturas mentais, no autocontrole, na autodisciplina do corpo e nos mecanismos interiores de exercer a censura das maneiras e de condutas.” (LEÃO, 2007, p. 44) Esse processo não ocorre porque os sujeitos estão tomados de uma consciência que os leva a tal decisão, mas, às vezes, nem sempre de forma consciente e voluntária. Citando Roger Chartier sobre seu alerta à civilidade, afirma que esta deve:

Submeter as emoções, frear os afetos, dissimular os movimentos da alma e do coração. A racionalidade que a domina proporcionaliza cada conduta à relação em que se inscreve e ajusta cada comportamento ao efeito que deveria produzir. (LEÃO, 2007, p. 44).

O controle das emoções, o frear dos afetos ou o controle do movimento das almas inscrevem-se tanto no processo civilizatório internalizado pelo sujeito, em especial a criança, como no processo que Foucault denomina de biopoder, que toma a vida do ser humano como espécie, como massa, no intuito de conduzir suas condutas, suas ações, sua vida para preservá-la, para fazer viver.

3.3 Gerenciando condutas e gerindo a vida: das práticas do biopoder

A partir do século XVI, com o Renascimento, observa-se que a Modernidade investiu na disciplina, na docilização dos corpos e a civilidade passa por essa tentativa de submissão dos corpos, de doutrinação dos modos de ser e perceber o mundo. Dentro das mudanças inauguradas pela sociedade moderna, em termos de comportamento e sensibilidade, Boto (2002) afirma que Chartier destaca a noção do bom-gosto que, a partir de então, se tornou um ideário divulgado, pregado pelas cortes nobres e pela burguesia. Para ser aceito no seio da considerada “boa sociedade”, o indivíduo deveria passar por um processo de remodelação de seus modos, incorporando o padrão e os códigos exigidos pelas camadas distintas. Nesse processo, a criança torna-se alvo de inscrição de novos códigos, alvo de governo, destacando-se a arte de educar as crianças. Para Erasmo:

A arte de educar as crianças divide-se em diversas partes, das quais a primeira e a mais importante é que o espírito, ainda brando, receba os germes da piedade; a segunda, que ele entregue às belas-letras e nelas mergulhe profundamente; a terceira, que ele se inicie nos deveres da vida; a quarta, que ele se habitue, desde muito cedo, às regras da civilidade. (ERASMO, 1978, p. 70 apud BOTO, 2002, p. 18).

O tratado de Erasmo, como já foi dito, era o de construir roteiros de ensino da polidez – principalmente para uso das crianças, habituando-as desde muito cedo às regras da arte da civilidade –, propondo o bom aprendizado, uma vez que uma nova sensibilidade se instala. Concomitante a essa nova maneira de ver as crianças, graças às mudanças nos padrões de sociabilidade ocorridos na progressiva passagem da Idade Média, em que o aprendizado da criança era garantido pela sua convivência coletiva, a Modernidade passa a valorizar a constante individualização.

Pode-se dizer que esse processo de individualização da vida tem nas práticas da civilidade, talvez, a primeira etapa de sua expressão. O Renascimento – que, enquanto movimento cultural, proporciona significativa abertura da mente humana – será acompanhada por práticas de controles minuciosos e ordenados sobre o corpo: controles que visam a obtenção de autocontrole; censuras internalizadas e automação de gestos para o convívio público, de tal maneira que se passar a ensaiar um roteiro supostamente universal de como se comportar. (BOTO, 2002, p. 22).

As prescrições descritas por Erasmo de Rotterdam e as práticas de controle minucioso e ordenado do corpo indicam os processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos,

principalmente a partir da emergência da Modernidade. Tornam-se sujeitos como resultado de um intrincado processo de objetivação que se inicia no interior de redes de poderes, que capturam, dividem, classificam, problemática esta que Michel Foucault apresentou em sua obra *Vigiar e Punir* (VEIGA-NETO, 2005, p. 65). Em sua longa trajetória de pesquisa, Foucault teve como interesse entender o poder enquanto elemento capaz de explicar como por meio dele se produzem os saberes e como nos constituímos na articulação entre ambos. Desse modo, a arte de educar as crianças constitui-se como um poder capaz de operar sobre elas, isso porque o poder é um mecanismo capaz de produzir saber e esse saber atravessa os indivíduos, constituindo-os.

O tratado de civilidade produzido por Erasmo permite entender também como se iniciou na sociedade moderna formas de capturar, de moldar o corpo, principalmente o corpo da criança, seja pensado individualmente nas técnicas disciplinares, seja tomado em sua dimensão coletiva como parte de uma população pela biopolítica. Foucault (1999) elucida como emergem, a partir do século XVII, novas técnicas de poder que se centram nos corpos dos indivíduos, que acarretam em resultados profundos e duradouros. Desse modo, para Foucault, houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo do poder: “ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.” (FOUCAULT, 1999, p. 117). Emergem, assim, técnicas políticas, que constituídas por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos, irão, segundo Foucault, controlar ou corrigir as operações do corpo, tomando-o com corpo útil, inteligível. Desse modo, opera-se nesses centros a noção de docilidade, pois entendem o corpo como algo que pode ser analisável e manipulável. O corpo é dócil, pois pode ser submetido e utilizado, pode ser transformado e aperfeiçoado, pois sua docilização é mais econômica do que o terror sofrido pelo suplício.

Foucault (1999) analisa as transformações de certas práticas institucionais, como aquelas que vieram a substituir o suplício do corpo na passagem do Antigo para o Novo Regime¹⁵, sendo estas representadas pela prisão, escola, hospital, quartel, asilo, considerados

¹⁵ Para Foucault, o que ele “designa como *Antigo Regime* ou *Época Clássica* é o período histórico que vai do fim do Renascimento até a época da Revolução Francesa (1798), e *de Novo Regime* – e, às vezes, de *Modernidade* – o que lhe sucede. Mas é preciso entender que, para Foucault, *Modernidade* designa menos um período da história e mais uma atitude, ou seja, “um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa.” (FOUCAULT, 2000, p. 341-342 apud VEIGA-NETO, 2005, p. 77).

por ele como instituições de sequestro, que substituíram o suplício em sua forma de castigos e violências corporais, para técnicas disciplinares que criam corpos dóceis.

Foucault (1999) trata os esquemas de docilidade, nos quais o século XVIII teve tanto interesse, o que ele tem de novo, visto que não era a primeira vez: “que o corpo era objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações.” (FOUCAULT, 1999, p. 118). As inovações podem ser analisadas por meio das novas técnicas que visam o controle, controle este pensado por Foucault (1999) a partir de três questões: sua ação escalar; seu objetivo e sua modalidade. Quanto à escala, não se trata, grosso modo, de cuidar do corpo em massa, na perspectiva de uma unidade inseparável, mas sim, de trabalhá-lo detalhadamente, exercendo sobre ele uma coerção sem folga, mantendo-o ao nível da mecânica dos movimentos, gestos, atitudes. O controle tem como objetivo não, ou não mais, a linguagem do corpo ou os elementos significativos do comportamento, visa à economia, à eficácia dos movimentos e sua organização interna, nessa técnica o que importa é o exercício. Por fim, a modalidade desse controle, sempre coercitivo, se manifesta num exercício que nunca cessa, almeja mais os processos da atividade do que o resultado, assim, exerce-se de acordo com uma ação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Foucault (1999) resume esses métodos que agem, com foco no controle minucioso das operações do corpo de disciplinas, pois estes métodos realizam a sujeição constante das forças do corpo e lhe impõem uma relação de docilidade e utilidade que os séculos XVII e XVIII instituem, conclui Foucault (1999), são formas gerais de dominação, pois muitos processos disciplinares já ocorriam nos conventos, nas oficinas, nos exércitos.

Essa anatomia política sobre o corpo numa ação permanente busca não apenas o aumento das suas habilidades, muito menos aprofundar a sujeição sobre os corpos, mas forjam relações, mecanismos que visam torná-los úteis e obedientes. Para Foucault (1999), configura-se, desse modo, uma política das coerções que atravessa o corpo, manipulando-o, calculando seus elementos, seus gestos e comportamentos. O corpo humano é inserido, diz Foucault (1999) numa maquinaria de poder sempre pronto para esquadrinhá-lo, desarticulá-lo e recompô-lo. Desse modo: “A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta a força do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (FOUCAULT, 1999, p. 119, grifo do autor). Essa nova anatomia política do corpo tem seu funcionamento visível nos

colégios, desde muito cedo, e, mais tarde, nas escolas primárias. Nesse sentido, o projeto educacional moderno, segundo Bujes, é um projeto civilizador:

O de estabelecer novas pautas de conduta para os seres humanos. Seu principal objetivo foi o de operar o distanciamento entre homem e natureza – vista como um estado de selvageria – individualizando cada vez mais o sujeito. A noção moderna de infância que foi incorporada no discurso dos moralistas, dos reformadores, dos ideólogos sociais e paulatinamente se difundiu e foi apropriada por outras instâncias e instituições sociais, esteve associada à produção de novos modos de educação para os sujeitos infantis, especialmente voltados para a institucionalização das crianças. (BUJES, 2001, p. 51).

O estabelecimento de novas pautas de conduta, iniciadas por Erasmo de Rotterdam, passa a influenciar moralistas, reformadores e contrarreformadores religiosos, como foi o caso de Jean-Baptiste de La Salle. Esse religioso publica, em 1703, uma importante obra pedagógica intitulada “*Regras de convivência e de civilidade cristã dividida em duas partes para uso das escolas cristãs*”, que exemplifica muito bem como a civilidade e o poder disciplinar, este último no uso do detalhe, fizeram parte do projeto educacional moderno. Essa obra, como manifestação do desejo de controle das condutas e das emoções descreve regras que também previam, segundo Leão (2007), a observação da autodisciplina infantil e da vigilância dos adultos, ensinando as maneiras corretas de assoar o nariz, de tossir e de espirrar, oferecendo conselhos sobre boas maneiras e comedimentos, “contudo, sua aposta maior consistia em aliar a civilidade às penitências escolares, ao respeito aos mais velhos, à piedade e à caridade como práticas que homenageassem a Deus.” (LEÃO, 2007, p. 40). A igreja, desse modo, mais uma vez demonstra seu poder de guia espiritual, bem como condutora da vida social, pois apropria-se da civilidade, numa nova acepção de que esta deveria afastar-se das conveniências sociais e identificar-se às leis de Deus.

Foucault afirma que a disciplina é uma anatomia política do detalhe e, para ressaltar seu argumento, cita o Marechal de Saxe:

Aqueles que cuidam dos detalhes muitas vezes parecem espíritos tacanhos, entretanto esta parte é essencial, porque ela é o fundamento, e é impossível levantar qualquer edifício ou estabelecer qualquer método sem ter os princípios. Não basta ter o gosto pela arquitetura. É preciso conhecer a arte de talhar pedras. (FOUCAULT, 1999, p. 120).

A arte do detalhe ou a “arte de talhar pedras” é mais um dos campos do poder disciplinar que atravessa os corpos em determinadas instituições, como o da pedagogia

escolar ou militar. Foucault (1999), ao se referir a tal arte, inscreve-a numa história da racionalização utilitária do detalhe na contabilidade moral e no controle político, porém toma o cuidado de afirmar que a era clássica não inaugurou a preocupação com o detalhe, mas esta apenas acelerou, mudando sua escala, ofereceu-lhe instrumentos mais precisos. Com a Modernidade, o detalhe passa a ser cálculo do infinitamente pequeno, ou como Foucault mesmo considera na descrição mais tênue dos seres naturais.

Em todo caso, o ‘detalhe’ era já há muito tempo uma categoria da teologia e do ascetismo: todo detalhe é importante, pois aos olhos de Deus nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares. Nessa grande tradição da eminência do detalhe viriam se localizar, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas, finalmente, de treinamento. (FOUCAULT, 1999, p. 120, grifo do autor).

Um exemplo da pedagogia do detalhe é a obra de Jean-Baptiste de La Salle, que, segundo Foucault (1999), é a manifestação da “mística do cotidiano”, entendendo que sua obra volta-se para a educação cristã dos modos, das condutas, associadas à “disciplina do minúsculo”. Desse modo, é no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina que as minúcias dos regulamentos, o olhar esmiuçador das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo se inserem. Instala-se, também, um conteúdo laicizado numa racionalidade econômica, técnica a esse cálculo do ínfimo e do infinito (FOUCAULT, 1999, p. 121). Desse modo, a Modernidade foi também a era do detalhe, detalhes que agem no controle das condutas e das emoções, e, como afirma Foucault (1999), ao observarmos o detalhe num enfoque político de controle e utilização dos homens, que age sobre eles desde a era clássica, através de todo um conjunto de técnicas, de todo um corpo de processos e de saber, de descrições, receitas e dados, fez nascer o homem do humanismo moderno.

O homem do humanismo moderno visto a partir de uma perspectiva foucaultiana é produto também dos processos educacionais que cuidam das crianças, bem como dos discursos, das práticas e representações que são forjadas para a infância na Modernidade. Esses discursos – que disseminam necessidade de sua preservação, de cuidá-la, mas também de educá-la, bem como os novos raciocínios sobre a condição da infância, fez surgirem novos aparatos para seu controle e regulação. A educação da criança acompanha as mudanças que os tempos modernos operaram no sentido de valorizar o comportamento individual e as formas de autocontrole na convivência, tanto na esfera pública quanto privada. Assim, a escola é a instituição que captura os novos discursos sobre a infância, a disciplina, a civilização, a

sociedade e a Pedagogia entram em ação ao longo dos séculos disseminando e sofisticando o poder disciplinar e, com isso, fabricam o sujeito moderno.

Nos quadros de mudanças da Modernidade, emerge também a problemática da população, pensada a partir dos diferentes grupos que a compõem, sendo a infância um deles. A população, a partir desse momento, passa a ser pensada, analisada, calculada, para que nela se possa agir e gerir. Foucault procura mostrar como surgiu historicamente o problema específico da população, que conduziu a questão do seu governo. Analisa os novos raciocínios populacionais que se consolidam a partir do século XVIII, em que a infância é vista enquanto população que entra no jogo e no novo raciocínio populacional.

A série de fenômenos políticos, econômicos, demográficos que marcam o início dos tempos modernos como o aumento das populações urbanas, a crescente divisão do trabalho, a organização capitalista da acumulação e da propriedade e posteriormente a organização dos estados nacionais concorrem para inaugurar um modo novo de ver os indivíduos e populações. As novas formas de organização social, política e econômica correspondem a sutis transformações na maneira como os sujeitos são percebidos, categorizados, diferenciados e (con)formados. (BUJES, 2010, p. 5).

No século XVI, com as transformações socioeconômicas, um novo modo de ver a população começa a se desenhar. Se durante a Idade Média, ou mesmo na Antiguidade greco-romana, afirma Foucault (2007), difundiam-se manuais de conselhos, tratados de ciência política ao príncipe com instruções que diziam respeito ao modo de este se comportar, de exercer o poder, de ser aceito e respeitado pelos súditos, a Modernidade instaura uma preocupação como as novas formas de governar o outro e a si mesmo. Nesse processo, surge uma multiplicidade da arte de governar, emergindo, desde o século XVI ao final do século XVIII, uma série de tratados que não se volta como conselho ao príncipe, mas como arte de governar. Assim, o problema do governo (FOUCAULT, 2007, p. 277), no século XVI surge ligado a uma multiplicidade de questões, diferentes entre si, como o problema do governo de si mesmo, reatualizado pelo retorno ao estoicismo no século XVI; a pastoral católica e protestante; o problema do governo das almas e das condutas; a pedagogia como o problema das crianças; e, por fim, na política, o governo dos Estados pelos príncipes. Em Foucault (2007, p. 292), o problema da população está ligado à forma como o Estado foi se reconfigurando em um Estado de justiça, Estado administrativo e Estado de governo. O primeiro nascido em uma territorialidade feudal correspondia a uma sociedade da lei; o segundo nascido nos séculos XV e XVI de um território tipo fronteiro com características de uma sociedade disciplinar e de regulamento; e, por fim, o Estado de governo que tem como

destaque nem tanto a territorialidade, mas sim a população, tomada como massa, em seu volume, em sua intensidade: “este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.” (FOUCAULT, 2007, p. 293). Na arte de governar, ressalta Candiottto, quando se situa em âmbitos individual, social, religioso, pedagógico, político, médico, filosófico, as perguntas são normalmente: “como ser governado, por quem, até que ponto, para quais fins, por quais métodos?” (FOUCAULT, 2004a, p. 92 apud CANDIOTTO, 2010, p. 35).

Se a modernidade coloca a questão das melhores formas de governo, Foucault (2007) vai colocar em operação o termo governamentalidade para melhor entender como os Estados modernos efetuaram seus governos. Com esse conceito, Foucault (2007) designa as práticas de governo ou de gestão governamental que tem como objeto a população, a economia como saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos. Os Estados modernos procuram, desse modo, introduzir uma economia que busca gerir melhor os indivíduos, os bens e as riquezas. Assim, governar um Estado, segundo Foucault (2007), seria estabelecer a economia ao nível geral deste, isto é, procurar ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos, sejam eles coletivos ou individuais, uma vigilância e controle tão atento como o do pai de família.

No século XVIII, com a expansão demográfica, a arte de governar ou o objetivo do governo passa a ser a população, instaurando, sobre esta, técnicas políticas de gestão e governo. É preciso melhorar a sorte da população, agir sobre ela, gerir a vida dos indivíduos, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde. Para alcançar tal controle da população, o governo pode fazer uso de alguns instrumentos que permitam chegar até a vida, como as campanhas que alcançam as populações, uso de técnicas que são investidas sobre os indivíduos que permitam aumentar, às vezes sem o conhecimento das pessoas, a taxa de natalidade ou até mesmo desviar o fluxo de populações para determinada atividade ou região. Para Foucault (2007) a população passa a ser mais instrumento de governo, como sujeito de necessidade, de aspirações, como objeto nas mãos do governo.

O reconhecimento da população como sujeito de determinadas necessidades levaria ao reconhecimento do nascimento de táticas e técnicas absolutamente novas. Assim, dentro de um fenômeno maior conhecido como população, a infância na Modernidade também será tomada nessa perspectiva, e como tal também apresenta suas aspirações, desejos e necessidades. População e infância, segundo Bujes (2001), passam a ser alvo de determinadas

instituições e objetos sujeitos ao exercício do poder e do saber, sendo, desse modo, calculadas, medidas, categorizadas, ordenadas estatisticamente. Por conseguinte, a infância entra no esquadramento e no governo¹⁶ do poder, encarado aqui não como manutenção e reprodução das relações econômicas, mas como uma relação de força, que permite conduzir as condutas, tanto de si mesmo, do corpo em suas atitudes, gestos, comportamento, vontade e outros.

Foucault (2007) discorre sobre o grande crescimento demográfico vivido pelo Ocidente europeu durante o século XVIII, quando a população, em suas variáveis de números, de repartição espacial e cronológica, de longevidade e de saúde, não aparece apenas como problema teórico, mas como objeto de vigilância, análise, intervenção, operações transformadoras, entre outras. Emerge, desse modo, a população e a necessidade de coordená-la e inseri-la no aparelho de produção, ao mesmo tempo se faz urgente seu controle por mecanismos de poder mais adequados e rigorosos.

Esboça-se o projeto de uma tecnologia da população; estimativas demográficas, cálculo da pirâmide de idades, das diferentes esperanças de vida, das taxas de morbidade, estudo do papel que desempenham um em relação ao outro o crescimento das riquezas e da população, diversas incitações ao casamento e à natalidade, desenvolvimento da educação e da formação profissional. (FOUCAULT, 2007, p. 198).

Foucault (2007) aponta que, nesse contexto, o corpo, seja do indivíduo ou o corpo das populações, seja o corpo submisso ou reinante, do pobre ou do rico, passa a ser visto como portador de novas variáveis como de válidos ou inválidos, vigorosos ou fracos, passam a ser percebidos em mais ou menos utilizáveis, suscetíveis de investimentos rentáveis, verificando suas chances de sobrevivência, morte e doenças. Assim, para Foucault:

Os traços biológicos de uma população se tornam elementos pertinentes para uma gestão econômica e é necessário organizar em volta deles um dispositivo que assegure não apenas sua sujeição mas o aumento constante de sua utilidade. A partir daí se pode compreender várias características da nossa política do século XVIII. (FOUCAULT, 2007, p. 198).

¹⁶ O uso do termo governo em lugar de governo vem pela sugestão de Veiga-Neto. Segundo ele, a palavra governo é usada como a melhor tradução para a palavra *gouvernement*, sempre usada por Foucault. Portanto, “*governo* é tomado no sentido de ‘dirigir as condutas’ de indivíduos ou pequenos grupos humanos: governar as crianças, as mulheres, a família” (VEIGA-NETO, 2005, p. 148). Bujes, na direção de Veiga-Neto, justifica o uso do termo “com a intenção de diferenciá-lo *governo* – como uma instância de controle político, como instituição a quem cabe o exercício da autoridade –, do ato que exerce sobre uma pessoa ou aquele que exerce sobre si mesma, para controlar as suas ações. O *governo*, como nos diz Foucault, seria uma ação sobre o campo eventual da conduta alheia, uma ação sobre ações presumidas, possíveis.” (BUJES, 2001, p.73).

A partir da problemática colocada pelos fenômenos relativos à população, o Estado Moderno passa a criar estratégias com vistas a organizar a população, promovendo a vida por meio de políticas públicas, biológicas e a serviço do político. Desse modo, Foucault (2005, 2011) analisa como o biopoder emerge como uma resposta econômica e política a esses fenômenos específicos e variáveis da população, como a natalidade, doenças, morbidades, estado de saúde, entre outras.

Foucault (2011) afirma que o direito de vida e morte fora um dos privilégios característicos do poder soberano, tendo como princípio a *patria potestas* que garantia ao pai de uma família romana o direito de desfazer da vida de seus filhos e escravos. Esse poder se estendeu até as teorias clássicas, atenuado, e que, portanto, garantia ao soberano, caso se sentisse ameaçado em existência ou em caso de guerra contra seu Estado, dispor da vida de seus súditos. No entanto, esse mecanismo de poder passa por mudanças. O confisco dá lugar a um poder que procura produzir na vida forças, com a intenção de fazê-la crescer, ordenando-a e não mais barrando-a e destruindo-a (FOUCAULT, 2011). O poder de *causar* a morte foi substituído pelo *deixar* viver. Entra em cena, então, o poder político na tarefa de gerir a vida. O poder sobre a vida emerge a partir do século XVII em duas formas intermediárias que se relacionam: as disciplinas: anátomo-política do corpo humano e controles reguladores: uma bio-política da população.

A primeira forma de poder sobre a vida que se desenvolve a partir do século XVII, anátomo-política do corpo, centrou-se no corpo como máquina, adestrando-o, ampliando suas aptidões, suas forças, utilidade e docilidades (FOUCAULT, 2011, p. 151). Os controles reguladores, uma bio-política da população, começam a emergir na metade do século XVIII, centrados no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos (FOUCAULT, 2011, p. 152). Foucault (2007), engenhosamente, mostra como a disciplina do corpo e as regulações da população substituem o poder de matar do soberano e, minuciosamente, voltam-se para o cuidado e a administração dos corpos e pelos cálculos da vida. As disciplinas que atravessam as instituições, como escolas, colégios, exército, por exemplo, buscam a sujeição do corpo e, na prática política, com a preocupação por problemas, como natalidade, saúde pública, migração, entre outros, almejam o controle das populações. Segundo Foucault (2011), inicia-se a era de um biopoder.

Foucault (2001) aborda a questão do biopoder como uma tomada do poder sobre o homem enquanto ser vivo, numa espécie de estatização do biológico, que transforma, desse modo, o direito político do século XIX, o qual consistia no direito de fazer viver e não deixar

morrer e, de modo algum, substituía o velho direito de soberania de fazer morrer e/ou deixar viver, mas operava numa lógica de penetrá-lo, perpassá-lo, transformando-o, constituindo-se em um direito, em um poder inverso, pois se exerce no fazer viver e de não deixar morrer (FOUCAULT, 2005, p. 287). O problema da vida começa a se inserir no campo do pensamento político desde os séculos XVII e XVIII. Foucault (2011) verifica as mudanças não especificamente na teoria política, mas nas transformações nos níveis dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. Nos séculos XVII e XVIII, emergem técnicas disciplinares que se centram no corpo, no corpo individual, as quais o autor denomina de biopolítica. Nenhuma dessas técnicas exclui a outra, mas interagem entre si ao tomar o corpo individual ou de forma coletiva. Desse modo, ele afirma que no final do século XVIII instaura-se uma biopolítica da espécie humana que, diferente do poder disciplinar que se dirigia ao homem-corpo, em que a multiplicidade dos homens era transformada em corpos individuais, os quais poderiam, dessa forma, ser vigiados, treinados, utilizados, docilizados. Foucault (2005) assinala, ainda, sobre a biopolítica, que ela se dirige à multiplicidade dos homens, de corpos que formam uma massa global e que são afetados por diversos processos que são próprios da vida, como nascimento, morte, produção, doenças, entre outros.

Essa nova tecnologia de poder está preocupada em gerir as questões ligadas à vida, à vida do homem enquanto massa, vida atravessada por questões ligadas ao nascimento, óbito, reprodução, fecundidade de uma população. A biopolítica vai se ocupar da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, pois é daí que extrai seu saber e define seu campo de poder, tornando essas dimensões seu alvo de controle, intervenção, de práticas, de saber e poder (FOUCAULT, 2005). Assim sendo, a população e seus processos biológicos passam a ser alvo de mecanismos regulamentadores do Estado, fazendo parte desse processo, a população infantil.

As crianças passam a ser alvo privilegiado destas operações que administram corpos e visam a gestão calculista da vida: tornam-se objeto de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas e de escolarização, de uma intervenção calculada. (BUJES, 1999, p. 3).

A população infantil na Modernidade faz parte das ações do biopoder, não se constitui apenas como um ser biológico, mas político. Passa a ser esquadrinhada, vigiada, conduzida, docilizada. Buscam-se nela utilidades futuras. Todo um campo de saber e poder passa a circular sobre ela. Essas observações feitas a partir de Foucault são relativizadas por outros autores.

3.4 O imaginário moderno no Brasil: articulando interesses e instituindo a assistência

Apontamos, na primeira parte deste capítulo, algumas das questões que configuraram socialmente e mentalmente a Modernidade, como é o caso dos fenômenos ligados à vida urbana no início do século XVI, como: a explosão demográfica com intensa migração para as cidades; a diversificação dos modos de trabalho, como os realizados nas oficinas e nas lojas de mercado, ampliando a produção até então agrícola; a reorganização do crescente espaço urbano; novas relações familiares; uma intensa prática comercial; o aparecimento de uma nova classe social – a burguesia –; e, por fim, no campo das mentalidades, a perda da hegemonia do Cristianismo na interpretação do mundo, abrindo novas formas de ver, pensar e interpretá-lo. Bujes (2010) afirma que, ao lado dessas transformações no campo simbólico-espiritual, a Europa assiste ainda a uma intensa pauperização, conectada a crises alimentares, por toda a Europa ocidental, acompanhando guerras e epidemias (BUJES, 2010). Essa nova conjuntura social, acrescida de problemas como a miséria, fome e desemprego, une em torno de si humanistas, pregadores sociais e escritores, que têm como objetivo dedicar-se ao tema da miséria. Assim, para Bujes (2010), o aparecimento de problemas de ordem política, econômica e prática fez surgir políticas de assistência aos pobres ao final do primeiro quartel do século XVI. Para essa autora, duas formas distintas de tratar a infância passam a moldar as práticas a elas dirigidas a partir de então, as crianças pobres serão objetos de paternal proteção através de instituições caritativas e beneficentes onde serão recebidas e doutrinadas. Quanto às crianças das classes distintas ou à infância do príncipe, outro tratamento será dado.

Desse modo, a Modernidade apresentou-se como uma nova forma de organização do poder, com a qual, as crianças passam a ser objeto de proteção, principalmente da assistência, que se desenvolve no período moderno, graças às transformações, políticas, econômicas e sociais do século XVI descritas acima. Bujes (2010) afirma que essas iniciativas estavam ligadas ao movimento de governamentalização da vida dos homens que passou a marcar a sociedade ocidental. Desse modo, a partir das análises de Foucault, lembra-nos sobre a arte de governar que vai tomando corpo nas sociedades europeias a partir do século XVI até o final do século XVIII, a partir do desenvolvimento de tratados que emergem não mais como conselhos ao soberano, ao príncipe, porém como arte de governar. Assim: “esta arte de governar ampliou o escopo das coisas a serem governadas: o governo de si mesmo, das almas e das condutas, das crianças [...]” (BUJES, 2010, p. 162).

Postas as mudanças vividas nas sociedades ocidentais a partir da emergência da Modernidade, discorremos, nesta seção, como a sociedade moderna é desenhada no Brasil e como a governamentalização da vida da criança passa a ter forma a partir de uma série de iniciativas políticas e institucionais a ela dirigida como arte de governar suas condutas e suas vidas. Para Herschmann e Pereira (1994), o projeto/paradigma “moderno” emergiu com ênfase especial no Brasil na virada do século XIX para o XX, tomando forma bastante clara a partir dos anos 20 e 30 do século XX. O final do século XIX e XX marca a história do Brasil pelas mudanças profundas e rápidas, como a abolição da escravatura, a proclamação da república e a construção de uma sociedade capitalista urbano-industrial. Herschmann e Pereira (1994), afirmam que entre 1870 e 1937 o Brasil vai viver formulações de diversas estratégias que visam à construção de um novo ordenamento político-cultural nacional, com uma república desejosa de rompimento com seus resquícios rural e colonial.

Assim, a partir de 1870, emerge na cena brasileira o discurso modernizador da nação, principalmente pela ação dos cientistas, que, com um discurso autorizado por um saber especializado e preocupado com diversos problemas que acometiam a nação, alinham-se e harmonizam-se com os das camadas dominantes – os industriais e agroexportadores. O interesse desses cientistas e da elite constituída nesse período, afirmam Herschmann e Pereira (1994, p. 21, grifo do autor), era “a necessidade de ‘reformular’, ‘regenerar’, ‘civilizar’ a sociedade e o país.” Em decorrência disso, entra em curso, a partir do século XIX, uma sintonização com o modo de vida e instituições da Europa que por aqui são encarados como uma forma de civilizar – valores e modelos que as elites dirigentes visavam incorporar na sociedade brasileira.

Assim, na passagem do século XIX para o XX e nas primeiras décadas deste último, observa-se no Brasil, e com ressonâncias em Mato Grosso, a constituição de um saber científico e racionalizante que tem na infância seu alvo. Desse saber científico e racionalizante, destacam-se as políticas públicas que têm por objetivo a construção de instituições pré-escolares – creches, escolas maternas, jardins de infância entre outros – para o atendimento da criança.

Kuhlmann Jr. (2011, p. 77), ao analisar as instituições pré-escolares assistenciais no Brasil entre os anos de 1899 e 1922, assinala que estas são efeito da articulação de diversos interesses: jurídicos, pedagógicos, religiosos, políticos. Assim, os discursos pertencentes a esses campos de saberes e poder constituíram as primeiras redes assistenciais à criança pobre brasileira desse período. Desse modo, temos como propostas de instituições pré-escolares no

Brasil o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, fundado em 1899 pelo médico Arthur Moncorvo Filho, e a inauguração da creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, no Rio de Janeiro, conhecida como a primeira desse gênero para os filhos de operários no Brasil. As práticas e os serviços do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, segundo Kuhlmann Jr (2011), estavam ligados à divulgação da puericultura intrauterina, que diziam respeito aos cuidados ginecológicos, da proteção à mulher grávida pobre, da higiene durante a gestação, dos cuidados aos recém-nascidos, entre outras atividades como creche, higiene da primeira idade. No campo jurídico, destaca-se o Patronato de Menores, fundado por juristas brasileiros em 1906, no Rio de Janeiro, responsável pela criação da Creche Central, que abrigava as crianças cujas mães trabalhavam fora do lar. Em São Paulo, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, fundada por um grupo de senhoras em 1901, ligadas ao Partido Republicano, tinha como objetivo preparar professores para as escolas maternais.

A partir de Leotti¹⁷ (2011), podemos apreender como se deu a ressonância do saber científico e racionalizante em Mato Grosso, com a verificação de algumas instituições como o Asilo Santa Rita de Cássia, instituição pedagógica, fundada pela Missão Salesiana, que tinha como finalidade educar meninas órfãs ou “rebeldes” das famílias de elite. A fundação, também por parte dos Salesianos, da Escola Patronato do Coxipó, que ofertava para crianças órfãs, filhos de pobres livres, escravos mortos ou presos de origem indígena ensino profissionalizante.

Nota-se que a modernidade brasileira, pensada a partir do final do século XIX e início do XX, foi responsável, através da articulação de diversos interesses, médico, jurista e religioso, pela instauração, na esfera do atendimento à infância, de diversas instituições disciplinares que visavam cuidar e educar a criança, principalmente a considerada pobre. Isso se deve também ao fato de que o período em questão teve como marca a crença no progresso e na ciência, em que muitas das nações ocidentais passaram a se adaptar aos novos instrumentos e processos produtivos, nas quais a civilização era o caminho para o progresso.

¹⁷ Leotti, ao analisar que a partir da última década no século XIX vai emergir em Mato Grosso um movimento de implantação de uma política administrativa calcada nos ideais republicanos, descreve como a presença de uma racionalidade política e econômica traz à tona a emergência de uma série de mecanismos disciplinares que visava disciplinar, vigiar: “Nesse propósito, surge uma série de instituições que tinham como meta a estruturação da máquina do estado. Testemunhou-se uma reforma da instrução, nos vários setores traçados no capítulo, “Diretoria da Instrução”, “Lyceu Cuiabano”, “Escola Normal”, “Jardim da Infância”, “Escolas Primárias”, “Intervenção local no Ensino e “Professorado”, rumo seguro para essas diversas esferas a administração. “Em 1910, instalou-se a escola de Aprendizes Artífices e Escola Industrial de Cuiabá”. (LEOTTI, 2011, p. 98 apud CRUDO, 1999, p. 318).

A civilização, enquanto valor a ser perseguido, passa a forjar novas instituições sociais, dentre elas, as voltadas para a infância. Assim, Kuhlmann Jr. (2011) ressalta que a modernidade, que se constituiu no Brasil, agiu no sentido de uma cidadania limitada que tinha por finalidade manter os interesses dominantes.

Crudo (2005) analisa a criação e o cotidiano de meninos pobres, órfãos ou abandonados no Arsenal de Guerra de Mato Grosso, onde passou a funcionar, em seu interior, a Companhia de Aprendiz Menores. Muitos desses meninos eram entregues à Companhia pelas mães que alegavam pobreza e muitos eram levados por policiais que diziam que estes vagabundeavam pelas ruas. Essa Companhia constituía-se como um meio de disciplinar as crianças para o trabalho e de conduzir as tidas como insubmissas.

Outra questão que atravessou a vida coletiva e urbana em Mato Grosso entre os anos de 1880 a 1940, segundo pesquisa de Maciel (2012), diz respeito à *constituição* dos serviços de saúde pública. Esses serviços se constituíram com o objetivo de serem preventivos, e, para isso, agiram na mudança dos hábitos da população. Maciel (2012) pontua que entre os anos 1870/80 o estado de Mato Grosso passa por um processo de recuperação econômica, e, assim que a Guerra contra o Paraguai termina, a província abre, através do rio Paraguai, suas fronteiras para o investimento estrangeiro para a agropecuária e para o comércio exportador/importador. Isso fez com que um expressivo fluxo migratório se estabelecesse e, com ele, transformações importantes no espaço regional. No sentido de tornar melhor a vida dessa população, inicia-se o investimento em saúde pública. Desse modo, em 1880, o governo da Província sanciona a Lei nº. 574 que estabeleceu o Código de Postura Municipal. Esse Código versava sobre muitas questões que preocupavam a saúde pública da época. Assiste-se, assim, à preocupação de organizar os espaços físicos, mas também questões referentes à alimentação, segurança e moralidade: “A regulamentação da saúde era parte do controle que o estado pretendia impor tanto em nível coletivo quanto do individual.” (MACIEL 2012, p. 24). Sobre as condutas individuais o Código rezava que:

A parte do Código de 1880 que trata desta questão proibia: as pessoas de andarem “malvestidas” pelas ruas; a criação e o trânsito de animais dentro da cidade; as brincadeiras, jogos ou reuniões que ofendessem os bons costumes; o samba, o cururu e outras danças que provocassem barulho; o livre trânsito pelas ruas de pessoas desequilibradas colocando em risco a segurança pública; a permanência na própria casa de “modo desequilibrado e imoral” correndo o risco de serem vistas por vizinhos ou passantes. (MACIEL, 2012, p. 28, grifo do autor).

O Código de Postura posto em vigência, assim como os tratados de etiquetas analisados por Elias (2011) indicam um processo civilizador dos hábitos em Mato Grosso posto em marcha para se livrar dos hábitos arcaicos e vistos como prejudiciais. O Código de Postura e os tratados são:

Em si mesmo instrumentos diretos de “condicionamento” ou “modelação”, de adaptação do indivíduo a esses modos de comportamento que a estrutura e situação da sociedade onde vive tornam necessários. E mostram ao mesmo tempo, através do que censuram e elogiam, a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas e más. (ELIAS, 2011, p. 90, grifos do autor).

Os jornais que analisamos a seguir nos informam uma série de medidas tomadas para melhor educar, cuidar e formar hábitos, principalmente das crianças. A partir de 1930 a 1940, uma série de instituições, como o Departamento Nacional da Criança, a construção de maternidade e atividades voltadas para o cuidado com a saúde e a educação da infância, passa a constituir a preocupação política e da sociedade nos níveis local e nacional.

PARTE 3
EDUCAR, SANEAR E POVOAR

4 A INFÂNCIA COMO PROJETO DA NAÇÃO

Neste capítulo, *Educar, sanear e povoar: a infância como projeto da nação*, apresentamos o resultado da pesquisa. Analisamos como a infância se constitui a partir das representações historicamente construídas sobre esse tempo de vida no estado de Mato Grosso.

4.1 Infância como alvo das políticas de governo

Analisar a história da criança em Mato Grosso pela ótica dos jornais nos mobiliza a conhecer as representações coletivas, as aspirações e crenças nas páginas impressas. Inúmeros foram os jornais que circularam em Mato Grosso durante a primeira metade do século XX. Segundo Silva (2012), do início do século XX até 1930, as produções de jornais surgem e acabam de forma expressiva. Nesse período, chegaram a circular mais de cem números diferentes.

Francisco (2010), ao tratar do sentimento de modernidade que passou a tomar conta de diversas regiões do Brasil no fim do século XIX e início do XX, afirma que os princípios, valores e signos desta modernidade passaram a circular na sociedade através dos dirigentes políticos, da elite intelectual, por uma pequena parte da sociedade e pela Igreja que, ao seu modo, também participou desse ideário. Assim, a imprensa funcionou como uma correia veiculadora desses discursos e, mesmo que não tenham sido uniformes, tinham como característica comum a: “necessidade de reformar os hábitos, de imprimir costumes novos, de moldar uma nova imagem de cidade e do próprio estado.” (MACIEL, 1992 apud FRANCISCO, 2010, p. 57).

Ao investigarmos o estado de Mato Grosso pelos jornais no recorte temporal proposto – 1930 a 1945 –, destacamos a ação das elites na sociedade. Essa elite formada por intelectuais, como professores, padres, jornalistas, médicos e políticos, engajava-se em projetos e discursos que visavam mudanças no comportamento e nas atitudes das pessoas. Nesse sentido, investiram na construção de instituições e discursos que transformassem tanto as crianças e as famílias no aprendizado e no controle de determinadas condutas. A filantropia praticada por esses homens e mulheres se concretizava no exercício de práticas, como o de dar esmolas ou distribuir víveres e doações a instituições religiosas, como orfanatos, asilos e hospitais, de maneira sistemática e organizada.

Em Mato Grosso nas décadas de 1930 e 1945, as elites e suas ações filantrópicas passam a investir na construção de postos de puericultura, na construção do Hospital Geral e Maternidade de Cuiabá, em ações que buscam promover o bem-estar da criança como os promovidos pelas Semanas da Criança, em discursos que visam à maternidade, à organização de uma Associação de Amparo à Maternidade e à infância, à construção de um abrigo que tinha por objetivo atividades de serviço de proteção à infância desvalida, concursos de robustez. Todas essas transformações que dizem respeito ao trato e aos cuidados em relação à infância trariam hábitos e costumes “civilizados”. Esses empreendimentos de ação no setor social situam-se no que se nomeou como filantropia científica, que se constituiu a partir da filosofia iluminista no século XVIII e se estendeu até a primeira metade do século XX, durante uma época de intensa urbanização e industrialização europeia. Os valores e os ideais da filantropia científica motivaram muitas das ações voltadas para a infância em Mato Grosso.

Figura 1: Dona Maria Arruda Müller



Mulher atuante na filantropia de Mato Grosso, Maria Arruda Müller (Cuiabá 1898-2003) foi casada com Júlio Strubing Müller, interventor nomeado por Getúlio Vargas de 1937 até 1945. Professora e atuante na política fundou a primeira revista feminina de Mato Grosso, *A Violeta*. Colaborou em jornais como *O Cruzeiro* e *A Cruz*. No período da intervenção, fundou o Abrigo Bom Jesus, para crianças carentes, e o Abrigo dos Velhos. Em 1942, revelando seu lado de ativista feminina, fundou a Sociedade de Proteção à Maternidade e Infância de Cuiabá. Foi membro da Legião Brasileira de Assistência em Mato Grosso.

Fonte: O Estado de Mato Grosso, 28 de julho de 1944.

Desse modo, para entendermos como as elites locais se situaram no movimento filantrópico, recorreremos ao conceito de representação social de Chartier (2002), que trata das percepções que se tem do social, não como discursos neutros, mas produtores de estratégias e práticas. Assim, a partir do contexto da filantropia, pretendemos situar a ação desse grupo na articulação e na construção de todo um sistema de atendimento e cuidado com a criança, como assistência à maternidade e à infância, postos de puericultura, entre outros, na gestão de um projeto reformador das condutas e dos costumes.

Figura 2: Ação filantrópica



Fonte: O Estado de Mato Grosso, 23 de julho de 1944.

Entendemos que os jornais atuavam como correias de transmissão ideológica e que os enunciados trazem em si ideologias, como bem aborda Bakhtin (1995), ao se referir à linguagem. A linguagem, ao existir a partir dos signos e sendo o signo um símbolo carregado de ideologia, e, conforme Bakhtin (1995), todo signo é ideológico: um jornal é produto de consumo, de informação, mas pode ser transformado em um signo ideológico quando ele é usado para transmitir valores, selecionar informações, por exemplo. Dessa forma, “o signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra.” (BAKHTIN, 1995, p. 32). Quanto aos discursos que se alojam nos jornais podem ser compreendidos, a partir de Foucault (1996, p. 9-10), como práticas discursivas que, ao serem liberadas ou executadas, visam estabelecer verdades, moldar condutas e disciplinar corpos.

Assim, conforme propôs Foucault, os discursos traduzem os sistemas de dominação e as lutas políticas como também: “aquilo por que, pelo que se luta o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

A seguir, tratamos da história da infância em Mato Grosso na mídia impressa a partir do tripé família, educação e saúde. As seções estão organizadas de modo a tratar separadamente de cada uma das temáticas que se ocuparam das crianças.

4.2 A educação da criança mato-grossense nas páginas dos jornais

Sendo as escolas o campo de propaganda social das crianças, para o desenvolvimento futuro de uma raça forte e sadia [...]. (MONTEIRO, 1938, p. 2).

A educação começa no lar, continua no colégio e prossegue além, quando o jovem se vai encontrar em face de um mundo novo, até então quase desconhecido, misterioso e fantástico, que o convida a devassá-lo. (ROSA, 1941, p. 1).

A partir das contribuições de Michel Foucault e Norbert Elias, procuramos realizar uma articulação entre o conceito de biopoder e civilidade, trabalhados pelos dois autores, para pensarmos a educação e a infância durante a Era Vargas (1930-1945) no estado de Mato Grosso. Entendemos por educação, nesta pesquisa, as ações pedagógicas que se referem tanto ao campo da educação escolarizada ou não. A educação não escolarizada refere-se aqui às práticas, às atitudes ligadas à formação do sujeito, à condução das condutas e ao governo das crianças.

Para a viabilização do projeto político de Vargas, as instituições escolares são utilizadas como *locus* de atuação de muitos profissionais, como por exemplo, dos médicos, que se dedicam a formular e divulgar orientações aos professores, alunos e pais. Desse modo, estão presentes na mídia impressa discursos que tratam da educação das crianças, tanto no âmbito das famílias quanto na escola, com o propósito de formar o futuro cidadão e trabalhador, bem como de instaurar o controle de condutas e a inculcação de novos hábitos.

Para a formação do “novo homem brasileiro”, destaca-se o discurso eugênico como um dos pilares para a construção desse ideal. Nesse sentido, o Ministério da Educação e

Saúde, criado em 1930, calcado no discurso eugenista¹⁸, serve aos propósitos desse projeto. Gadelha (2009) afirma que a educação brasileira, no contexto da Era Vargas, principalmente a partir do Estado Novo (1937-1945), é agenciada pelo exercício da biopolítica, visto que se persegue o rompimento com o Brasil atrasado, pobre, que havia marcado a Primeira República. O Brasil, segundo o autor, busca modernizar-se sob o signo do progresso e da ciência, sendo necessária, para a resolução dos problemas do Brasil arcaico, a “gestão da população”. Gadelha (2009, p. 180), no intuito de situar e dimensionar a função estratégica da educação na biopolítica, afirma que a pedagogia, a educação e a escola foram, e ainda são, frequentemente acionadas, como elementos auxiliares, complementares e, às vezes, até mesmo essenciais, para a viabilização de iniciativas, programas e/ou campanhas que envolvam, seja o esclarecimento, a prevenção e outros cuidados com a saúde das massas, particularmente, da população infanto-juvenil, seja a instrumentalização para o mundo do trabalho e, ainda, políticas voltadas para a segurança pública.

Em segundo lugar, assinalemos que, em meio a tudo isso, elas também acolhem, reproduzem e reforçam determinadas prescrições normativas, hábitos e condutas estreitamente vinculados à regulamentação e ao controle dos fenômenos inerentes à população, mas provindos de outras instituições e/ou outros setores sociais, tais como a indústria, a igreja, associações clássicas, corporativas e comunitárias, etc. (GADELHA, 2009, p. 180).

A partir do conceito de civilidade descrito por Norbert Elias (2011), analisamos a educação como mecanismo civilizador dos costumes, dos hábitos e do comportamento, visto que Elias (2011), ao analisar em seus estudos a obra *A Civilidade Pueril*, mostrou como o processo de civilização influenciou na educação das crianças a partir do século XVI. Ribeiro (2011), em prefácio da obra *O Processo Civilizador: uma História dos Costumes* apresenta a seguinte questão: “como os homens se tornam educados e começam a tratar de boas maneiras?” (2011, p. 9). Para ele, os costumes civilizados, o desenvolvimento de modos de condutas, não são inatos, naturais no homem, surgem das relações de condicionamento e das condições de aprendizados a que os sujeitos estão expostos, fazendo de nós um “animal interessante”. Se nossas condutas, nossos hábitos não são naturais, como os adquirimos?

¹⁸ O movimento eugênico difundiu-se na Europa e nos EUA, a partir do século XIX. Tinha como finalidade oferecer suporte técnico à preocupação que se instaurava em relação aos efeitos físicos e culturais da miscigenação das raças humanas. No Brasil, a partir da ação da intelectualidade brasileira, esse movimento repercutiu durante os trinta primeiros anos do século XX, preocupado com a constituição étnica do povo brasileiro: “A prevenção se fundamentava na eugenia, isto é, na idéia de que purificando-se a raça, evitava-se os caracteres psíquicos, físicos e culturais nocivos presentes nas ‘raças inferiores’.” (RIZZINI, 1993, p.22, grifo do autor).

É no movimento do homem nas diferentes sociedades que seu comportamento é forjado, construído. Assim, Elias (2011) afirma que há uma: “[...] conexão entre estrutura social e estrutura da personalidade.” (ELIAS, 2011, p. 191.), ou seja, o homem está intimamente articulado à sua sociedade. Sociedade que ele produz e reproduz. Desse modo, são determinados mecanismos históricos, sociais, econômicos e políticos que possibilitam diferentes tipos de sociedade e sujeitos. Para exemplificar essa posição, Elias (2011) faz referência à atitude do cavaleiro medieval e sua ação de agressividade e da sua falta de autocontrole. Com a emergência da Modernidade e seu poder punitivo, disciplinar, o homem passa a ter mais autocontrole sobre si mesmo.

[...] é a estrutura da sociedade que exige e gera um padrão específico de controle emocional. “Nós”, diz Luchaire, “com nossos costumes e hábitos pacíficos, com o cuidado e a proteção que o estado moderno prodigaliza sobre a propriedade e a pessoa”.

[...]

Esta descrição ajuda-nos a ver com mais clareza algo que, até agora, só foi dito em termos gerais, isto é, a conexão entre estrutura social e a estrutura da personalidade. (ELIAS, 2011, p. 191, grifo do autor).

Desse modo, ao nos reportarmos a Elias nesta pesquisa, temos a intenção de compreender como, a partir de diferentes configurações sociais, os sujeitos passam a agir, a gerir seus modos de vida e comportamento. Elias (2011) destaca que as atitudes e comportamentos estão intimamente ligados a estruturas sociais, que, na Idade Média, por exemplo, são representadas pelo conceito de cortesia, que teve origem nos cortesãos que viviam em torno dos senhores feudais. Os cortesãos tinham comportamento e atitudes que os tornavam participantes de um lugar social que não fosse o dos camponeses considerados rudes. A partir do século XVI, com a reconfiguração da sociedade europeia em torno de novos grupos sociais, como dos monarcas absolutistas e da burguesia, o conceito de civilidade passa a ganhar espaço e vincula-se à ideia de controle de emoções, formação disciplinar. Nesse sentido, procuramos estabelecer uma conexão entre estrutura social e personalidade a partir, principalmente, do Estado Novo¹⁹.

A partir da observação dos estudos de Elias (2011), entendemos ser possível estabelecer uma relação produtiva entre o que o autor chamou de “conexão entre estrutura social e estrutura da personalidade” e as ideias e valores veiculados pelo Estado Novo.

¹⁹ Segundo Gebara, a contribuição magistral de Elias está na capacidade de “(...) estabelecer novas relações e construir evidências empíricas entre acontecimentos ‘menores’ – como o uso da faca e do garfo e a formação do Estado [...]” (GEBARA, 2011, p. 11 apud RODRIGUES, 2012, p. 3).

Guardadas as devidas proporções, pois Elias (2011) trata de períodos bem distintos da sociedade europeia, a saber, a Idade Média e a Modernidade (a partir do Renascimento), com suas singularidades e profundas transformações no campo político, econômico e cultural, o que queremos propor, principalmente a partir do advento do Estado Novo, é: como a ideologia do Estado Novo, durante a chamada Era Vargas, a partir de valores como o da construção e consolidação da nacionalidade, interferiu na formação do sujeito por meio de certas representações, com o objetivo de constituir suas subjetividades, seja como o trabalhador brasileiro, o cidadão brasileiro.

O jornalista F. A. Ferreira Mendes refere-se aos sentimentos ideológicos do Estado Novo como “sentimentos de brasilidade”²⁰ e o padre Teodoro (Inspetor Federal do Ensino), como nova consciência. Na direção desse movimento que se colocava como renovador dos sentimentos da nacionalidade, práticas institucionalizadas, como o Dia da Criança e a Juventude Brasileira, visavam: “dar novo sentido a educação da nossa infância e da nossa juventude, *plasmando uma nova consciência na geração nova do Brasil [...]*” (TEODORO, 1940), sendo necessária, para isso, a interferência em seu modo de vida, hábitos, civilizando para a nova nação moderna que o Estado Novo queria criar. Desse modo, a elite empresarial, urbana e industrial passa a construir padrões de comportamento, sentimentos e condutas que se articulam aos seus interesses e aos do Estado Novo.

O Estado Novo faz-se presente no jornal “A Cruz”, ao publicar em suas páginas o discurso do professor Ulisses Cuiabano, proferido no Liceu Cuiabano, em solenidade do Dia da Criança, no qual pondera que o Estado Novo, dentro das normas preestabelecidas em seu notável programa político-social, vem operando realizações da maior magnitude. Entre essas realizações, destacamos a que alude à: “valorização do elemento nacional” (O DIA..., 1941, p. 4). Nesse sentido, o professor Ulisses Cuiabano refere-se à criança do seguinte modo:

Porque as creanças, os rebentos em flôr de um povo, constituem a esperança de amanhã; são as promessas, sempre benditas, da perpetuação da nacionalidade; encerram os anseios palpitantes de uma raça, em escalada gloriosa para um luminoso, um risonho porvir. (O DIA..., 1941, p. 4).

²⁰ Ao comentar a celebração do terceiro aniversário da Constituição do Estado Novo que acontecia em todo o Brasil, diz Mendes: “Para nós matogrossenses, a festividade de hoje tem um cunho excepcionalmente tocante e expressivo pela sua singelesa, que é bom a lúdima expressão dos mais alevantados sentimentos de brasilidade, que alimentam a alma, o coração e o cérebro dos dirigentes do estado” (MENDES. A infância e o Estado Novo. **O Estado de Mato Grosso**. 10 de novembro de 1940, p. 02). Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Caixa: 003. Prateleira 03.

As representações coletivas acerca da infância durante o Estado Novo revelam aspirações, crenças em torno desta, que é a esperança do amanhã e capaz de perpetuar a nacionalidade da raça. Assim, conclui Ulisses Cuiabano:

Nêste dia memorável, em que vós sois o alvo das atenções dos poderes públicos como sendo a expressão radiante dos homens de amanhã, deveis reter em vossos pensamentos, em seus mínimos detalhes, os princípios ideológicos do Estado Novo e o seu excelso programa, para que possais continuar, quando tiverdes sob os vossos ombros as responsabilidades do destino de nossa Pátria, a obra gigantesca e eminentemente patriótica do grande Presidente Getúlio Vargas, para que o Brasil seja sempre cada vez maior, para a suprema glória da nossa raça e para a perfeita felicidade dos nossos vindouros. (O DIA..., 1941, p. 4).

Na trama política do Estado Novo, a criança é um alvo e em sua mente devem-se gravar, sem deixar escapar os mínimos detalhes, os princípios desse governo. Assim, esse sujeito, na mais tenra idade, deve ser construído, forjado e formado pelos novos sentimentos de brasilidade. O programa estado-novista instaura um discurso místico religioso sobre seus valores e ideais, percebidos na exaltação da personalidade, da pátria e da raça.

A partir dos discursos acima, temos como justificativa para a aproximação entre mudanças nas estruturas sociais e na estrutura da personalidade e o Estado Novo, a mesma que Gadelha (2009) utiliza para aproximar os vínculos entre educação e biopoder durante o Estado Novo, ao tratar das atividades do Ministério da Educação e Saúde.

[...] em um nível mais concreto, era necessário dar forma e conteúdo a todo o sistema educativo, desde o seu ápice, a universidade, até o ensino industrial e agrícola para os trabalhadores urbanos e rurais, passando por sua espinha dorsal, que era o ensino secundário. Em um nível mais amplo, era necessário ir além das escolas e universidades. Era preciso atuar diretamente sobre a cultura e a sociedade, criando as normas e as instituições que mobilizassem os jovens, definissem o lugar e o papel das mulheres e trouxessem os migrantes estrangeiros para o grande projeto de construção nacional. (SCHWARTZMAN, 1984, p. 17 apud GADELHA, 2009, p. 193-194).

Para Gadelha (2009), todas essas atividades que abarcavam dois planos – o escolar e seus diferentes níveis e a atuação sobre a cultura e a sociedade –, indicam a existência de um corpo-espécie da população ou pelo menos a preocupação em construí-lo como tal, produzindo-o como objeto de governamentalidade da biopolítica. Gadelha (2009, p. 194) afirma que se assiste, deste modo, a uma preocupação com a regulamentação do modo de vida dessa população no sentido de maximização do que Foucault chama de “forças estatais”, isto

porque são definidos os papéis reservados a jovens, à família, através da atenção dada às mulheres, bem como aos imigrantes, e da atenção técnica e profissional dada ao trabalhador. Nesse sentido, Gadelha (2009) aponta que se pode ver nessa trama como a educação se encontra implicada no projeto de construção da nação brasileira, cumprindo, assim, um relevante papel estratégico.

Outra questão que levantamos a partir da aproximação do pensamento de Elias, do advento do Estado Novo e da educação no Brasil para compreendermos a civilidade, é a da constituição do sujeito pensado a partir de sua produção social, política, cultural e econômica. Gadelha (2009, p. 173) afirma que a concepção de sujeito desenvolvida pelo pensamento de Foucault serve para a conexão entre sujeito e educação. Isso porque Foucault não toma o sujeito “de forma alguma àquela entidade substancial, essencial, abstrata, universal, transcendente em relação à história, tomada como um *a priori*, a ser formada, desenvolvida, potencializada e instruída pela educação”. Essa é uma contribuição importante de Foucault para a questão do sujeito, principalmente quando o inserimos no campo educacional. Se não pensarmos mais o sujeito como algo *a priori* podemos situá-lo em uma inserção social com formação muito mais complexa.

Desse modo, o sujeito em Foucault é da ordem da produção, situada historicamente, assim, podemos dizer que tanto na educação, quanto no programa político do Estado Novo, observa-se a produção de subjetividades que se coaduna com tais valores e ideias.

[...] em se tratando da educação, poder-se-ia falar dos modos através dos quais ela se agencia à questão ou ao problema ‘da subjetividade’: num primeiro caso, envolvendo-se em processos, políticas, dispositivos e mecanismos de subjetivação, isto é, de constituição de identidades, de personalidades, de forma de sensibilidade, de maneiras de agir, sentir e pensar, normalizadas, sujeitadas, regulamentadas, controladas. (GADELHA, 2009, p. 173, grifo do autor).

A educação agenciada à questão ou ao problema da subjetividade, com vistas à constituição de um determinado sujeito pode ser verificada em três artigos que circularam no jornal “O Estado de Mato Grosso” e na revista “A Violeta”. Os assuntos tratados diziam respeito ao ensino da higiene e da educação dentária nas escolas e sobre alimentação da criança na escola. Nesses enunciados, o projeto político varguista de constituição de uma raça e de um povo forte se faz presente a partir da saúde ou do tipo de saúde que devia ser ofertada à criança. A escola configura-se como lugar social privilegiado para a circulação de campanhas, orientações e práticas para a concretização do ideal varguista, pois, ao atingir as

crianças, podia modificar e inculcar novos hábitos e comportamentos. Nesse sentido, para o cirurgião dentista, Monteiro, o problema da alfabetização está intimamente ligado ao da saúde: “Sendo as escolas o campo de propaganda social das crianças, para o desenvolvimento futuro de uma raça forte e sadia, o é também para a divulgação dos princípios da educação bucal [...]” (MONTEIRO, 1939, p. 2). Divulgar os princípios da educação bucal nas escolas para que as crianças mudem e adquiram novos hábitos de higiene torna-se uma estratégia, uma vez que estas são representadas como o futuro de uma raça forte e sadia. Para Monteiro:

Este problema que está ao encargo do Exmo. Snr. Interventor Federal deste Estado merece ser resolvido, pois que Mato Grosso, o gigante dos cultos, reclama a necessidade de incutir na memória de seus filhos, os conhecimentos básicos, sobre a formação dos dentes, função, conservação, suas relações com o organismo, etc., evitando dessa forma grandes males para os futuros defensores da pátria. (MONTEIRO, 1939, p. 2).

A infância, trazida no discurso como futuro defensor da pátria, deve ser, a partir de políticas públicas, como a de saúde, tempo da inculcação de certos conhecimentos básicos. Tem-se a defesa por alguns cirurgiões dentistas, como a do professor Primavera Junior (Diretor da Academia de Higiene Dentária do Rio de Janeiro), do ensino obrigatório da higiene dentária nas escolas primárias. Essa posição estava ligada ao fato de que os cuidados com a higiene bucal tinham como base um saber científico. Desse modo, as crianças deveriam adquirir os conhecimentos necessários à conservação de seu aparelho dentário: “A criança precisa aprender higiene, a ciência nova que trata de evitar as moléstias dos dentes.” (JUNIOR, 1940, p. 14). Nessa direção, continua Junior:

Com o desenvolvimento dessa ciência a criança terá uma elevada mentalidade sanitária que muito contribuirá em melhorar os seus dias futuros concorrendo para um bom êxito nas suas atividades da vida prática. O ensino da higiene dentária nas escolas primárias é tão necessário quanto o da matemática, história e geografia. Se uma prepara o homem para ganhar o pão honestamente, o outro prepara o homem para adquirir a saúde cientificamente. Ambos são importantes e não podem estar separados. (JUNIOR, 1940, p. 14).

A nova mentalidade sanitária que a criança adquire com essa ciência no futuro está associada a tornar suas condições de vida mais favoráveis, principalmente na realização de atividades práticas. Essa atividade prática, no contexto da Era Vargas, pode ser compreendida pela ótica do trabalho. Esse enunciado nos leva à afirmação de Rizzini (1993, p. 12) que a partir de 1920 emergem novos agentes sociais, representados pelo movimento higienista e por

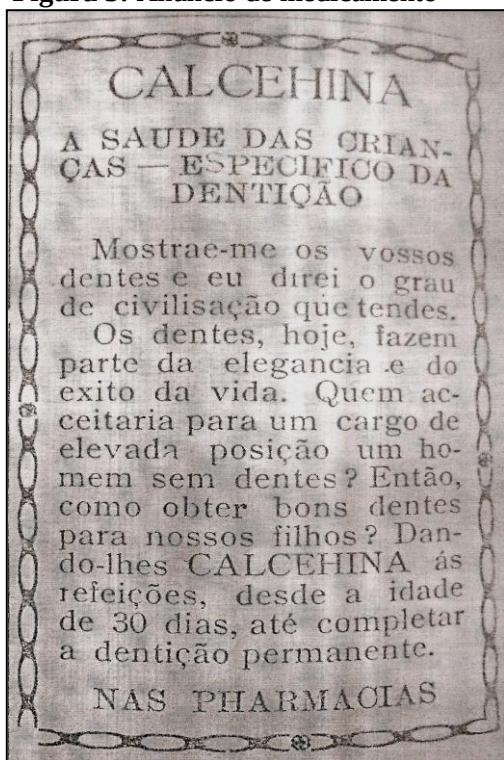
outros setores da sociedade e que passam a investir num discurso de racionalização da assistência à infância com a defesa da criação de uma rede profissionalizante de ensino separada e desidentificada da assistência aos desvalidos. Desse modo, de um lado, os médicos higienistas atacavam e condenavam os hábitos considerados prejudiciais e, por outro, os setores movidos pelo processo de industrialização que emergia no país passam a defender a existência de redes profissionalizantes de ensino. Nesse sentido, defende A.M.:

Entretanto forçoso é reconhecer, que precisamos olhar com mais interesse, com mais carinho para o ensino profissional (...), o ensino profissional constituirá o mais forte esteio com que poderá contar a nacionalidade para seu desenvolvimento. Precisamos desenvolver as nossas indústrias, formando operários capazes e hábeis nos seus ofícios, instruídos e orientados no amor da Pátria e no cumprimento dos seus deveres, no respeito às autoridades patriotas e dispostos a trabalhar pelo engrandecimento do nosso querido e incomparável Brasil. (A. M., 1939).

A. M., ao se referir às Escolas de Aprendizes Artífices pela passagem de seu trigésimo ano de fundação²¹, conclama a atenção da sociedade para a necessidade que se fazia no momento de um ensino voltado para a profissionalização em função do desenvolvimento da indústria nacional. A nação com vistas à industrialização precisava desse tipo de ensino para seu desenvolvimento, pois este é à base da formação de trabalhadores capazes, hábeis, ordeiros e disciplinados para o cumprimento do seu dever e para o respeito às autoridades constituídas.²²

²¹ Segundo A.M., as Escolas de Aprendizes Artífices foram: “Creadas pelo Decreto n. 7 566 de 23 de Setembro de 1909 do saudoso estadista Dr. Nilo Peçanha, então Presidente da República, comemoram as Escolas de Aprendizes Artífices, no corrente ano, o trigésimo aniversário” (A. M. Escolas de Aprendizes Artífices. **A Violeta**. 31 de agosto de 1939. Casa Barão de Melgaço).

²² O discurso de A. M. remete-nos à análise de Edson Passetti sobre a educação: “Pretendendo domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do Estado, para criar cidadãos a reivindicar disciplinadamente segundo as expectativas de uma direção política cada vez mais centralizadora. Para tal, escola e internato passam a ser fundamentais. Os anos 20 são de aplicação das iniciativas autônomas e de preparação para a grande conformação das massas como rebanhos nos anos 30. Foi um acontecimento que se desenvolveu não só no Brasil, com a emergência do getulismo, mas que rendeu desde o nazismo e o fascismo, até o stalinismo e o *new deal* norte americano. Naquele momento, de um mundo centralizador e disciplinar emergiram outras formas de controle social” (PASSETTI, 2010, p. 355. Grifo do autor).

Figura 3: Anúncio de medicamento

Fonte: A Cruz, 11 de dezembro de 1938.

CALCEHINA

A SAUDE DAS CRIANÇAS- ESPEFIFICICO DA DENTIÇÃO

Mostrae-me os vossos dentes e eu direi o grau de civilização que tendes.

Os dentes, hoje, fazem parte da elegância e do êxito da vida. Quem acceitaria para um cargo de elevada posição um homem sem dentes? Então, como obter bons dentes para nossos filhos? Dando-lhes CALCEHINA às refeições, desde a idade de 30 dias, até completar a dentição completa.

NAS PHARMACIAS

Outra questão que atravessou a criança na escola foi a preocupação com sua alimentação, já que está na “fase de crescimento vivo.” (COSTA, 1939, p. 11). Ao tratar da alimentação da criança na escola, o Dr. Costa pontua que: “Caminha o corpo, no desenvolvimento físico, caminha o espírito para a compreensão social.” (COSTA, 1939, p. 11). A alimentação como construtora da força e desenvolvimento físico e mental de uma criança ocupa lugar estratégico na política Vargas de formação do homem brasileiro.

A importância do assunto é enorme. Interessa a todo o Brasil. E já tem preocupado os nossos homens mais esclarecidos tendo sido efetuada, em 1935, a “Campanha Nacional pela Alimentação da Criança”, dirigida pelo Prof. Olinto de Oliveira. Essa Campanha foi realizada pela Divisão de Amparo à Maternidade e à Infância. De fato, cuidar da alimentação infantil é fazer uma obra de amparo às fontes mais vivas do progresso do país. (COSTA, 1939, p. 11).

Os cuidados dispensados à alimentação infantil estavam intimamente ligados ao zelo que se deveria ter com a criança, representada como a fonte mais viva para o progresso do

país²³. O discurso do Dr. Dante Costa, ao destacar a criança como fonte para o progresso da nação, desperta-nos a atenção para a ideia de progresso, tão comum nos discursos da época. Gouvêa e Gerken (2010), ao tratarem a ideia de progresso em Le Goff, afirmam que, para este autor, o progresso, em sua manifestação histórica, marcou o século XIX no mundo ocidental: “em que foi apreendido como indissociável da evolução.” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 23), mesmo sendo uma ideia já existente “mas na representação deste pensador não era considerado intrinsicamente positivo nem associado à evolução social e humana.” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 23). Desse modo, o progresso foi associado a uma visão positiva de desenvolvimento da ciência e da técnica. Assim, a representação positiva de progresso se estende a outros domínios humanos. Afirmam os autores:

[...]. Assim é que se estabeleceu uma associação, característica do século XIX, entre progresso científico e progresso moral. [...]. É ao longo dos oitocentos que afirma-se que o desenvolvimento técnico científico, próprios das nações europeias, traria como consequência o desenvolvimento moral, compreendido como capacidade de exercício do autocontrole, característico do indivíduo civilizado. (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 24).

A civilização²⁴ a partir do século XIX passa a ser um dos aspectos definidores do ideário do progresso. Nesse contexto, as crianças passam a aprender nessa sociedade, seja individualmente ou coletivamente, seus valores e ideais.

A educação como campo estratégico do biopoder opera na constituição de sujeitos e na viabilização de programas políticos e econômicos, pois, como bem colocou Gadelha (2009), ela serve como auxiliar, complementar ou mesmo essencial para a viabilização de campanhas e programas voltados para a massa, como de vacinação, de higiene bucal, programas de nutrição infantil, de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, educação física, etc. No que se refere à instrumentalização para ao mundo do trabalho, oferece formação técnica e profissionalizante e, em outras políticas, como as voltadas para a

²³ O artigo assinado pelo Dr. Dante Costa e publicado na revista “A Violeta” faz parte do Suplemento de Hygiene Infantil editado pelo Departamento Nacional de Propaganda: Dele transcrevemos o trecho a seguir: “Utilíssimo contribuinte para a educação da mulher a qual compele graves responsabilidades da Puericultura” (A VIOLETA, 1939, p. 11). (Casa Barão de Melgaço).

²⁴ Gouvêa e Gerken (2010) em sua obra problematizam o que caracteriza a civilização no século XIX. Segundo eles, tal conceito apresenta dimensões culturais, econômicas, cognitivas e psicológicas. Destacamos aqui sua perspectiva cultural: “No que se refere às dimensões culturais, a civilização era apreendida como refinamento dos costumes e valorização da polidez. [...]. Associa-se, nesta definição, a centralidade do refinamento dos costumes e a valorização da polidez a uma perspectiva etnocêntrica (e mais ainda eurocêntrica), que tomava os costumes e os padrões culturais europeus como sinônimos de costumes civilizados.” (GOUVÊA; GERKEN, 2010, p. 25).

segurança pública, sua ação revela, nos serviços de auxílio na regularização da documentação, educação física, educação moral e cívica. Eis aí sua potencialidade na formação de identidades, personalidades, de sensibilidade, de modos de agir e sentir, normalizados, sujeitados, regulamentados e controlados.

Em artigo que disserta sobre a festividade que celebrou entre os cuiabanos o terceiro aniversário da Constituição do Estado Novo, promulgada em 1937, Mendes toma como alvos em seu discurso a nação e a infância descritas calorosamente. Nas palavras de Mendes, o Brasil encontra-se: “engalonado e ufano, festeja, num intenso entusiasmo cívico.” (MENDES, 1940, p. 2), pois este reconhece a política do “Grande Presidente Vargas.” (MENDES, 1940, p. 2). Para celebrar, reconhecer o feito da administração daquele que é considerado o “Grande Presidente”, o povo encontra-se em festa: “em homenagem ao grande dia que relembra a renovação do Brasil.” (MENDES, 1940, p. 2), e, segundo o noticiário, em Mato Grosso não seria diferente, dando como certo que estariam presentes, logo nas primeiras horas desse dia, as crianças das escolas, ansiosas por ouvirem uma palavra de fé dada pelo homem público, o Exmo. Sr. Francisco Bianco Filho (Juiz de Direito).

A expectativa em relação a essa comemoração se devia ao fato de que as mais altas autoridades do país homenageariam a infância e a adolescência de Cuiabá. A ocasião não poderia esquecer-se de assinalar uma das maiores obras realizadas pelo então Presidente Vargas, que foi a criação do Serviço de Proteção à Infância e à Adolescência, instituído pelo Decreto no. 2.024 de 17/02/1940. Sobre a importância dessa realização, relata o noticiário: “A proteção à infância – são palavras do prof. Olinto de Oliveira – é um serviço nacional, tão essencial, tão imprescindível quanto o das forças militares. Este organiza as forças do país; aquela a força da raça.” (MENDES, 1940, p. 2). A política de proteção à infância forjada pelo governo Vargas entendia que a criança ocupava um lugar estratégico na construção da nacionalidade, da nação, ao afirmar a ideia de que, se as forças militares garantem a segurança do território, a criança garantiria a força da raça, a continuidade da espécie ou, para sermos mais específicos, de uma brasilidade que o Estado Novo queria construir. Assim, defender a força da raça por meio da criança seria uma forma de defender a brasilidade tão desejada nessa época.

Reconhece-se, ainda, em toda essa euforia, que esse serviço nacional não atinge no Estado de Mato Grosso:

O grau de desenvolvimento necessário para sua objetivação, não obstante os esforços da administração estadual nesse sentido, assim, como é bem verdade que é esse o problema de maior atualidade para nós e que deve merecer toda a simpatia da nossa gente. (MENDES, 1940, P. 3).

O problema da infância como um problema da atualidade é, segundo Mendes, uma questão não apenas de Estado, mas como algo que diz respeito a toda a sociedade. A assistência passa a ser uma obra que não depende exclusivamente da ação governamental.

Ela pela sua própria natureza e pela sua finalidade, está ligada, diretamente à sociedade, e é desta que depende em grande parte a sua concretização. Não se trata de uma questão pública: sua concepção é muito mais elevada, visa diretamente a nacionalidade. (MENDES, 1940, p. 3).

A assistência e a proteção à infância são postas como questões que não se referem apenas ao campo da ação governamental, ou seja, de políticas que partam somente do Estado, mas também de responsabilidade da sociedade, por serem questões públicas e essencialmente nacionais. Nesse sentido, a partir da ação de alguns filantropos, é construído em Cuiabá, em 1940, o Abrigo Bom Jesus, que tinha por finalidade inicial prestar serviço de amparo à velhice e em 1944 estende suas atividades ao de proteção à infância. Segundo o jornal “O Estado de Mato Grosso”, a proposta de iniciar o serviço de proteção à infância desvalida ao lado do trabalho de amparo à velhice foi do Dr. Helio Ponce de Arruda, Diretor do Departamento de Saúde. A ideia que consta no Jornal seria a da adaptação do prédio que atendia à velhice desamparada para organização de creche e institutos educativos:

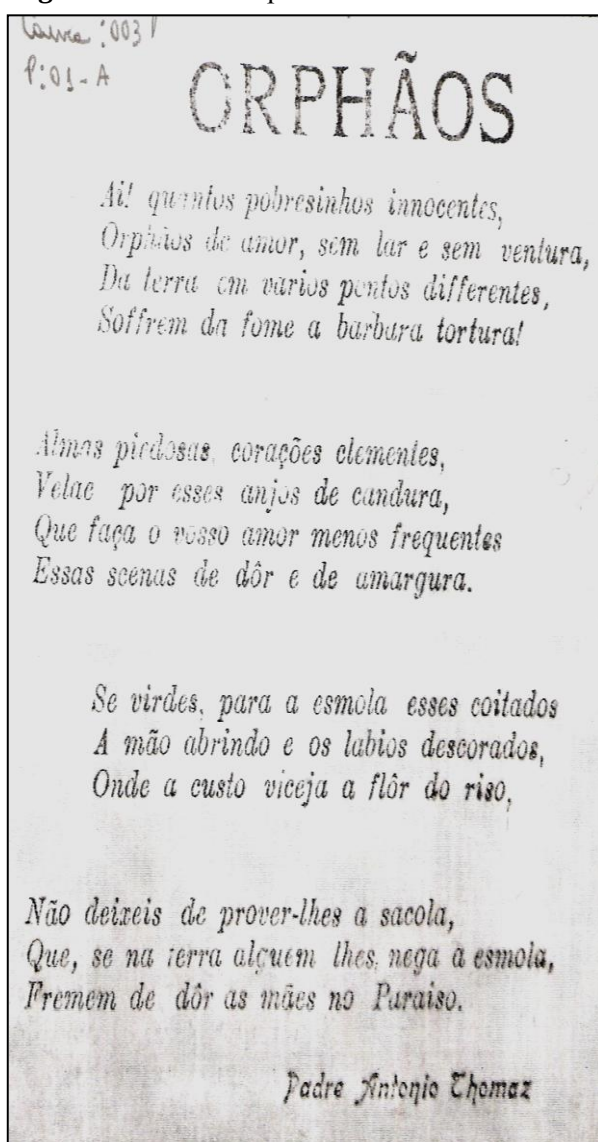
Dêse modo o Abrigo do Bom Jesus amplia seu âmbito de ação e passa, num plano mais largo a proteger a infância que, nessa época, como os velhos, deve merecer todos os cuidados e carinhos necessários. (O ABRIGO, 1944, p. 1).

A proteção à infância, segundo Kuhlmann Jr. (2002), é responsável no ocidente do final do século XIX pela origem de uma série de instituições que passam a ocupar e a cuidar das crianças sobre diversas perspectivas. O cuidar das crianças é expresso nos cuidados com sua saúde e sobrevivência, no reconhecimento dos seus direitos sociais e, por fim, da sua educação e instrução. Os procedimentos relativos aos cuidados com a saúde e sobrevivência da criança eram expressos nas iniciativas de construção de ambulatório obstétrico e pediátrico. No que diz respeito aos direitos sociais, surgem propostas de legislação e

associações de assistência, e, no caso da educação e instrução, devem ocorrer tanto no espaço privado e público desde o nascimento.

O jornal “A Cruz” publica em suas páginas um poema intitulado: “Orphãos”, de autoria do padre Antonio Thomaz. A composição, repleta de estrofes dramáticas e numa linguagem mística, religiosa, informa-nos um pouco da imagem que a criança ocupava no imaginário da época.

Figura 4: Poema “Orphãos”



ORPHÃOS

Ai! quantos pobresinhos innocentes,
Orphãos de amor, sem lar e sem ventura,
Da terra em varios pontos differentes,
Soffrem da fome a barbara tortura!

Almas piedosas corações clementes,
Velae por esses anjos de candura,
Que faça o nosso amor menos frequentes
Essa scenas de dôr e de amargura.

Se virdes, para a esmola esses coitados
A mão abrindo e os lábios descorados,
Onde a custo viceja a flôr do riso,

Não deixeis de prover-lhes a sacola,
Que, se na terra alguém lhes nega a esmola,
Fremem de dôr as mães no Paraíso.

Padre Antonio Thomaz

Fonte: A Cruz, 05 de julho de 1931.

A criança descrita pelo Padre Antonio Thomaz nos faz pensar sobre algumas questões que perpassam os estudos da infância: a temática da inocência e a criança – enquanto sujeito real que vive esse tempo da vida, tempo este atravessado por fundamentais diferenças

educacionais, étnicas, sexuais, etárias e sociais, determinadas por seu grupo de origem. Os órfãos narrados por Antonio Thomaz são pobrezinhos inocentes, órfãos de amor, sem lar e que sofrem fome e bárbaras torturas. Eles representam os órfãos de diferentes pontos da terra. A partir de uma linguagem mística, define-os como anjos de candura²⁵ e conclama as pessoas de almas piedosas e corações clementes ao exercício da caridade. As crianças descritas são oriundas de um determinado grupo social destituídas do amparo material.

A infância narrada no poema é associada à ideia de inocência, proteção, candura, anjos e amor familiar (“fremem de dor as mães no paraíso”). Uma questão bastante ligada ao sentimento moderno de infância, a inocência é presente no poema do Padre Antonio Thomaz. Sabemos que as transformações históricas não são frutos de uma linearidade, por isso, Campos (2009) afirma que a inocência enquanto ideia é consequência da disseminação do Cristianismo, ou seja, bem anterior à Modernidade e o reconhecimento das particularidades da criança. O Cristianismo via esse: “momento como estágio de pureza do corpo e da alma; de candura e de simplicidade que infelizmente era efêmero em razão do passar dos anos.” (CAMPOS, 2009, p. 178). Desse modo, no rastro das transformações das atitudes diante da infância, até hoje, afirma Campos (2009), que valores e ideias ligadas à inocência, à singularidade e ao valor positivo da infância ainda são fortes e presentes nos dias atuais.

O jornalista Ferreira Mendes considera que a criança tem direitos sagrados, principalmente aquelas que a má sorte desamparou, sendo necessário desenvolver um serviço inteligente e metódico a fim de salvar a infância, física e moralmente, para que, desse modo, sejam fortalecidas as energias do futuro. Para Mendes:

Precisamos agir nas escolas, na família, no campo, em toda parte, a prol da educação da criança, ensinando-a a alimentar-se, a adquirir hábitos higiênicos e de economia, amparando e preservando esse reservatório das nossas mais caras esperanças. (MENDES, 1940, p. 3).

Tempo de vida em que se conservam e se reúnem as esperanças para o futuro de uma nação que ambiciona o desenvolvimento e o progresso – esta é a principal representação da

²⁵ Sobre a associação da criança com a imagem de anjo, Jurandir Freire Costa (2004) afirma que nos tempos coloniais a Igreja Católica via na criança uma função espiritual: “A criança só era relevante para o catolicismo enquanto signo de pureza e inocência. Neste caso, o modelo de perfeição espiritual que ela encarnava servia de exemplo e correção à alma pecadora do homem. A mentalidade religiosa antiga dissociou a existência da criança. A vida concreta e material foi recalcada em proveito da vida sobrenatural. A criança venerada pela religião era o “anjo” circulava em todos os recantos da vida cultural da colônia. Nas festas religiosas meninos e meninas costumavam desfilar vestidos de anjos, reativando periodicamente essa imagem de infância. Mas foi sobretudo no culto à criança morta que a força desta representação manifestou-se com mais limpidez.” (COSTA, 2004, p.160, grifo do autor).

infância. Por essa razão, todo e qualquer contexto e instituição social, em que a criança se faz presente – família, escola, no campo ou na cidade –, precisa ser alvo de intervenção do poder público como forma de salvaguardar uma educação dentro dos ditames postulados pelo processo civilizador em vigência nessa época.

O processo que visa à transformação dos hábitos e do comportamento que se refere à higiene tem início no fim do século XVIII por meio da ação dos médicos higienistas, que vão consolidando espaço na sociedade. Segundo Santos (2004), esses médicos agem socialmente intervindo: “não só nos cuidados corporais, como também na alimentação, na roupa, nos hábitos e nos costumes das pessoas.” (SANTOS, 2004, p. 40). Assim, a sociedade europeia vê instalada uma espécie de “política médica” que tem como finalidade: “regulamentar os costumes adquiridos pelos excessos e assegurar as condições propícias à subsistência corporal.” (SANTOS, 2004, p. 40). No Brasil, o discurso higienista se faz presente principalmente a partir do final do século XIX e a escola é campo privilegiado dessa ação por meio dos médicos higienistas.

Gervasio Leite, ao tratar de uma famosa frase que afirma ser: “êste século, é o século da criança.” (LEITE, 1944, p. 2), procura despertar o leitor para o significado que a afirmação carrega para seus contemporâneos. A preocupação e a organização de serviços voltados para a infância, no século XX, são consideradas por Leite como um ideal nobre e alto, de modo que nenhum outro pode ser comparado a ele. Esse ideal é o de: “tornar a criança a preocupação central ou primeira das atividades sociais.” (LEITE, 1944, p. 2). No entanto, para Leite, era possível visionar o problema da infância fora do que ele chama de campo exclusivo da ação social. Nesse sentido, bastava: “depararmos quer no campo biológico no terreno puramente da educação como no plano psicológico os elementos necessários à justificação da frase feliz.” (LEITE, 1944, p. 2). Esses campos, biológico, na sua intersecção com a educação, e o psicológico²⁶, tinham muito para revelar sobre a criança e seus problemas.

Século da criança, porque corresponde o ser em evolução, ao ideal da perpétua renovação, social, que é parte de perpétua renovação, do vir a ser, da vida e do universo. Porque se é mister alterar, para melhor nossa concepção do mundo e do universo é claro que a reforma deve começar por

²⁶ Veiga e Gouvêa (2000) vão afirmar que: “A pedagogia e a psicologia foram outros campos do saber que se organizaram neste contexto, com o objetivo central de estabelecer uma nova educação que possibilitasse a produção de um novo cidadão e o assentamento de uma nova raça, sadia e ativa. Na década de 20, disseminaram-se as campanhas e reformas sob a denominação de “movimento da escola nova”, também fundamentados pelos campos da medicina e da eugenia. Dessa forma, a criança tem sua identidade construída a partir das relações entre idade, habilidades sociais, cognitivas e físicas [...]” (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 140, grifo do autor).

uma revolução no setor da educação e no plano do nosso ideal em questões de ensino. (LEITE, 1944, p. 2).

Nesse discurso, ficam evidentes as representações da criança e de educação. De um lado, a criança numa visão de um ser em evolução, necessário para a constante renovação social, e na condição de um vir a ser da vida e do universo. Por outro lado, a educação é representada como mecanismo capaz de revolucionar ideias, concepções de mundo, operando sobre os ideais educativos. Nota-se com muita clareza a concepção de infância nesse discurso como continuidade e renovação da espécie, garantindo, desse modo, as futuras gerações.

Seguindo sua proposta de tomar a criança como problema central, ou primeira das atividades sociais, Mendes traz para o centro do seu discurso a questão da eugenia, ligada à dimensão biológica do ser humano.

Na Inglaterra o plano Beveridge, traça um audacioso esquema para a eliminação da Miséria, da Necessidade, da Vida Sórdida e do Vício e, o ponto mais amplo é o que se refere à conservação da vida a vista das conquistas da Eugenia que prepara à criança o caminho da vida muito antes dela vir ao mundo. (LEITE, 1944, p. 2).

A partir do contexto inglês de combate ao que era considerado como maus hábitos e condutas nocivas, Mendes ressalta a importância da eugenia, possivelmente por meio da puericultura, haja vista que essa ciência já estava em curso, como mecanismo que conserva e prepara a vida da criança antes mesmo de seu nascimento. Conforme o discurso sugere, a eugenia, que dava aos ingleses resultados positivos, em que pesem a conservação e a preparação da vida da criança, precisa ser inserida como prática nos cuidados da criança brasileira, alargando, desse modo, a preocupação biológica no trato da criança. Assim, como a eugenia, a educação sanitária de uma população é uma estratégia para o melhoramento da vida:

A educação sanitária se intensifica entre as populações como o embasamento natural e irremovível de toda melhoria educacional, porque sem ela se esboroaria qualquer tentativa de melhorar a vida de prolongar a vida, de fazer a vida progredir que é a tendência de todo ser vivo. Toda a questão de prolongamento, progresso e melhoria da vida é uma questão de Dietética, de alimentação que é condição favorável de desenvolvimento do ser vivo principalmente na infância. (LEITE, 1944, p. 2).

As ideias eugenistas, sanitárias e de higiene presentes no discurso de Mendes, revelam a intenção de intervir no sentido da melhoria do “corpo coletivo” da população infantil.

Kuhlmann Jr. (2011) afirma que, a partir de 1870, a influência médico-higienista sobre as questões educacionais torna-se constante. Isso se deu graças às descobertas no campo da bacteriologia que passou a identificar e combater doenças: “dotaram a medicina e a higiene de uma autoridade social incontestável.” (KUHLMANN JR., 2011, p. 90).

A necessidade de melhorar a vida, de prolongá-la, de fazê-la progredir, seja individualmente ou no âmbito da população, como no caso acima, faz da infância uma questão de população e biopolítica: “A biopolítica lida com a população, e a população com o problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT 2005, p. 292). Assim, podemos situar a criança nos discursos destinados a ela durante a Era Vargas.

A questão da educação dos filhos é tema de discussão de Amaro Falcão em artigo intitulado “Pais e Filhos”. O debate colocado por ele assinala os dois grandes campos educacionais: da educação informal gerida no lar, pelos pais, pela família, e a educação escolarizada. Para Falcão, a obrigação de educar os filhos como um dever paterno é uma questão praticamente consensual entre as pessoas. Porém, em seu discurso, alerta:

Não é suficiente alimentá-los tratá-los carinhosamente nas enfermidades, vesti-los com decência. E nem ainda assegurar-lhes a posse futura de bens materiais. Todas essas dedicações são naturais, necessárias, obrigatórias. (FALCÃO, 1943, p. 2).

A educação dos filhos, os cuidados com estes e a possibilidade de garantir-lhes posses materiais são representados, por Falcão, como atitudes naturais. Porém, uma dedicação é considerada por ele como nobre e obrigatória: “a de instruir, a de educar os filhos segundo suas tendências, isto é, segundo sua vocação”. Falcão chama, ainda, a atenção para o fato de que:

Quando se fala em educação deve entender-se a educação integral, aquela que abrange a criança em toda a extensão de sua natureza de ser material, moral, intelectual e espiritual. E vem daí o dever de fortalecê-la fisicamente, encaminhá-la na senda da honestidade individual e social, iluminar-lhe a inteligência pelo saber e aprimorar-lhe a alma pela religião. (FALCÃO, 1943, p. 2).

A concepção de educação, nesse discurso, abrange quatro dimensões da vida humana: material, moral, intelectual e espiritual. Na enunciação discursiva de Mendes a respeito da educação da criança, podemos ouvir – considerando o contexto em que ela foi produzida, do

Estado Novo – diferentes vozes. Essas dimensões tidas como próprias da parte da natureza da criança referem-se aos bens e cuidados no campo material, no moral, à formação do caráter e da índole, bem como de um sujeito ordeiro e disciplinado. No campo intelectual, temos a educação instrutiva e, por fim, a espiritualidade representada pelos preceitos do catolicismo.

Falcão denuncia, no correr do texto, os pais que negligenciam a educação dos filhos, que julgam que aos filhos é apenas necessário lhes deixar a acumulação de bens materiais. Porém, estes esquecem, alerta Falcão, que a fortuna, por maior que seja, é contingente, pode arruinar. O seguro mesmo seria investir na sua instrução. Para isso, relata que, depois da primeira Grande Guerra, foram vistos foragidos da Rússia – príncipes, arquidukes, milionários – trabalhando como garçons em grandes hotéis: “A riqueza havia terminado e cada um tinha de trabalhar de acordo com as suas capacidades intelectuais.” (FALCÃO, 1943, p. 2). Por isso, adverte aos pais: “Os pais que morrem deixando aos filhos somente riquezas, não morrem tranquilos. Fazem-nos, porém, contentes e descansados os pais que deixam a sua prole o patrimônio nobre perdurável da instrução e educação.” (FALCÃO, 1943, p. 2). A instrução e a educação são defendidas como valores fundamentais que os pais precisam deixar aos filhos. Considerando a educação como fator máximo de desenvolvimento material e moral do homem, Falcão, ao vê-la efetivada em sua dimensão material, moral, intelectual e espiritual, acredita ser ela capaz de modificar as condutas dos membros da pátria, tendo em vista à sua adaptação ao sistema político e econômico da época. O risco que se corre por negligenciá-la é o seguinte:

Sem essa prática que a família exige, a sociedade reclama e a pátria ordena, a família reduz a um simples campo de fomento animal, a sociedade a uma feira de bípedes robustos e glutões e a pátria a uma tribo de canibais. E não se diga que há exageiro nesse quadro de desolação e horror, pois aí estão entre os nipo-nazi-fascistas os tristes e hediondos exemplos de quanto vale uma família sem fé, uma sociedade sem Deus, uma nação sem justiça e que fez da força a divindade de seu culto. (FALCÃO, 1943, p. 2).

A educação estabelecida no seio familiar é tema de discussão do jornal “A Cruz”. Segundo o jornal, preocupados com a educação de seus filhos, muitos pais se queixam, denunciam que esses não são como os de antigamente. São desobedientes e muitas vezes os tratam com desprezo. Muitos desses filhos não se interessam por estudos, trabalhos, apenas buscam diversões, más companhias e esbanjamentos, e são totalmente contrários aos conselhos religiosos.

Mas perguntemos: porque é que a mocidade de hoje é diferente? Ella não nasce diferente, por conseguinte a differença só pode resultar das causas que influem no seu desenvolvimento espiritual, na sua educação. Há tres factores principaes, que influem no desenvolvimento dos jovens, quaes mestres e educadores: a rua, a escola leiga e o cinema. (P. J. B., 1931, p. 3).

Sobre a influência da rua, da educação leiga e do cinema pairam as causas de jovens tão rebeldes. A rua é um problema para as crianças, pois nela circulam uma série de produtos, de mensagens e novidades que podem influenciar negativamente as atitudes e o comportamento das crianças. Os pais precisam evitar, conforme as orientações P. J. B, a liberdade de deixar os filhos passarem grande parte do seu dia na rua, ambiente da imoralidade. Na rua:

Elles não podem deixar de ser contaminados pelas más companhias, e pela falta de pudor sempre crescente dos trajes, das exposições nas vitrinas, das publicações nos jornaes e revistas: o ambiente da rua é impregnado de miasmas de immoralidade. (P. J. B., 1931, p. 3).

As crianças nas ruas constituem um problema nas cidades brasileiras do final do século XIX. Rizzini (1993) afirma que esse problema ocupou as autoridades e a sociedade de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, que passaram a discutir a questão da criança abandonada ou apenas pobre, fazendo parte dos chamados “deserdados da fortuna”, que perambulam pelas ruas em busca de sua sobrevivência. Segundo Rizzini: “São essas crianças a quem os projetos reservam lugar nos institutos disciplinares, nos preventórios e nos institutos profissionais. Médicos e políticos denunciam a condição de vida das ‘crianças das ruas’ e identificam o grupo como uma ‘ameaça à integridade da família, requerendo dos poderes públicos a devida ‘proteção e correção’ dos menores. (RIZZINI, 1993, p. 29, grifo do autor).

Outra questão que afetava a formação de um filho rebelde era a da educação escolar leiga, destituída dos princípios cristãos. Desse modo, essa escola não contribuía para uma formação moral, pois nela: “Elle não aprende a temer, nem amar a Deus, por isto tambem não aprende a fugir do mal, nem praticar o bem.” (P. J. B., 1931, p. 3). As estatísticas têm comprovado, segundo informa o jornal “A Cruz”, os perigos de uma escola leiga, pois em países como a França, de cem crianças que cometeram crimes, noventa e oito são alunos de escolas leigas. Para P. J. B., esse exemplo demonstra os efeitos da influência ateia na formação da moral da criança. O cinema também é alvo das críticas proferidas pelo jornal “A Cruz”. Segundo seus artigos, ele tem se tornado, para as crianças, uma escola de perversão:

“elles aprendem a roubar, brigar, matar, seduzir e ainda se costumam a considerar os crimes façanhas gloriosas a aguçar os seus apetites aventureiros.” (P. J. B., 1931, p. 3). O cinema e outras diversões são vistos como escolas do crime, pois servem à perdição. O Jornal, em um tom de advertência, afirma que se nem todos os jovens que frequentam o cinema não se tornaram criminosos, foi devido à falta de ocasião ou de coragem, mas o certo é que “todos tornam-se rebeldes e traiçoeiros para com seus paes, e dispostos à prática de qualquer falta ou delicto.” (P. J. B., 1931, p. 3). Kuhlmann Jr. (2002), ao analisar em artigo a circulação de ideias sobre a educação das crianças no Brasil, no início do século XX, a partir dos documentos referentes à realização do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância em conjunto ao 3º Congresso americano da Criança realizado em 27 de setembro de 1922, afirma que o valor pedagógico do cinema foi discutido no evento. Segundo Kuhlmann Jr. (2002), ao analisar esses documentos, verifica-se a defesa do cinematográfico como meio de educação. Porém, notaram-se, também, divergências sobre o uso do cinema na sociedade, predominando nas memórias do CBPI a vontade de censura e controle social. A educação moral da sociedade poderia ser afetada negativamente pelo cinema, mas não apenas por ele, como por tudo que viesse da rua, dos teatros e até mesmo pelo uso da bicicleta. A educação moral ocupava um lugar estratégico na sociedade, pois sua importância se expressava no: “controle dos costumes, aos exemplos concretos que a educação do hábito deveria proporcionar a criança.” (KUHLMANN JR., 2002, p. 491).

Para o jornal “A Cruz”, a “salvação” da juventude frente a esses perigos e perversões que sempre aumentam é fazer com que os pais aumentem, na mesma medida, a vigilância e a energia. Além de evitar que os filhos frequentem os ambientes deformadores citados, os pais precisam exigir-lhes o ensino religioso, visto que o ensino leigo causa mais prejuízo que lucro na alma dos alunos.

A orientação final do P. J. B. às famílias que sentem os desconfortos duma suposta crise de educação:

A queixa dos paes de que a mocidade é diferente da de outros tempos, mostra que os paes ainda não comprehenderam ou ainda não sabem cumprir as obrigações novas, que os tempos actuaes lhes impõem, para conservarem seus filhos no caminho do bem, e lhes darem uma solida educação christã. Que usem de maior vigilância e energia; que juntamente com os filhos, pratiquem a Religião e frequentem os Sacramentos; que façam tomar parte nas associações catholicas: e os moços de hoje serão eguaes, e até superiores aos de outros tempos. (P. J. B., 1931, p. 3).

Podemos destacar da leitura das páginas dos jornais mato-grossenses que a criança foi objeto de processos civilizatórios e do biopoder. Representadas como futuro da nação, muito do que se leu nas páginas dos jornais no que se refere à sua educação estava voltado para orientação e formação de novos valores. Valores que pudessem fazer surgir o novo homem brasileiro. Os ideais e valores postos em marcha nos anos de 1930-1945 vislumbraram na criança a possibilidade de sua concretização. Assim, o projeto de uma nação forte, sadia, moralizada, ordeira, industrial e de trabalhadores teve na criança um dos espaços possíveis de sua efetivação. Desse modo, a teoria de Elias torna-se importante no entendimento desse processo posto em marcha a partir dos anos de 1930. Sarat (2012), ao procurar entender a infância a partir das contribuições de Elias, a partir da forma como este autor tratou a formação do indivíduo, na teoria do processo civilizador, afirma que:

[...] sua análise destaca prodigiosa capacidade humana de aprender em sociedade, individual e coletivamente – processo que se inicia na infância – atribuindo a formação da civilidade, da humanização do indivíduo e da sua constituição pessoal a tal aprendizagem e apreensão dos códigos da organização social na qual o indivíduo está inserido. (SARAT, 2012, p. 9).

Os diversos discursos que circularam na mídia impressa – discursos impregnados de concepções ideológicas –, orientando famílias e governos nos cuidados com a infância, visavam, dentro de uma organização social, imprimir na sociedade os seus códigos.

4.3 A saúde da criança na imprensa mato-grossense: modelando o homem e aperfeiçoando a raça

Esta seção, a partir da exploração de alguns aspectos que marcaram a política pública de assistência à infância no campo da saúde no Brasil e no Estado de Mato Grosso, durante o primeiro Governo Vargas (1930-1945), busca compreender, por meio da imprensa, algumas representações que foram forjadas sobre a infância. A análise, nesta seção, orienta-se para o estudo dos discursos sobre a higiene e a saúde da criança e seus cuidados, visando compreender as formas, as táticas e as estratégias utilizadas pelo poder para administrar socialmente a individualidade de crianças, no intuito de disciplinar, planejar, controlar riscos e incertezas sociais dessa população. Desse modo, a análise discursiva permite a compreensão de práticas e representações da infância e dos cuidados com sua saúde e higiene, presentes nos discursos que circularam na mídia impressa local durante os anos de 1930 a 1945.

Michel Foucault (2007, 2011, 2005), em seus estudos, identifica um campo de práticas que emergem a partir do século XVIII, o qual nomeia como biopolítica, que faz proliferar tecnologias políticas que investem sobre o corpo, a saúde, as formas de se alimentar e outras dimensões da existência humana. Ao problematizar a política da saúde no século XVIII, Foucault (2007) afirma que questões referentes à saúde e à doença são encaradas como um encargo coletivo. Nesse sentido, as iniciativas não pairam apenas sobre o aparelho de Estado, proliferando, desse modo, inúmeras políticas de saúde e muitas formas de se encarregar dos problemas médicos, como a participação de grupos religiosos, associações de socorro e beneficência²⁷ e sociedades científicas.

Considerando o corte temporal que este trabalho estabelece – o da modernização, urbanização, do desenvolvimento do capitalismo e industrialização do Brasil –, Foucault (2007) nos permite entender que a medicina social, vista como uma questão populacional e de Estado, toma forma nas sociedades europeias e no Brasil do século XIX. Para Foucault (2007), a medicina moderna, científica, que nasceu no final do século XVIII é uma medicina social, ligada à economia capitalista e que sua tecnologia visa ao corpo social.²⁸ Foucault (2007), ao desenvolver seu pensamento sobre a medicina social, nomeia três etapas pelas quais esta passou: medicina de Estado, medicina urbana e medicina de força de trabalho. A que nos interessa nesta pesquisa é a medicina de força de trabalho, que se desenvolveu no século XIX, em que, para Foucault (2007, p. 80), o corpo foi investido política e socialmente como força de trabalho, sendo atingido pelo poder médico como força de produção, como corpo que trabalha, como corpo do proletariado a partir da segunda metade do século XIX, colocando, assim, o problema do corpo, da saúde e da força produtiva dos indivíduos.

Foucault (2007, p. 95) considera, em suas análises, o contexto da Inglaterra, país do desenvolvimento industrial e do desenvolvimento do proletariado no qual essa corrente da

²⁷ Sobre as associações de socorro e beneficência, Foucault (2007) afirma que: “desde as repartições de paróquia até as sociedades filantrópicas que também funcionam como órgão de vigilância que uma classe social privilegiada exerce sobre as outras, mais desprotegidas e, por isso mesmo, portadoras de perigo coletivo.” (FOUCAULT, 2007, p. 194). Em Mato Grosso a ação filantrópica empreendida pela LBA, por exemplo, teve participação importante tanto na ajuda da construção do Abrigo Bom Jesus como na participação da organização da Semana da Criança de 1944: “Sob o patrocínio da LBA, as comemorações êste ano terão invulgar brilhantismo.” (**O Estado de Mato Grosso**, 30 de setembro de 1944, p. 2. Arquivo Público de Mato Grosso. Caixa: 009. Prateleira: 01-B).

²⁸ Com o desenvolvimento situado entre o final do século XVIII e início do século XIX, Foucault afirma que o capitalismo “socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política.” (FOUCAULT, 2007, p. 80).

medicina social (medicina da força de trabalho) voltada aos pobres emerge e é difundida. O pobre, nesse contexto, perde sua função social e torna-se perigoso, sendo considerado um foco disseminador de doenças e, ao mesmo tempo, força política capaz de revolta. Assim, o século XIX, principalmente na Inglaterra, faz aparecer “uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas.” (FOUCAULT, 2007, p. 97). Como reflexo do suposto perigo que o pobre passou a representar, na segunda metade do século XIX, o parlamento vota a Lei dos Pobres, que visava assegurar a saúde e, simultaneamente, o controle médico do pobre.

4.3.1 Os laços de uma tríade: saúde, educação e eugenia

No conjunto de ideias que circularam durante a Era Vargas (1930-45), destacamos a que visava à construção de uma nova nacionalidade brasileira. Essa nova nacionalidade tinha como preocupação, de um lado, a construção de “um novo homem” e, por outro, a de uma “nova raça”. Nesse contexto, destacamos aqui um serviço direcionado para a infância, que foi implementado nesse período e que teve participação dos dirigentes da sociedade mato-grossense da época. Esse serviço para a infância se materializou nas Semanas da Criança, realizadas entre os anos de 1942 a 1945, com uma série de práticas voltadas para a saúde e a educação da população infantil.

Figura 5: Criança e anúncio de medicamento



Fonte: A Cruz, 10 de janeiro de 1937.

Nota: O anúncio de medicamento intitulado “As Creanças!”, indica que a preocupação com o seu bem-estar não é apenas uma questão de políticas públicas, mas também da ciência, como exemplo, a medicina farmacêutica.

Na análise dos objetivos da Semana da Criança, com o intuito de desvelar as representações socioculturais sobre a criança, percebe-se a presença marcante do discurso médico e sua preocupação com a saúde e a educação das crianças. Nesse sentido, somos levados a pensar sobre quando se inicia de forma mais efetiva a preocupação com a saúde no Ocidente. Em Santos (2004), é nos dado a saber quando a preocupação com a saúde (higiene) ganha lugar na sociedade ocidental.

Pode-se dizer que é nos fins do século XVIII que os médicos higienistas vão adquirir espaço na sociedade através de uma ação intervencionista não só dos cuidados corporais, como também na alimentação, na roupa, nos hábitos e nos costumes das pessoas. Desse modo, instituiu-se uma espécie de “política médica” cuja ação era marcada por dois objetivos complementares: regulamentar os costumes adquiridos pelos excessos e assegurar as condições propícias à subsistência corporal. (SANTOS, 2004, p. 40).

Para Góis Junior (2002, p. 47), no final do século XIX e no início do século XX emerge uma nova forma de pensar, uma nova mentalidade que se ocupava de cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Essa atitude, segundo Junior (2002), foi chamada de “movimento higienista”. A ideia central do movimento higienista no Brasil era o de: “valorizar a população como um bem, como capital, como recurso principal da nação.” (RABINBACK, 1992, apud GÓIS JUNIOR, 2000, p. 5). No entanto, esse autor vai afirmar que o movimento higienista era altamente heterogêneo no Brasil, tanto pelo ponto de vista teórico (nos seus fundamentos biológicos e raciais) como ideológico (liberalismo e antiliberalismo). Nesse sentido, destaca-se sua tensão constitutiva que, por um lado, tinha como objetivo estabelecer normas e hábitos para conservar e aprimorar coletivamente a saúde da população. Por outro lado, esse movimento caracterizou-se por sua generalidade e heterogeneidade tanto política quanto científica.

No que se refere aos cuidados e à assistência à saúde da criança no Brasil, até os anos de 1930, esteve nas mãos da iniciativa privada, sendo apenas subsidiada pelo poder público nos anos que se seguiram (MEDEIROS, 2010, p. 13). Na década de 1940, surgem algumas iniciativas oficiais, como o Departamento Nacional da Criança (1940), criado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e a Legião Brasileira (LBA) (1942), sob a inspiração de D. Darcy Vargas. Em Mato Grosso, a elite local e os dirigentes políticos, sensibilizados com a necessidade de cuidar e educar a criança, fundam o Abrigo Bom Jesus. Desse modo geral, na década de 1940, o Estado acabou assumindo a assistência à saúde da criança ao criar o Departamento Nacional da Criança.

O Departamento Nacional da Criança (DNCr), dispositivo vigente no Estado Novo, investiu no discurso médico, pediátrico e higienista. Para a defesa da raça e a formação de um “novo homem”, a eugenia²⁹ apresentava-se como um mecanismo para o alcance desse objetivo. Para Fonseca (1993), não podemos analisar a política de saúde voltada para a criança, durante a década de 1930, sem identificar a presença de ideias eugênicas nos projetos políticos e nos serviços de saúde postos em prática.

Em um período de intensa preocupação com a assistência à infância, compreendida no âmbito da educação, saúde e desenvolvimento social, temos a união entre saúde e educação empreendida pelo DNCr. Vieira ([19--?]), ao investigar a ação do Departamento Nacional da Criança no Estado Novo, aponta que, quando o Ministério da Educação e Saúde criou esse Departamento, unia-se a educação e a saúde na tarefa de enquadrar os indivíduos à nova ordem econômica e social e de legitimar o Estado.

A pediatria, ainda conforme Medeiros (2010), foi levada para dentro do Estado a partir de sua intervenção. Para essa empreitada, o Estado contou com o apoio das lideranças políticas e sociais locais, além de alguns segmentos sociais, como o clero, as professoras primárias e os médicos. Desse modo, nos anos 40, o Estado acabou socorrendo a assistência à saúde infantil no Brasil através do modelo corporativista, criando o Departamento Nacional da Criança. Esse Departamento, dispositivo vigente no Estado Novo, para a proteção à maternidade, à infância e à adolescência, no intuito de alcançar seus objetivos, investiu no discurso médico, pediátrico e higienista, ou seja, no discurso puericultor de exaltações nacionalistas de defesa da raça. Fonseca (1993) ressalta as relações entre a saúde da criança e a influência da eugenia nas décadas de 1930. Nesse sentido, assinala:

Concordo com Nancy Stepan quando afirma que é importante que se entenda a eugenia na história política social brasileira como um dos componentes que caracterizam o discurso social, que apesar de ter se oposto a um racismo extremista, o tempo todo se preocupou com a formação da ‘raça brasileira’. A ideologia racial eugênica que aqui obteve consenso foi aquela que defendia a fusão racial e cultural como uma solução para a estrutura social do País. (FONSECA, 1993, p. 103, grifo do autor).

²⁹ Sobre o discurso eugenista e sua forte presença nas décadas de 1930 e 1940, Silva (2012) pontua que: “Desde o final do século XIX, as teses que justificam o projeto da eugenia são presentes, embora fosse no âmbito do Estado Novo que tal ideia tenha obtido maiores proporções. Foi nesse período que se perseguiu, de forma objetiva, a construção do “homem novo”, cujo espírito da nacionalidade, e de valorização do trabalho como um dever moral, constituía alguns de seus pressupostos básicos. O discurso do Estado era o da ampla associação do “corpo forte” significando um “Brasil forte”. (SILVA, 2012, p. 290, grifos do autor)

Em um período de intensa preocupação com a assistência à infância, compreendida dentro da educação, saúde e desenvolvimento social, temos a união entre saúde e educação empreendida pelo DNCR. Para Vieira ([19--?]):

A associação entre educação e saúde acontece da seguinte forma: à saúde, é delegada a tarefa de sanear o ambiente social, através da higienização dos pobres e do enfrentamento dos problemas que afetam sua vida útil: a má-alimentação e a falta de higiene e cuidados corporais; à educação, cabe a formação moral e a inculcação dos ideais do Novo Estado nas crianças e também é sua tarefa auxiliar na formação de bons hábitos higiênicos. Ambas têm a tarefa de garantir uma mão-de-obra disciplinada, saudável e útil ao progresso da Nação. (VIEIRA, [19--?]).

Esses são exemplos de como os cuidados com a saúde, em muitos momentos, numa trama com a educação, vão tomando lugar em nossa sociedade ocidental. Todas essas medidas voltadas para os hábitos de saúde partiam das classes dirigentes, e, em Mato Grosso, estas, representadas por educadores, jornalistas e principalmente por médicos, vão se “apropriando” do corpo e da mente das crianças, orientando costumes, práticas para um corpo sadio e produtivo.

4.3.2 Um “novo homem” em gestação: a Semana da Criança e seus significados

Alinhada ao projeto de nação, civilização e de um “novo homem” que se pretende na Era Vargas³⁰, a política de assistência e de cuidado à infância revela um cuidado em demarcar um território: o do saber médico. Observa-se que boa parte das medidas voltadas para a infância tratava da sua saúde, constituindo-se, portanto, como uma política encarregada de vigiar, disciplinar e observar riscos que pudessem acometer as crianças, agindo de modo que pudessem moldá-las e civilizá-las conforme os interesses ideológicos da época. Em Mato Grosso, encontramos dados que fazem referência às “Semanas da Criança”, realizadas entre 1942 e 1945, nos jornais “O Estado de Mato Grosso” e “A Cruz”. Tais eventos foram realizados em todo território nacional, particularmente com atividades nos grandes centros populacionais, em consonância com as discussões realizadas em nível nacional. Dessa forma,

³⁰ Eliazar João da Silva (2012) aponta que no período posterior à Proclamação da República no Brasil foram criadas estratégias que buscavam criar um “Brasil Novo”. Porém, foi a partir de 1930 que a possibilidade de criar um “Brasil Novo” expresso tanto na maior participação política do cidadão e no ideal do “homem novo” passa por novas perspectivas: “Mas foi a partir da década de 1930, especialmente após anunciado o Regime do Estado Novo, que tal discussão obteve maiores dimensões, a ponto da atividade esportiva [...] também ser explorada com vistas à construção do novo homem brasileiro.” (SILVA, 2012, p. 283).

o DNCR distribuiu folhetos especiais, sugerindo atividades e determinando qual seria o tema anual: 1942 – “Alimentação”; 1943 – “Infância abandonada”; 1944 – “Proteção à Infância”; e 1945 – “As crianças, as atividades agrícolas, a alimentação”.

4.3.2.1 A semana de 1942

Antes de iniciarmos nossas observações sobre a Semana da Criança de 1942, procuramos trazer para este trabalho alguns discursos sobre a criança, que circularam em anos anteriores. Iniciemos com uma crônica da revista “A Violeta” e a afirmação de que a criança também tem seu dia, sua semana durante o decorrer do ano, de modo que essas homenagens são “dignas do grande valor que representa como elemento constitutivo da grande Família que é a Nação brasileira”. A crônica faz uma observação interessante sobre o significado desse(s) dia(s) e semana(s).

Ela visa elevá-la ao nível de cidadãos úteis e prestativos, sadios e educados para a verdadeira e real grandeza da Pátria, que somente pode medrar e crescer em terreno propício onde sejam cultivadas a educação completa física, moral e intelectual. (REVISTA A VIOLETA, 1939, p. 1).

No discurso dedicado à criança, podemos visualizar para que servem tais medidas e práticas como a da Semana da Criança. Trata-se de produzir sujeitos infantis que possam chegar à condição de cidadãos úteis e prestativos, sadios e educados para a nação, produzidos por meio de uma educação que seja completa física, moral e intelectual. O efeito que se busca, nessa política, segundo Fonseca (1993), é o da criança como futuro cidadão/trabalhador. A nação brasileira é vista como uma grande família e, inserida nesta, a criança é um elemento importante, digno e representativo.

Em 1941, circula no jornal “O Estado de Mato Grosso” uma carta telegráfica, intitulada “Dia da Raça”. Segundo consta nesse telegrama, o dia 5 de setembro foi escolhido para “consagração do Dia da Raça, vai reunir-se por todos os recantos do Brasil uma criança mais capaz, mais entusiasmada e mais alegre que todos os anos.” (O DIA..., 1941, p. 1).

Ao tecer considerações tidas como importantes sobre o Dia da Raça, o texto ressalta que é próprio da raça: “que progride, que cresce, que se fortaleça e se anima no grande desejo de viver, de crescer, de melhorar e de afirmar-se.” (O DIA..., 1941, p. 1). Esse desejo de progresso nas estruturas físicas da raça forjados pelo Estado na Era Vargas está em

consonância com o projeto de nação, com a ideologia de construção de um Brasil materialmente forte, vinculado ao novo contexto socioeconômico de desenvolvimento capitalista. Para fortalecer a raça e inserir sujeitos nesse contexto social, é preciso e, nesse caso, é necessário investir na criança tida como futuro da nação.

O que se entende por raça, no texto acima, é o fortalecimento do povo brasileiro, tão singular em sua formação étnica, pois: “não será preciso discutir pormenores étnicos, características singulares de anatomia, dispositivos especiais glandulares ou fisiológicos.” (O DIA..., 1941, p. 1). Portanto, a raça que se comemora: “no seu sentido nacional, é a comunidade brasileira, é a fibra cívica que incendeia os ânimos patrióticos.” (O DIA..., 1941, p. 1). Para finalizar, o artigo destaca que o sentido de celebrar esse dia, marcando as palavras com forte sentimentalismo, é o de expressão: “nacional, significando a fibra, o espírito cívico, o animal patriótico e a indomável vontade de coesão e soberania.” (O DIA..., 1941, p. 1). No que se refere à juventude ou à infância, a data se configura como uma estratégica para a nacionalidade.

[...] principalmente organizada, disciplinada e consciente, se reúne nesse dia festivo, confortando a nação inteira com a segurança de que, quando mais tarde aquelas unidades infantis desabrocharem para a vida do futuro, o Brasil será unido e soberano, querendo vencer e sabendo como vencer. (O DIA..., 1941, p. 1).

A juventude e a infância brasileiras são tidas como elementos importantes para que a nação, no futuro, se constitua como uma nação unida e soberana.

A possibilidade de construção de uma nação forte é vislumbrada a partir do momento em que a juventude e as crianças se encontram em movimentos, como o do Dia da Raça, de modo organizado, disciplinado e consciente. Esses movimentos oferecem, como podemos deduzir a partir do artigo, confiança e segurança em que o projeto de nação de soberania e união se concretize.

O discurso médico durante a Era Vargas tem um lugar importante na construção de uma nação soberana e unida. Em Mato Grosso, encontramos a ressonância desse discurso que visava à construção de uma nação moderna. Para ajudar no desabrochar das possibilidades da criança na condição de futuro cidadão e trabalhador, foi proferida uma “brilhante palestra” pelo Dr. Agrícola Pais de Barros descrito como: “figura nobre e simpática, de clinico de pobre e humildes, desfrutando, em todas as classes, da popularidade.” (DIA DA CRIANÇA, 1941, p. 3), convidado da professora D. Aline do Nascimento, Diretora da Escola Modelo “Barão do Melgaço”. Tratou-se de uma palestra educativa sobre assunto de sua escolha em função da

passagem do dia da criança, ocorrido no dia 25 de março de 1941. Discorrendo sobre diversos temas, como: “desastres e meio de evitá-los”; “o que devemos fazer enquanto não vem o médico”; “para conservarmos a saúde”; “coisas da boa educação” e “para fechar um pequeno reparo”, seu discurso orientou-se para os diversos cuidados e práticas sadias que se deveria ter, como, por exemplo, atravessar a rua, atenção com os animais para evitar doenças, cuidados com armas de fogo, no lar os cuidados com usos de utensílios, primeiros socorros em caso de afogamento, com enforcados, insolação e ataques de calor, desmaios, corpos estranhos no corpo, alimentação, conselhos para conservar a saúde, entre outros, conselhos estes que as pessoas deveriam ter, pois segundo ele, “o homem moderno precisa raciocinar e agir com rapidez do relâmpago e aquele que não estiver nestas condições, ficará retardado, será vencido, será derrotado [...]”(DIA DA CRIANÇA, 1941, p. 3). A posição do Dr. Agrícola confirma, de certo modo, a afirmação de Gouvêa e Gerken (2010, p. 26) sobre as dimensões culturais, econômicas, cognitivas e psicológicas presentes no século XIX para a definição de civilização. Nesse discurso fica evidente a civilização em suas dimensões cognitiva e psicológica, porque centra-se na valorização das maneiras e costumes. Assim, do ponto de vista psicológico, a polidez está além de uma simples preocupação com as boas maneiras, é o reflexo da natureza racional e moral do homem civilizado, pois nela se percebe o autogoverno através do controle e regulação das emoções. O cognitivo, no homem civilizado, é compreendido pelo seu desejo de compreender racionalmente a natureza sendo auxiliados pela ciência.

O discurso desse médico, na intenção de atender às aspirações de desenvolvimento de uma nação forte e soberana, assume a infância como tempo de vida privilegiado para a consolidação do projeto nacional e a formação do novo trabalhador. Sua palestra foi publicada no Jornal “O Estado de Mato Grosso”, sendo verdadeiro indicador do processo civilizador dos hábitos e das práticas cotidianas de crianças e adultos.

É realizada, em 1 de outubro de 1942, nas dependências da Delegacia Federal de Saúde, como relata o Jornal “O Estado de Mato Grosso”, uma reunião da Comissão encarregada por delegação do Sr. Ministro da Educação e Saúde de promover a comemoração da “Semana da Criança” em Cuiabá. Essa é a primeira edição do programa das comemorações da Semana da Criança na capital de Mato Grosso. Nesse encontro, foram discutidas e aprovadas as bases do programa a ser levado a efeito, de 11 a 18 de outubro de 1942, na Semana da Criança. Conforme assinala o jornalista Archimedes de Lima, a reunião para a

organização da Semana da Criança reuniu leigos e médicos para tratar da “higiene infantil”.

Para ele:

Ao contrário, no improvisado conclave de médicos e leigos, sem embargo de sua heterogeneidade, discutiam-se providências, fixaram-se normas, era a ação mesma que se improvisava. Ficaram de lado os termos técnicos, difíceis, a mitologia não foi, também, lembrada. Tal a reunião que assisti ontem. (ARCHIMEDES, 1942, p. 2).

Médicos e leigos juntos participaram do que foi a primeira sessão conjunta das várias comissões que compõem o comitê organizador da Semana da Criança, em Cuiabá. Presidida pelo Diretor Geral do Departamento de Saúde, Dr. Hélio Ponce, e com: “a assistência de grande número de médicos, teve a referida reunião o comparecimento de vultos da maior expressão em vários setores da sociedade.” (ARCHIMEDES, 1942, p. 2). A participação desses setores nesse projeto resultou em uma norma de ação permanente com o: “Departamento de Saúde, com a cooperação das Escolas e da Sociedade de Assistência à Infância, cujas bases foram também lançadas ontem – em benefício da criança.” (ARCHIMEDES, 1942, p. 2).

O jornalista Archimedes Mendes, ao se referir à “Semana da Criança” de 1942, procura demonstrar o quanto é urgente no Estado voltar-se para as crianças: “basta passar os olhos pelo boletim de estatística demográfico-sanitário que vem sendo publicado regularmente pelo Departamento de Saúde, e ver-se a que espantoso grau chegou à mortalidade infantil em nosso meio.” (ARCHIMEDES, 1942, p. 2).

Toda a sociedade deve estar empenhada nessa ação. Se apenas os vultos, os dirigentes, a elite pensante compareceram na reunião em 1 de outubro de 1942, que organizaria as atividades da Semana da Criança de 1942, agora toda sociedade é conclamada para cuidar da criança e dirimir os seus problemas. E qual seria a finalidade dessa Semana? Para Lima:

Visam as comemorações que hoje iniciamos chamar a atenção não só dos poderes públicos, como da imprensa, dos educadores, dos pais e das mães, de toda gente enfim, para a criança e os seus problemas. Como educa-la, como preserva-la dos males que rondam a infância, em geral, como encaminha-la aos destinos que lhe reserva a Pátria, como, enfim, orienta-la, na vida, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista eugênico, do ponto de vista moral, este o fim da “Semana da Criança”. (ARCHIMEDES, 1942, p. 2).

Em relação à conclamação dos diversos setores sociais, como a imprensa, o poder público e a família, para a questão da criança e de seus problemas, destaca-se a importância que o setor educacional teve nesse processo. Segundo Vieira ([19--?]), esse setor tinha a

responsabilidade de solucionar problemas de disciplinamento da força de trabalho e conflitos sociais, assim, a escola consagrou-se como espaço social adequado para a formação moral e higiênica das crianças, passando a ser o agente da ordem e da moral dominante. O modo como o Estado trata a criança, futuro cidadão/trabalhador, em cooperação com o mecanismo escolar, é atravessado por uma concepção de infância que a define como vida sadia e útil para a nação. Para a participação da escola na Semana da Criança de 1942, coube a ela promover trabalhos escolares sobre as crianças e alimentação, palestra de professores ou outras pessoas sobre a proteção à infância, entre outros.

No que se refere à orientação eugênica, presente no discurso de Archimedes Lima, Teixeira (2011, p. 167) afirma que, na década de 1930, a eugenia se adapta à realidade brasileira, na qual o controle do comportamento passou a ser mais importante que o embranquecimento. Não é mais a preocupação em “embranquecer a população”, presente com a vinda da família real para o Brasil. A partir de 1930, os eugenistas passaram a investir muito mais na formação da identidade social dessa população miscigenada do que no “branqueamento da raça”, de modo a intervir no aperfeiçoamento daqueles considerados sãos. Assim, a eugenia estava na busca de formação de hábitos sadios para o fortalecimento da raça, tornando a cultura física uma aliada do discurso nacional da época. A instituição da educação física, durante o Estado Novo em 1937, com suas atividades físicas, com seu ensino cívico e trabalhos manuais que passaram a ser obrigatórios nas escolas primárias e secundárias de todo o país, é um exemplo da preocupação com a cultura física.

Do ponto de vista da moral, por meio da educação e saúde, é possível moralizar a criança para os bons hábitos morais, comportamentos adequados, domesticado, ordeiro e civilizado.

Como parte das atividades que assinalaram a Semana da Criança de 1942, temos: a Associação de Amparo à Maternidade e à Infância; exposição de utilidades infantis no Cine Clube; concurso de robustez; inauguração do Lactário do Centro de Saúde, exposição de filmes de puericultura, a reorganização das Caixas Escolares e “as intensas propagandas sanitárias nos jornais.” (ARCHIMEDES, 1942, p. 2). Também foi usada como instrumento para discussões das questões ligadas à infância a Rádio Voz do Oeste, meio utilizado por médicos, professores e religiosos para exporem suas ideias.

O concurso de robustez, evento que ocorria no Brasil desde o início do século XX, é uma das atividades desenvolvidas pela Semana da Criança. Nele estavam expressos a “festa do corpo” e o “espetáculo da raça”. O concurso de robustez, segundo Veiga e Gouvêa (2000)

envolvia diversos segmentos e, segundo elas, festejava, mais que a criança, a raça. Assim, para essas autoras, tal prática está situada no interior de práticas discursivas que lhes dão sentidos, cujos significados e relevância devem ser buscados numa rede maior de relações e de poder (VEIGA; GOUVÊA, 2000). Desse modo, afirmam que:

Este evento dá-se no bojo da divulgação do ideário eugenista, fortemente presente no pensamento cientificista característico do período. A promoção da infância da sadia constituía estratégia de divulgação da eugenia pois, ao festejar a infância bela e robusta, criavam-se condições de disseminação e irradiação do ideal de aprimoramento racial. (VEIGA; GOUVÊA, 2000, p. 150).

Figura 6: Eugenia e Robustez



Fonte: O Estado de Mato Grosso, 21 de outubro de 1939.

Os Dione matogrossenses

As irmãs Dione, as cinco gêmeas do Canadá, que de tanta popularidade gozam hoje no mundo inteiro, têm em Mato Grosso três rivaiszinho. Trata-se dos gêmeos Haroldo Cristovam, Aécio Flávio e Marcelo Renato, filhos do casal Umberto Miranda - Alzira Jorge Miranda, residente em Campo Grande. Os três gêmeos de Campo Grande, que contam apenas três anos de idade, ainda incompletos, nada ficam a dever, em graça, robustez e eugenia, como se pode verificar, numa rápida comparação, pela gravura, às famosas Dione canadenses.

Fonte: O Estado de Mato Grosso, 21 de outubro de 1939.

Ao término da Semana de 1942, Archimedes Lima faz sua avaliação considerando que os sete dias de propaganda e de práticas de puericultura ofereceram muitos ensinamentos. O evento permitiu que se voltasse o foco para a criança. Para Archimedes, a Semana desperta a consciência e a atitude diante da mortalidade infantil, problema tão presente naquele momento e visto como um grande perigo que acometia o futuro das gerações, em decorrência dos alarmantes números dos que morriam. Como entusiasta dessa atividade, Archimedes Lima destaca que seus resultados se verificam nas dimensões educacional, sanitária, psicológica e higiênica.

Uma das críticas bastante acentuada que se faz nesse período, de clara intervenção na vida da criança e por extensão na de sua família pobre, era que questões como má alimentação, higiene e doenças, eram atribuídas às famílias por causa de sua ignorância e pobreza. Descartavam-se, assim, as contradições socioeconômicas que permeavam a sociedade.

4.3.2.2 A semana de 1943

A Semana da Criança, realizada no ano de 1943, iniciou-se em 10 de outubro, com uma solenidade no salão nobre do Palácio Alencastro. Segundo consta em artigo do jornal “O Estado de Mato Grosso”, estavam presentes altas autoridades e seletas senhoras, como Maria Felinto Müller (esposa do interventor em Mato Grosso Júlio Strubing Müller) e Hilda de Lima Corrêa, respectivamente, presidente da Liga Brasileira de Assistência e Associação de Proteção à Infância e à Maternidade e o Comandante do 16º Batalhão do Exército, Endero Corrêa. O tema para as discussões programadas pelo DNCr era a infância desamparada. Em discurso proferido na sessão solene de instalação da referida Semana, o juiz de direito da comarca, Dr. Francisco Bianco, proferiu, como magistrado: “uma interessante palestra sobre o problema da Infância desamparada, abordando os seus diversos aspectos que tanto interessam à Medicina Pública como a Justiça, à eugenia e à educação social, à Pátria e a Humanidade.” (A SOLENIDADE..., 1943, p. 3). A infância se apresenta no discurso do Dr. Francisco como alvo de diversos saberes, como a medicina, justiça, eugenia e educação.

A sessão se encerra com o pronunciamento do interventor Felinto Müller, que, num tom ufanista em relação à nação e à raça, considera que foi uma:

“expressiva solenidade com os melhores augúrios das próximas realizações com que Mato Grosso participará da campanha nacional em prol da infância,

obra de fé e patriotismo, na preservação da raça e futuro da própria nacionalidade.” (A SOLENIDADE..., 1943, p. 3).

No discurso de Felinto Müller, podemos compreender que atividades e ações que se voltam para as questões da infância estão ligadas a problemáticas que envolvem a pátria, a preservação da raça e do futuro da nacionalidade. A criança não é pensada a partir das questões, dos problemas colocados pelas suas particularidades. É em nome do futuro de uma raça e de uma nação que ela passa a ser observada, pensada, definida, tratada, cuidada e protegida.

Sobre as comemorações da Semana de 1943, o jornal “O Estado de Mato Grosso” conclama atenção para esta que, entre tantas comemorações que se fazem pelo Brasil afora, é a comemoração da Juventude Brasileira: “lembra a força a perpetuidade da Raça, sob a égide dessa personalidade que é símbolo e glória – o Presidente Getúlio Vargas.” (A SOLENIDADE..., 1943, p. 3). Ressalta, ainda, que a Semana da Criança é, dentre todos os outros, o de maior importância e urgência.

Sem elevarmos a eugenia aos altares sacrílegos que lhe erigiram as teorias neo-pagãs do nazi-fascismo, compreendemos que ela é uma necessidade vital das nações, máxime quando se trata de países novos e de constituição étnica heterogenia como o Brasil.

Todo mundo sabe que é na soma dos indivíduos ‘bem dotados’ física, intelectual, moral e espiritualmente que estão as melhores possibilidades de progresso material e cultural dos povos. Uma nação que esquece, que olvida, que negligencia, a formação da sua juventude, que é a resultante da sua infância, esquece, olvida, negligencia o seu futuro, o seu destino e prepara-se para o desaparecimento prematuro. (A SOLENIDADE..., 1943, p. 3).

Nota-se, nesse discurso carregado de uma linguagem mítica e mística, uma preocupação, um cuidado em não transformar o culto à raça, o seu aperfeiçoamento numa prática nazista e fascista, como estava ocorrendo na Europa, em especial, na Alemanha de Hitler, que não só assustava este continente, mas outros lugares do mundo.

Ao ressaltar a ideia de indivíduos bem dotados, física, intelectualmente, moral e espiritualmente, Fonseca (1993) afirma que a ideologia racial eugênica, assunto consensual no Brasil a partir de 1930, defendia a fusão racial e cultural como uma solução para a estrutura social do país. Desse modo, os objetivos dos eugenistas não eram apenas embranquecer, mas educar a todos, brancos e negros, o que fez com que o Brasil não tivesse uma proposta eugênica tão radical, a exemplo da Alemanha.

Fonseca (1993) ressalta também que a eugenia teve praticantes mais radicais, como Renato Kehl (médico que fundou, em 1918, a Sociedade Eugênica de São Paulo e, na condição de grande propagandista da eugenia, criou, também, a Comissão Brasileira de Eugenia) e seus seguidores, que “defendiam o controle do Estado sobre a reprodução, como instituição de exames pré-nupciais obrigatórios e a esterilização de pessoas consideradas ‘degeneradas e criminosas’.” (A SOLENIDADE, 1943, p. 3), um verdadeiro atentado à liberdade do cidadão em nome dos valores da eugenia. Ainda Fonseca lembra que a “tese de embranquecimento foi por ele criticada, sendo a mistura racial ‘não motivo para celebrar mais sim entristecer’.” (A SOLENIDADE, 1943, p. 3).

Um dos “vultos de grande expressão” da sociedade mato-grossense, o professor Francisco Ferreira Mendes, Diretor Geral da Instrução Pública, profere, em 1943, um discurso na reunião semanal do Rotary Clube, a propósito da Semana da Criança daquele ano:

A semana da criança, é uma iniciativa rotária. Pela primeira vez, em 1920, o Rotary Clube de New York resolveu estabelecer uma semana dedicada exclusivamente à criança, com a finalidade de chamar a atenção dos poderes públicos para os problemas da infância, com especificidade na formação do seu caráter e defesa de sua saúde, preparando para o futuro da pátria, portanto, é a infância a real esperança de uma nacionalidade, e uma pátria, só é forte pela cultura e pelo vigor de seus filhos. (SEMANA..., 1943, p. 1).

Ao discorrer sobre a origem da Semana da Criança, como uma iniciativa do Rotary Clube dos Estados Unidos, na década de 1920, Mendes deixa muito claro quais são os objetivos desse tipo de ação e a quais efeitos se quer chegar. Objetiva-se chamar a atenção dos poderes públicos para o problema da infância, tendo como especialidade, preocupação central, a formação do seu caráter e defesa da sua saúde. Desse modo, prepara-se o futuro da pátria, já que a infância é a real esperança de uma nacionalidade. Assim, com a formação do caráter e os cuidados com a saúde das crianças, pode-se ter uma pátria forte e só é possível uma nação forte, graças à cultura e vigor de seus filhos.

Mais adiante, Mendes informa que essa iniciativa irradiou-se aos demais países da América, se alastrando aos poucos pelo mundo todo: “constituindo hoje uma verdadeira instituição.” (SEMANA..., 1943, p. 1), devido ao caráter das obras de proteção social que se observam nos países de “elevada cultura e civilização.” (SEMANA, 1943, p. 1). Quanto à nação brasileira afirma que: “no Brasil, a semana da criança tem despertado com entusiasmo o espírito e o coração da nossa gente, e em nosso Estado, a compreensão da utilidade deste culto está à altura dos nossos foros de cultura.” (SEMANA, 1943, p. 1). Veiga e Gouvêa (2000), ao

analisarem os festejos comemorativos sobre a infância nas primeiras décadas republicanas em Minas Gerais, afirmam que neste estado da federação o Rotary Club instituiu, em 1935, a Semana da Criança. O evento, de caráter abrangente, contava com participação de vários setores da sociedade e tinha um forte acento eugênico. Profissionais como secretário da educação, médicos, juristas, diretores de grupos escolares participavam da organização da Semana.

Francisco Bianco, Juiz de Direito, ao escrever sobre o início, em todo o Brasil, da primeira Semana da Criança de 1942, a coloca como um dos fatores vitais da grande obra de assistência social em cuja realização está vivamente empenhado o Governo da União, declarando qual a importância de uma empreitada como essa.

A sua transcendente importância, no la atesta a determinação oficial de não esmorecer na campanha, mesmo nesta fase de tão sérias preocupações em que todos os brasileiros se conglomera para a defesa do nosso patriotismo moral e territorial, numa empolgante mobilização do estado de guerra com que altaneiramente retrucamos ao criminoso e traiçoeiro assalto das hordas do Eixo.

E que tão importante é a defesa contra o inimigo externo, como a preservação das resistências físicas e morais da nacionalidade, através dos cuidados com que devemos assegurar a formação espiritual da infância e da juventude que serão o Brasil de amanhã. (SEMANA..., 1942, p. 1).

Francisco Bianco chama a atenção para a importância da defesa do nosso patriotismo moral e territorial, numa mobilização de guerra contra os perigos que este possa sofrer no contexto da Segunda Grande Guerra Mundial (1939-1945), perigo este representado pelas hordas do Eixo (as potências do Eixo foram um dos contendores da Segunda Guerra Mundial). O eixo ao qual se refere foi representado pela Alemanha de Adolf Hitler, pela Itália de Benito Mussolini e pelo Japão de Tojo Hideki. Para Bianco, tão importante é a defesa contra o inimigo externo, mas também a preservação das resistências físicas e morais da nacionalidade, através dos cuidados com que devemos assegurar a formação espiritual da infância e da juventude, já que destas depende o país do futuro.

4.3.2.3 A semana de 1944

Em 1944, ocorreu uma novidade na organização nacional da Semana da Criança, a participação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que passou a ocorrer desde a Semana anterior. Segundo Medeiros (2010), mesmo o Estado procurando mostrar-se como

gerenciador de políticas públicas voltadas à saúde infantil nesse período, buscou-se, junto às lideranças locais e de alguns segmentos sociais, como professoras primárias e médicos, a participação nesse evento. Isto porque não possuía um aparelho burocrático capaz de dar conta dessa função, recorrendo aos recursos do Fundo Nacional da Criança, mantido por doações de particulares para conseguir realizar alguns de seus projetos.

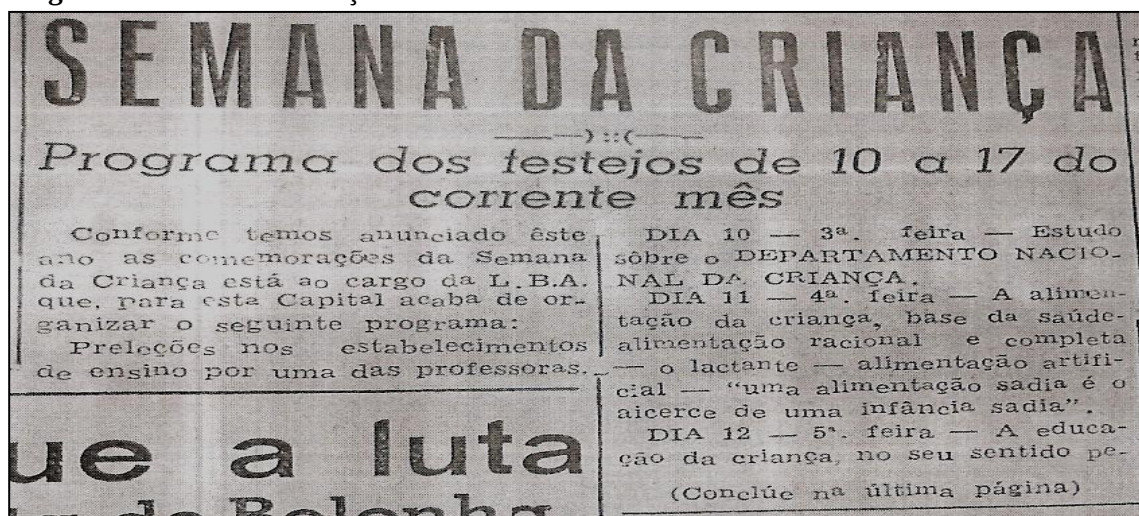
Sobre a participação de doações de particulares para as políticas públicas, foi publicada no jornal “O Estado de Mato Grosso”³¹ a visita de uma comissão da Campanha Nacional de Redenção da Criança. A reportagem relata que há tempos tinha sido organizada no Rio de Janeiro, então capital Federal, a Campanha Nacional de Redenção, com o objetivo de ampliar o serviço de proteção às crianças, considerada como importante organização presidida por Darcy Sarmanno Vargas, que desenvolveu intensa campanha em prol da infância no Brasil, contando, para isso, com o apoio dos serviços federais e regionais do país e da LBA.

Em Mato Grosso, com planos para instalação de postos dessa Campanha, a essa Comissão vieram articular medidas necessárias à instalação de postos. A equipe que visitou Cuiabá era composta por Dr. Hermes Bartolomeu, médico do Departamento Nacional da Criança, Rose Alvernaz, assistente social norte-americana e orientadora de trabalhos com crianças da LBA e Joselina Rabelo Albano, representante da comissão central dessa organização.

Segundo Medeiros (2010), o Estado teve que recorrer constantemente a auxílios e subvenções, impedindo-o de um total controle sobre as ações de assistência à maternidade, à infância e à adolescência no interior do país, criando, desse modo, uma certa dependência do apoio de instituições, como a LBA, para a realização de eventos, como a Semana da Criança, e mesmo com toda a centralização do Estado Novo, o Departamento Nacional da Criança, para conseguir seus objetivos, teve que investir em apelos aos diferentes segmentos sociais e às autoridades locais, através de discursos sentimentalistas, mesclados de higienismo e exaltação nacionalista de defesa da raça. A cargo da LBA, a figura a seguir mostra a programação para Cuiabá, em 1940 (64):

³¹ Em Cuiabá uma comissão da Campanha Nacional da Redenção da Criança. **O Estado de Mato Grosso**. 1 de maio de 1944, p. 1. Caixa: 009. Prateleira: 01-B.

Figura 7: Semana da Criança de 1944.



Fonte: O Estado de Mato Grosso, 08 de outubro de 1944.

Semana da Criança de 1944 – Programação de Cuiabá	
Programa dos festejos de 10 a 17 do corrente mês	
Conforme temos anunciado êste ano as comemorações da Semana da Criança está a cargo da LBA que, para essa capital acaba de organizar o seguinte programa:	
Dia 10	3ª feira - Estudo sôbre o Departamento Nacional da Criança. Preleções nos estabelecimentos de ensino por uma das professoras.
Dia 11	4ª feira - A alimentação da criança, base da saúde – alimentação racional e completa – o lactante – alimentação artificial – “uma alimentação sadia é o alicerce de uma infância sadia”.
Dia 12	5ª feira - A educação da criança, no seu sentido pedagógico – os jardins de infância – as escolas maternas – as escolas primarias – a co-educação.
Dia 13	6ª feira – A educação higiênica da criança – regimen da vida apropriada, compreendendo o asseio corporal de modo geral.
Dia 14	sábado – A educação física da criança, fator necessário para o estabelecimento e beleza da raça – ambiente favoravel ao seu desenvolvimento – habitação assejada, arejada e bem ventilada – a ginástica bem orientada – o repouso.
Dia 14	sábado – Concurso de Robustês Infantil no Centro de Saúde do Estado, às 9 horas – Prêmios aos primeiros colocados.
Dia 15	Domingo – Festival infantil na Legião Brasileira de Assistência – Recitativos – Cantos orfeônicos, etc.
Dia 16	2ª feira – Assistência social da criança – o papel predominante da escola na educação da infância – a escola continuação do lar – a vida em coletividade – o respeito mutuo-veneração cívica aos vultos do passado - respeito à velhice, culto à Natureza – o amor pátrio.
Dia 17	3ª feira – Concentração escolar – demonstrações esportivas- ginástica- distribuição de lanches – Encerramento.
Durante os dias da Semana serão distribuídos aos escolares póbres, na séde dos estabelecimentos escovas e pastas dentifrícias pelo Sr. Dr. Diretor Geral da Saúde do Estado e uma comissão da LBA, visitará o Lactário de S. Jose dos Cocaís.	
Ainda, serão exibidos filmes educativos no Cine Teátro de Cuiabá.	

Fonte: O Estado de Mato Grosso, 08 de outubro de 1944.

A programação das atividades, que ocorreriam sob o patrocínio da LBA supostamente “terão invulgar brilhantismo”, conforme apresenta o Estado de Mato Grosso. A participação da LBA basta para assegurar não só o sucesso das comemorações com as fecundas realizações a que a Semana dará ensejo. Para o desenvolvimento da Semana, D. Maria de Arruda Müller, presidente da LBA estadual, convida professores, jornalistas, autoridades e demais pessoas interessadas para uma reunião na Sede da Legião.

Nas escolas primárias de Cuiabá (estaduais, municipais e particulares), realizaram a “Semana da Criança” com o Departamento de Saúde Pública do Estado, cooperando no plano das comemorações organizadas pela LBA e distribuindo, nas escolas públicas, aos escolares pobres, escovas e pastas dentifrícias. Conforme observamos, todos os temas postos na programação eram discutidos nos estabelecimentos escolares.

Figura 8: Anúncio de creme dental.



Mamãe dá-me Kolynos!

Dê-lhos desde pequenos para que os seus dentes cresçam lindos e são, e quando grandes lho agradecerão. Limpa, refresca e dá esplendor.

Fonte: O Estado de Mato Grosso, 14 de março de 1943.

Na análise da Semana de 1944, destacamos aqui como a cultura física e a higiene tornaram-se cúmplices do discurso eugênico brasileiro para o processo de evolução do povo, sendo a educação física entendida como fator necessário para o fortalecimento e beleza da

raça. Mais uma vez, lembremos aqui a eugenia como valor que movimentou a Semana de 1942, na qual foi proferido o discurso do então Diretor do Departamento de Saúde, Dr. Hélio Ponce de Arruda, por ocasião da inauguração do Lactário do Centro de Saúde:

Nada mais expressivo da nossa evolução social do que esse movimento que se processa por todo o Brasil, objetivando uma melhor assistência à criança. Semente humana que é, requer cuidados especiais, se desejamos fixar um biótipo em consonância com as nossas aspirações de uma vida humana capaz de ser vivida.

Promover pois, por todos os meios e modos, as condições necessárias para esse fim, deve ser a nossa preocupação primeira cotidiana de nosso governo, das nossas instituições sociais, de cada família, de cada cidadão. (SEMANA..., 1942, p. 2).

Desse modo, percebemos como os discursos desenharam os cuidados com a chamada “semente humana”, na fixação de um biotipo desejado, que vinha sendo implantado desde o Dia da Raça. Raça esta que, segundo tais discursos, progredia, crescia e precisava se fortalecer como forma de se afirmar como um dos grandes pilares de sustentação da nação moderna. Para esse progresso, crescimento e fortalecimento da raça, tornaram-se indispensáveis o investimento e os cuidados com a infância.

Infância e raça se confundem e se unem constantemente nos primeiros discursos, quando se referem à proteção à infância. É o futuro da nação que está em jogo, de uma nação onde o capitalismo se desenvolve e se industrializa. Garantir as forças desse futuro, portanto, significa proteger quem irá construí-lo – a criança – se é de força que necessitam a raça e a nação. Assim, sua saúde e educação serão alvo desse desejo político.

Ressalta-se, na análise dos discursos da época, a vontade política de constituir e disciplinar os corpos infantis para o projeto de nação desejado, por meio da sua educação e saúde numa relação de poder. Para isso, a manifestação da biopolítica se faz presente no controle da natalidade, das doenças, dos efeitos do meio, entre outros. A biopolítica e a disciplina incidem nesse projeto, respectivamente, no intuito de constituir crianças saudáveis física e moralmente e na disciplina daqueles que serão o futuro da nação.

Finalmente, cabe ressaltar que as Semanas da Criança, realizadas em Mato Grosso, estiveram em consonância com as discussões e ideias acerca da criança debatidas em âmbito nacional, sendo alvo de uma política de caráter assistencialista, que ocupava, nos discursos, um lugar de promessas e aposta num futuro de grande desenvolvimento nas várias instâncias sociais.

4.4 Infância e Família

Além da preocupação com a educação e a saúde da criança, nota-se, nos discursos da época em análise, a intervenção governamental no seio familiar com vistas à construção de uma família/criança moralizada e sadia. A proteção à infância e à família passa a ser considerada desde a Constituição de 1934 “proteção especial de estado”³². Sobre a proteção do estado em relação à família, Amaro Falcão pontua:

A família brasileira está sob a proteção do Estado. Essa resolução tão profundamente humana quão profundamente patriótica do Estado Nacional conforta a alma dos pais de família e se constitui num estímulo para o desenvolvimento demográfico para o país. (FALCÃO, 1942, p. 2).

Uma questão importante no enunciado acima refere-se ao desenvolvimento demográfico do país. Proteger as famílias também era uma forma encontrada para incentivar as taxas populacionais tão importantes para o engrandecimento e fortalecimento da nação.

A família vai ocupar um lugar importante na sociedade ocidental a partir da constituição da modernidade. Donzelot (1980) afirma que, com o desenvolvimento industrial, a família torna-se alvo importante do Estado moderno. Isso porque o Estado moderno, com o objetivo de manter o desenvolvimento industrial tinha como necessidade o controle demográfico e político da população. Desse modo, uma das ações foi o controle da família, no sentido de disciplinar as práticas de cuidados físicos que essas tinham em relação aos filhos.

Assim, dois modos de intervenção, que tinham por preocupação a saúde física e moral das famílias, entram em jogo nesse contexto: o que se voltou para a família burguesa e outro aos pobres. A primeira deu-se por meio de uma intervenção através da medicina doméstica: “ou seja, um conjunto de conhecimento e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais.” (DONZELOT, 1980, p. 22). Isso permitiu à família burguesa reorganizar-se em torno da educação e conservação das crianças. A segunda forma de intervenção foi direcionada às famílias pobres: “podia agrupar, sob a etiqueta de ‘economia social’ todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua

³² Getúlio Vargas assina em 19 de abril de 1941 o Decreto-lei de número 3.200 que: “dispõe sobre a organização e proteção a família”. O decreto regula o casamento de “colaterais de terceiro grau”, dispõe sobre os efeitos civis do casamento religioso, estabelece incentivos financeiros ao casamento e à procriação, e facilita o reconhecimento de filhos naturais.” (SCHWARTZMAN, 1981, p. 72).

reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos.” (DONZELOT, 1980, p. 22). Desse modo, elas se efetivam a partir de campanhas de moralização e higiene da coletividade, prevenindo-se das consequências políticas da pobreza.

Foucault (2007) também é uma referência importante sobre a questão que envolve a criança e a família no Estado moderno. Ao analisar “o privilégio da infância e a medicalização da família”, situado no crescimento demográfico europeu do século XVII, e a necessidade de integrar essa população ao desenvolvimento do aparelho de produção, houve a necessidade de manter essa população sob o controle do poder, cuidando de sua saúde, tornando-os saudáveis e longevos. Para isso, o poder podia se utilizar de repartições espaciais e cronológicas agindo com vigilância, intervenções e operações transformadoras (FOUCAULT, 2007, p. 198). Assim, a criança, percebida como população específica, passa a ser esquadrihada em todas as dimensões até chegar à sua vida adulta. Nesse contexto, Foucault afirma que:

A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. Adquire, então, uma figura material, organiza-se como o meio mais próximo da criança; tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e evolução. (FOUCAULT, 2007, p. 199).

Costa (2004, p.12) afirma que, a partir da terceira década do século XIX, a família brasileira passa a ser alvo de discursos que a definem insistentemente como incapaz de proteger a vida de crianças e adultos. Tais discursos tinham como justificativa os altos índices de mortalidade infantil, as péssimas condições de saúde dos adultos. Assim, a higiene, com base nos preceitos sanitários da época, impôs à família uma educação física e moral, intelectual e sexual.

Kramer (1995) relata que, a partir de 1930, a família passa a ser culpada pela situação da criança, uma vez que esta, já naquela época, começa a apresentar marcas de dissolução, justificadas pelo enfraquecimento da autoridade parental e pela ausência, cada vez maior, da mulher no lar, resultando numa instituição de estrutura frágil e inconsistente. Para fortalecer a família, o Estado passa a “protegê-la”, convocando principalmente as mães, que, ao mesmo tempo em que são responsabilizadas pelos desvios dos filhos, têm grande papel na formação destes como cidadãos do futuro. Sobre a família, em particular a mulher, recai a culpa por

eventuais descaminhos na vida das crianças, sem considerar, na maioria das vezes, as condições objetivas de vida sobre as quais a família se constitui e se assenta. Desse modo, a educação doméstica, como antecessora à educação escolar, passa a ser um fator importante para a formação da boa conduta e do caráter das crianças, sendo concebida como a verdadeira e a principal para a vida útil e prática.

E é a primeira que recebe, ainda na infância, de nossos progenitores; dela é que depende o bom caráter do homem, a boa sinceridade da mulher. Não existe responsabilidade maior do que seja a de um pai de família; é verdadeiramente grande, grande na extensão da palavra. Sobre ele recai todo o êrro cometido por seus filhos, quando o cometerem por falta de educação. (A BASE..., 1941, p. 2).

A puericultura enquanto um saber científico auxiliava nessa missão que, nos enunciados da época, era genuinamente feminina. A Era Vargas preocupou-se com a criação de uma raça forte e cheia de energia, de modo que o povo brasileiro era visto em desenvolvimento. Porém, uma questão essencial movia as autoridades da época: a mortalidade infantil. Era preciso dar respostas a questionamentos, como por que morrem tantas crianças no Brasil? A resposta a essa questão pode estar ligada, segundo Macedo: “a ignorância ainda dos Paes o fator mais importante do numero espantoso da mortalidade infantil entre nós.” (MACEDO , 1942, p. 2). Para Macedo, a questão da mortalidade infantil e outros problemas de ordem social que sempre acometeram o Brasil passam a ser vistos com mais vigor com a emergência do Estado Novo, que vê, indiscutivelmente com maior interesse, todos os problemas viscerais do país. Mas a questão é de uma importância tão grave que exige, sobre ela, um debate contínuo e um interesse permanente:

Os Paes brasileiros precisam armar-se de meios indispensáveis à criação de seus filhos. Somente o poderão fazer, munindo-se de certos conhecimentos sem os quais todos os esforços redundarão inúteis. A criança precisa viver e, além de tudo, precisa viver sadia e forte para desempenhar, na sociedade, a função para qual veio ao mundo. O papel dos Paes, especialmente da mãe, cujo contacto com ela é mais permanente, é decisivo no seu destino. Tanto a ignorância como descuidados poderão inutilizar ou cortar definitivamente uma vida que poderia ser de grande utilidade para o Brasil. (MACEDO, 1942, p. 2).

Os pais são tidos aqui como os principais responsáveis pela vida dos filhos, e ,se estes morrem, é porque lhes faltou conhecimento nos modos de tratar, sendo a ignorância e o descuido que levam um filho à morte. O prejuízo seria lastimável, pois o país não poderia

mais contar com esta criança que tem uma função e uma utilidade³³. Na perspectiva de Macedo, a família ocupa um lugar central de responsabilidade, cabe, então, apenas uma questão: onde se apresentam as políticas públicas voltadas às crianças? Elas também não são responsáveis por esse quadro? As famílias, principalmente as pobres, passam a ser vistas sem condições de cuidar, zelar por seus filhos, justificando desse modo, a ação o saber médico e suas orientações.

Para auxiliar os pais, Macedo informa que dois médicos de idoneidade comprovada têm a ideia de escrever um livro como uma espécie de guia para as mães brasileiras. Nele são examinadas todas as fases que precedem e sucedem o nascimento de um filho, indicando os cuidados que as crianças exigem e dos quais dependem sua saúde e felicidade. Sendo assim, os Drs. Fernando Magalhães e Clóvis Salgado têm o cuidado de provar tudo, “descendo aos mais insignificantes detalhes.” (MACEDO, 1942, p. 2) ajudando, por que: “a ignorância, às vezes, corta, quando, nem ainda despontara a existência de um ente querido que bem poderia ter um grande destino.” (MACEDO, 1942, p. 2). A obra empreendida pelos médicos³⁴ é de extrema importância para as mães, pois: “é um roteiro seguro para as mães que querem preservar a sua prole das enfermidades e da morte.” (MACEDO, 1942, p. 2). Retirar a prole, o futuro da nação, das garras da enfermidade e da morte é o desafio para o lema “Educar, Sanear e Povoar”. Ainda sobre a função da mãe com seus filhos, escreve Roosevelt, em artigo de jornal, que as mães têm um lugar importantíssimo na educação dos filhos, bem como na construção de um mundo democrático e civilizado. Para Roosevelt, as mães podem ajudar a afastar os homens totalitários que passam perto dos nossos lares, dos nossos filhos. O conselho e as obrigações que prescreve às mães são:

É necessário que os nossos filhos sejam criados em ambientes de paz e de progresso humano. Abaixo as armas e os brinquedos de canhões. Nosso filhos têm um destino muito glorioso a cumprir mas não aquele que busca a chacina da humanidade. A responsabilidade das mães de hoje é muitíssimo

³³ A preocupação com a saúde da criança tornou-se, segundo Foucault (2007), um dos objetivos mais obrigatórios da família: “O retângulo pais-filhos deve se tornar uma espécie de homeostase da saúde. Em todo, caso, desde o fim do século XVIII, o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, límpido, arejado, a distribuição medicamente perfeita dos indivíduos, dos lugares, dos leitos, dos utensílios, do “cuidadoso” e do “cuidado”, constituem algumas das leis morais essenciais da família” (FOUCAULT, 2007, p. 199).

³⁴ Segundo Brito de Macedo o guia para os pais chama-se “Sei criar e educar meu filho” e “o título de tão útil trabalho indica perfeitamente os seus objetivos”. (MACEDO, Brito de. Por que morrem tantas crianças no Brasil? **O Estado de Mato Grosso**. 23 de fevereiro de 1942, p. 02. Arquivo Público do Estado de Mato Grosso. Caixa: 006. Prateleira: 03. A).

grave. É preciso que todos percebam as sanguinolência da atualidade e resolvam encerrar da história fatos hediondos e trágicos. Pensemos no futuro e na posteridade. (ROOSEVELT, 1942, p. 2).

Se a mãe é convocada a se alistar nesse exército, o seio onde se encontra seu filho, a saber, a família, também é pensado, considerado passível de proteção, ou melhor, necessita de proteção. Decisão tida como profundamente humana, a família brasileira coloca-se sob a proteção do Estado, já que esta é tão necessária para o desenvolvimento demográfico. Conta, para essa decisão, o fato de que no passado havia apenas: “méros organismo cobradores de impostos, jamais se interessou pela instituição familiar, esquecido que ele andava de que a família é o fundamento da sociedade.” (FALCÃO, 1942, p. 2). Preocupação mais que justa, já que os indivíduos se reúnem formando famílias e estas reunidas formam a pátria. O Brasil precisa de homens, de uma população mais densa, mais números, por isso era: “de desejar-se que ao invés de recebermos alienígenas fomentássemos nós mesmos, as famílias brasileiras, maior notabilidade.” (FALCÃO, 1942, p. 2).

Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo metropolitano de Cuiabá, em artigo para comemoração dos 50 anos da Missão Salesiana de Mato Grosso, disserta sobre as responsabilidades dos pais na educação dos filhos. Para Corrêa, as atitudes dos pais em relação à educação dos filhos só podiam gerar bons ou maus frutos. Para ele, a idade apropriada à correção dos filhos é a adolescência, pois essa etapa da vida é: “mole como a cera para o vício [...] mas também é para a virtude. De pequenino, diz o refrão, se torce o pepino.” (CORRÊA, 1944, p. 1). Desse modo, assevera que é falta de bom senso deixar os filhos crescerem ao sabor de seus caprichos e pretender corrigi-los depois.

Doma as teimosias do teu filhinho nas gulodices, nos brinquedos, nas pretensões, e mais tarde, não terás dificuldades em afastá-lo das companhias, dos logares e dos hábitos indignos. Ensina a tua filha pequerrucha a largar o boneco, quando tu mandas, e depois de moça, deixará ela facilmente o namorado, que não te agrada. (CORRÊA, 1944, p. 1).

O discurso de Corrêa, autoritário, moralista, sexista, demonstra preocupação com o comportamento das crianças e com o risco que estas correm face às más companhias, lugares e hábitos. Para exemplificar o modo correto de educar os filhos, utiliza como exemplo determinados cuidados que alguns animais têm em relação aos seus filhos e conclui:

Estas pobres mães, compara-as um autor a certas macacas, das quais refere Plínio que, à força de carícias e abraços aos macaquinhos, os afogam e

matam. Das ursas também se lê, que dão a luz uns filhotes mui feios, mas em seguida, lambendo-os e relambendo-os, dão-lhes jeito e forma: compreende-se, porém, que, se bastam lambeduras e carinhos para embelezar um corpo de urso, não bastam absolutamente para formar a alma e caráter de homens. Capacitem-se, enfim, os pais de que suas crianças são animalzinho, que racionais embora, não tem ainda uso da razão, e portanto, não aprendem, por via de regra, a não ser com pancadas. É preciso contrariar-lhes as más inclinações, habituando-as, desde cedo, a mortificarem as sensualidades prejudiciais à saúde do corpo e da alma. (CORRÊA, 1944, p. 1).

O discurso de Corrêa está voltado para educar os pais, de modo que estes eduquem seus filhos. Os pais devem fugir de erros como os mimos e da falta de compromisso com a disciplina, necessários para formar a alma e o caráter do homem. Corrêa considera ou representa as crianças como animais pequenos, que, embora façam parte de uma espécie racional, não fazem uso dela. Na arte de educar proposta por Corrêa não pode faltar a violência punitiva dos castigos físicos, visto que, na falta da razão, a criança não aprende por regra, a não ser com pancadas. Outra preocupação refere-se ao corpo em suas más inclinações. Para isso, sugere que, desde cedo, os pais passem a mortificar as sensualidades que prejudicam tanto a saúde do corpo como a da alma. Preocupado em adestrar o corpo e dele extrair atitudes não reprováveis, Corrêa, como um dos filhos de Dom Bosco, deseja “salvar a alma”, pois via: “na imoralidade a grave falta a ser combatida, ou antes, disso, meticulosamente prevenida.” (FRANCISCO, 2010, p. 193).

Foucault (2007), ao tratar da sexualidade da criança, mostra como ocorreu um verdadeiro processo de moralização da sexualidade infantil no século XVIII, quando se atribuiu uma grande importância à masturbação infantil: “perseguida por toda parte como uma epidemia repentina, terrível, capaz de comprometer toda a espécie humana.” (FOUCAULT, 2007, p. 232). A partir daí o que se assiste é a organização de uma rede de poder muito importante sobre a infância. Para Foucault, houve uma:

Reorganização das relações entre criança e adultos, pais, educadores, era a intensificação das relações intrafamiliares, era a criança transformada em problema comum para os pais, as instituições educativas, as instâncias de higiene pública, era a criança como semente das populações futuras. Na encruzilhada do corpo e da alma, da saúde e da moral, da educação e do adestramento, o sexo das crianças tornou-se ao mesmo tempo um alvo e um instrumento de poder. Foi construída uma ‘sexualidade das crianças’ específica, precária, perigosa, a ser constantemente vigiada. (FOUCAULT, 2007, p. 232, grifo do autor).

A família brasileira passou a ser tutelada, protegida pelo Estado após muitos anos, seja nos grandes centros demográficos do país ou mesmo no norte do Brasil, de negligência por parte da política liberal, relegando-a ao desprezo e ao esquecimento. Desse modo:

O Estado Nacional, patrióta e filantropicamente inspirado, colocou a família debaixo de sua proteção direta e imediata, vigilante e apercebida. Todos os problemas que dizem respeito à conservação, saúde, integridade, honra e prosperidade da família são considerados de interesse nacional. (FALCÃO, 1941, p. 2).

As ações políticas sobre a família eram uma estratégia da política do estado totalitário varguista que trazia consigo a valorização e a ideia de pátria: “O que está claro, o que está evidente é que os indivíduos se reúnem formando às famílias e que as famílias reunidas formam a pátria.” (FALCÃO, 1942, p. 2). O Estado Novo, enquanto uma estrutura social, ao destacar o indivíduo como elemento importante na formação familiar, operava no sentido de que a família constituísse nessa estrutura o lugar em que o Estado penetraria: “no indivíduo, transformando-o na nova pessoa do novo Estado e permitindo a identificação da pátria e da ‘brasilidade’.” (PENA, 1981, p. 83). No projeto político para a família, assevera Falcão, o interesse geral não pode tornar-se refém e nem pode ser prejudicado pelos mesquinhos interesses de grupos e de classes.

A relação entre mãe e filhos ou mulher e criança ocupa um lugar estratégico na família dos anos de 1930 a 1940:

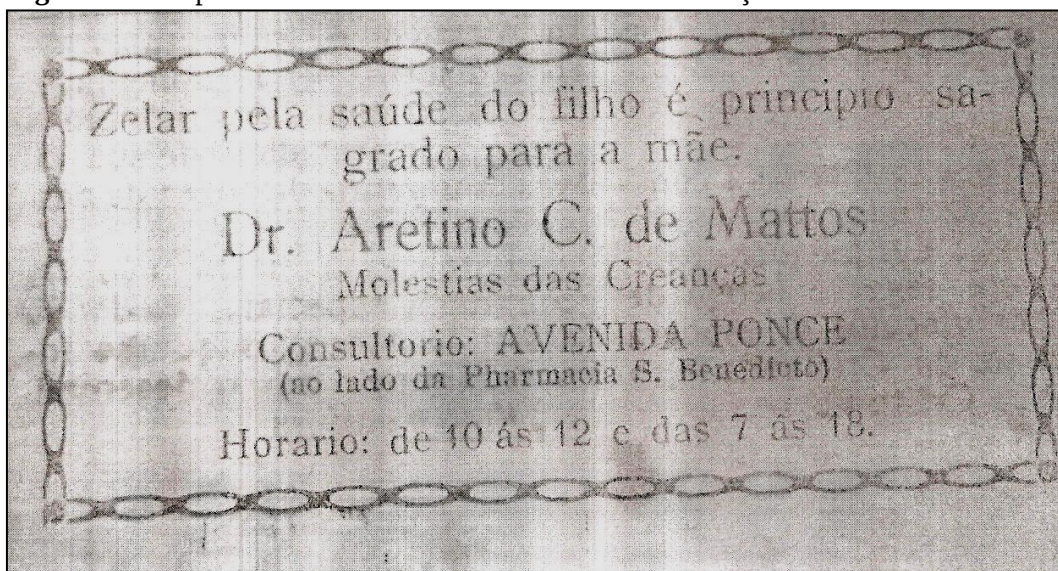
Durante os próximos vinte anos estará você inteiramente consagrada, dia e noite, a velar pela felicidade e saúde dêle. Não esqueça: seu filho representa o prolongamento da sua vida em novas gerações: é quem fará seu sangue e sua carne imortais. Para desenvolver-se, a criança não necessita apenas de todos os cuidados físicos, mas além disso de uma grande ajuda espiritual que só mesmo o carinho intenso da mãe lhe pode dar. (PATRI, 1942, p. 6).

A mãe, segundo Patri, é aquela que recebeu de Deus um presente e por isso constitui para ela tanto uma alegria como uma responsabilidade quase exclusivamente sua³⁵. A criança

³⁵ A compreensão do papel que Patri atribui à mãe fica clara se tivermos em mente que a representação acerca da mãe na década 30 e 40 do século XX era a seguinte: “Ser mãe é dar ao mundo entes criados à imagem de Deus, almas remidas pelo sangue de Jesus Christo e destinada a felicidade eterna. Ser mãe é exercer um grande sacerdócio, um sublime ministério: prepara os ciborios vivos do Santíssimo Sacramento, os templos do Espírito Santo, guardar o maior tesouro da terra - a alma de um christão. [...] As mães têm um poder, uma influencia tal no destino dos homens e das sociedades, que judicioso autor chegar a dizer que toda a historia gira em torno da educação recebida no regaço

é para a mãe, nesse enunciado, a representação de sua continuidade em novas gerações, tornando-a imortal. A mãe deve, além dos cuidados físicos garantidos às suas crianças, cuidar espiritualmente de sua formação por meio de muito carinho e amor por que: “só o amor materno pode desenvolver a alma humana.” (PATRI, 1942, p. 6). Patri alerta, ainda, que o carinho materno é essencial, frente a um mundo estéril e insípido de regras, livros e convencionalismo, que só podem produzir enquanto vozes: “seres eficientes e mecânicos.” (PATRI, 1942, p. 6) e que: “por estas razões, a mãe é inteiramente responsável por tudo o que diga respeito ao menino.” (PATRI, 1942, p. 6).

Figura 9: A responsabilidade da mãe diante da saúde da criança.



Fonte: A Cruz, 05 de novembro de 1939.

Legando à mãe a responsabilidade da educação, da formação do filho, Patri ainda a orienta, no sentido de que, se sentir algum problema relacionado com a criação de seu bebê, pode recorrer às pessoas autorizadas no tratamento de criança.

Médicos, psiquiatra e enfermeiros podem auxiliar a criança com sua ciência; os mestres e professores podem instruí-lo... porém é a mãe é que exerce completa influencia na sua vida. É ela a formadora não só de seu corpo mas também de sua alma. (PATRI, 1942, p. 6).

No discurso de Patri, percebemos a ressalva que faz em relação aos livros que prescreverem regras, pois formam apenas seres eficientes e mecânicos, porém defende saberes

ligados ao discurso científico como auxiliares na arte de criar os filhos. Nota-se, também, no discurso, que se o “projeto de nação” não der certo a culpa é feminina, pois a mulher é a que constrói o corpo e a alma de uma criança. Enfim, podemos identificar, nesse enunciado, que traz à cena os saberes médicos a afirmação de Foucault (2007, p.199) que no fim do século XVIII a família tornou-se agente muito mais presente da medicalização.

A partir da segunda metade do século XVIII ela foi alvo de um grande empreendimento de aculturação médica. A primeira leva disse respeito aos cuidados ministrados às crianças e, sobretudo aos bebês. [...]. Esta literatura aumentará logo com a publicação, no século XIX, de uma série de periódicos e de jornais mais diretamente dirigidos às classes populares. (FOUCAULT, 2007, p. 199-200).

O exemplo dos pais e, em particular, o da mãe é fundamental para a educação de seus filhos.³⁶ As mães são exortadas a fazer de seus lares uma escola e nela transmitir aos seus filhos os bons exemplos. Isso porque elas são as mães dos homens do amanhã. Nesse sentido, ocupam um espaço estratégico no lar, restaurando valores espirituais e crenças num mundo tão conturbado³⁷. Nem todas as mães, segundo o Jornal A Cruz, tem consciência de sua responsabilidade na: “delicada missão de formar a alma da criança.” (ROSA, 1941, p. 1). Porém:

Mas, nem tudo está perdido, dizia um pensador, a mãe cristã se sacrifica na formação da família e dessa energia oculta e desprezada em nossos dias, ha de se levantar de novo a sociedade, quando esta enfim compreender aonde a pode levar o renascimento pagão dos nossos tempos. (ROSA, 1941, p. 1).

A educação doméstica permite aos pais a impressão, o selo de valores morais sobre a criança, moldando seus corpos e conduzindo suas condutas. Os cuidados com o comportamento das crianças são tão importantes quanto os cuidados psíquicos, haja vista que a criança está inserida no campo da descendência familiar. Assim, Patri orienta como se constitui o caráter de uma criança:

³⁶ Para Patri, “O caráter molda-se nas crianças após árduos esforços e cuidados. O exemplo de seus próprios pais é o seu fundamento mais expressivo”. (PATRI. Os primeiros anos da criança: são a base da conduta de toda a sua vida. **O Estado de Mato Grosso**. 25 de janeiro de 1942, p. 6) . Arquivo Público de Mato Grosso. Caixa: 006. Prateleira: 03-A.

³⁷ O teatro, o cinema e a literatura são exemplos de perigo à formação dos jovens e crianças, tidos como corpo social do amanhã: “Nos teatros e cinemas ‘se orienta e se educa’, ou sôfrega sorve os princípios que lhe nortearão a existencia, na literatura fútil e ôca, quando não pornográfica, dissolvente e deletérica que abarrota o mercado” (ROSA, José Ramos. A mãe do homem de amanhã. **A Cruz**. 2 de março de 1941, p. 1). Arquivo Público de Mato Grosso. Caixa: 007. Prateleira: 01-A.

A qualidade do caráter depende da experiência das crianças durante os primeiros anos de vida. Seu falar – a mais importante expressão de sua personalidade e caráter – começa com o balbuciar da infância. Falar com correção deve ser objeto de todos os nossos cuidados, se quisermos que o pequeno obtenha na vida elevado nível social. A boa conduta inicia-se nos primeiros movimentos da criança e vai-se moldando pelos exemplos familiares, pela orientação dos professores e pela leitura dos livros. (PATRI, 1942, p. 6).

São nos primeiros anos de vida que se molda o caráter da criança e na fala – como expressão dos anseios, desejos, necessidades –, se revelam a personalidade e o caráter de uma criança. Nesse enunciado, a fala é tomada como fator importante, seja na constituição da criança e até mesmo para o seu sucesso social, caso domine as regras que estruturam a língua. Mais adiante, Patri chama a atenção para que os pais prestem atenção na vocação dos filhos, de modo que tanto os pais quanto os professores podem estimular a criança, dando-lhes oportunidades para que descubram suas vocações, pois:

Os bons trabalhadores não nascem por geração espontânea. São o produto dum longo e cuidadoso cultivo. Entre os doze e os quinze anos é que a criança é mais propícia a receber os nossos ensinamentos. Nessa idade ou nunca. Se não se souber aproveitar essa época em todos os sentidos, será tempo para sempre perdido. (PATRI, 1942, p. 6).

Assim, o Estado passa a comandar práticas de ação educacionais moralizadoras destinadas às famílias pobres e trabalhadoras, com vistas a incutir-lhes valores morais considerados fundamentais, com alertas para a educação de seus filhos e a necessidade de afastá-los de ambientes viciosos e da rua. Para Rizzini (2008, p. 60), a área médica foi uma das mais atuantes junto às famílias, com a finalidade de orientá-las quanto aos cuidados adequados às crianças por meio, inclusive, de campanhas educativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Representação, processo civilizador e biopolítica da infância na mídia impressa em Mato Grosso nos anos de 1930-1945 constituem os conceitos abordados nesta pesquisa. A pesquisa focaliza as relações entre infância, família/educação/saúde e civilidade/poder. Assim, se produziu uma investigação que aproximou as teorias de Norbert Elias e Michel Foucault e suas contribuições no contexto do biopoder e processo civilizador.

Educação, saúde e família constituem as questões que estimulam a produção desta pesquisa e atravessam seu percurso. Penso, ainda, que mesmo tendo assumido as três temáticas, elas ainda não cobrem toda a superfície do tema – infância –, até porque não fizemos a história de um período, e sim, de um problema: o da representação da infância entre os anos de 1939-1945. Pesquisa que revela, estimula, desnuda e indica novos problemas e caminhos para compreender a problemática da infância em Mato Grosso.

Deste modo, destaco o tripé educação, saúde e família como questões que guiam a pesquisa no período destacado e que me faz pensar, o seguinte: como a infância historicamente foi representada em Mato Grosso nas décadas de 30 e 40 da primeira metade do século XX, inscrita em discursos que constituem seu processo civilizador e práticas de biopoder.

A fonte utilizada, a mídia impressa, mostra algumas das especificidades da história vivida pela infância neste estado, haja vista que esse período foi de grande ebulição do tema em nível nacional, de modo que esta pesquisa contribui, tanto para a história quanto para a educação da infância por essas terras. Os discursos contidos nos jornais levam-me a pensar a infância por determinados conceitos que se desenrolam nesta pesquisa: representação, processo civilizador e biopoder.

Na pesquisa, o tripé educação revela-nos o processo civilizador por que passa a educação da criança mato-grossense pelas páginas dos jornais. Educação esta que visa à formação do “sentimento de brasilidade” e de uma “nova consciência” na “nova geração do Brasil” na criança representada como a esperança do amanhã. Nesse sentido, os discursos analisados objetivam a concretização de tal projeto. Assim, a escola, pelo que se deduz dos jornais da época, passa a ser lócus de discursos e práticas que têm por objetivo operar nos costumes relacionados à saúde e às condutas. As campanhas da “Semana da Criança” e discursos de professores, como o do professor Ulisses Guimarães, por exemplo, operam num processo civilizador de novos hábitos em consonância com o projeto de Brasil na Era Vargas.

A saúde, numa ação modeladora do homem e do aperfeiçoamento da raça e no rastro do biopoder, promove o bem-estar da população infantil, visto que a criança se apresenta como valioso recurso posto à disposição do Estado Nacional. Nesse sentido, vimos como esse poder age positivamente em campanhas, como a “Semana da Criança”, e na construção, segundo os jornais, de postos de puericultura, lactários. A biopolítica e o processo civilizador são conceitos importantes para entender as necessidades do projeto de nação, de construção do novo homem, imprimindo hábitos de higiene e costumes.

Por fim, a família, orientada para melhor conduzir a vida e as condutas de seus filhos, é posta sob a proteção do Estado. Desse modo, muitos dos discursos relacionados à família, são dirigidos às mães, colocando-as como as principais educadoras de seus filhos, tidos como os futuros homens da pátria. Discursos como o do Arcebispo Dom Aquino Corrêa, objetivam orientar os pais no ensino dos filhos. A educação doméstica ocupa um lugar importante na construção de valores morais para a criança. Assim, para transformar o comportamento das crianças também é necessário agir sobre as famílias.

Neto (2002), ao discorrer sobre a imprensa, civilização e educação na Uberlândia do início do século XX, afirma que a imprensa divulga e consolida as principais representações sociais e que ela teve papel importante no início do século na propagação de notícias, valores e opiniões³⁸. Nesse sentido, esse autor aponta que os jornais, além de operar na formação da cultura e padronização do povo, atuavam como veículo educador e, muito mais que ser apenas veiculadores de opinião e cultura, contribuem como elementos que impulsionam a civilidade, o progresso e a formação da nação.

Pela ótica dos jornais de Mato Grosso, analisados nesta pesquisa, é possível examinar algumas das feições das representações que se referem à infância, esquadrinha-se modos de conceber a infância ao destacar algumas questões ensinadas à criança em termos de hábitos e condutas, como percebido nos discursos orientativos do Dr. Agrícola Pais de Barros e do Arcebispo Dom Aquino Corrêa, a preocupação com a educação e os perigos de uma educação leiga, advertências do jornal *A Cruz* em artigo assinado por P. J. B., entre outros. Os jornais permitem a observação de um olhar normativo e civilizador sobre as crianças e percebemos o quanto estes desempenham importante papel educativo/civilizador na sociedade mato-grossense, colaborando para padronizar, moralizar e civilizar as crianças.

³⁸ Para Neto: “O jornal torna-se, dessa forma, um elemento fundamental para se captar as principais representações de uma época, uma vez que centraliza boa parte das opiniões e das atenções da elite intelectual, que trabalha na moldagem da cultura.” (NETO, 2002, p. 206).

A pesquisa revela, ainda, que o ideário da criança como pilar de uma nação em desenvolvimento e progresso, tão forte durante as décadas de 30 e 40 do século XX, se perpetua até os dias de hoje, por exemplo, no mais recente programa de governo. Em 2012, teve início, no Brasil, um programa nacional criado pelo Governo Federal, nomeado como Brasil Carinhoso, que tem na sua ação a proteção à infância pobre. Para facilitar a compreensão sobre o Brasil Carinhoso, segue abaixo discurso da Presidente Dilma Rousseff sobre o Programa:

O Brasil Sem Miséria é o nosso caminho. E o Brasil Carinhoso é a ação nascida do Bolsa Família para continuar a luta iniciada lá atrás por Lula contra a situação de pobreza extrema. Nasce como uma iniciativa que o Brasil oferece aos seus filhos mais frágeis para que eles possam crescer fortes e saudáveis. Para que eles possam crescer com as mesmas oportunidades dos outros brasileiros e brasileiras que têm casa, comida, roupa, remédios, brinquedos, escola e que têm futuro. Nasce, sobretudo, porque junto a ele uma série de programas que se articulam para garantir o futuro. Eu queria citar três programas: o programa das creches, o programa da alfabetização da idade certa, o programa da escola integral. Esses programas se articulam para garantir a saída, justamente a saída da questão da miséria extrema. Por isso, a ação do Brasil Carinhoso, articulado com essas ações é uma ação que constrói hoje o futuro do nosso país. E isso não é retórica, isto é ação real e concreta. Nós temos orgulho do Brasil Sem Miséria. Dentro do Brasil Sem Miséria, dessa ação que nós chamamos de Brasil Carinhoso, porque ela é a mais forte iniciativa de combate à extrema pobreza no Brasil. (ROUSSEFF, 2012, grifo nosso).

Inserido no programa social Bolsa Família, e este, por sua vez, no Brasil Sem Miséria, o Brasil Carinhoso visa combater a miséria extrema na primeira infância ao dividir entre elas a riqueza do país e, ao mesmo tempo, preparar o Brasil para o futuro. Para isso, o Governo Federal distribuiu, por meio do Brasil Carinhoso, uma renda de 70 (setenta reais) mensais às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, conforme os critérios dos programas Brasil Sem Miséria e Bolsa Família. Observa-se, nesse programa de assistência social à criança pobre, que ele é atravessado pelo tripé ou eixo (termo usado no discurso oficial da Presidente Dilma) família, educação e saúde. Em que pese à família, o Programa distribui setenta reais com o objetivo de garantir uma renda mínima a cada membro desta família extremamente pobre que tenha pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. Desse modo, o objetivo é atingir não só a criança, mas a família, retirando-a da pobreza. A mãe, ou a mulher, tem um lugar estratégico nesse eixo, pois ela é vista como a que tem o sacrifício de alimentar e educar os filhos. (ROUSSEFF, 2012).

Quanto à educação, o Programa procura investir na construção de creches para o atendimento das crianças. As creches representam não apenas um teto, mas significam saúde, educação, comida, conforto, lazer e higiene, conforme discurso da Presidente Dilma.

Por fim, a saúde visa ampliar os programas de saúde voltados para as crianças, distribuindo medicamentos de controle à anemia e deficiência de vitamina A.

Para finalizar as observações, percebe-se que, nos novos programas, a visão de criança que ganha destaque é a teleológica e evolucionista, na qual esta só interessa por aquilo que será no futuro, por isso, o investimento no presente da infância. Nesta pesquisa, que por ora encerramos aqui, analisou-se como a infância esteve ligada ao projeto político da Era Vargas, principalmente a partir da instituição do Estado Novo (1937-1945), da nação que se queria construir. Ainda hoje, nas lutas legítimas pela infância mais pobre, no combate à sua condição de miséria, fome e melhores condições de educação e saúde, como a do Programa Brasil Carinhoso, a infância está intimamente ligada ao projeto político de construção de um país desenvolvido e forte. A preocupação com a infância, como salienta Freitas (2011), não pode ser um dado subordinado ao tema desenvolvimento, mas pensada como uma questão pública, assim como pensamos a saúde e a educação, pois se relegarmos a infância apenas à perspectiva econômica, colocamos em risco a civilização, e com possibilidade à barbárie.

REFERÊNCIAS

A BASE da boa conduta. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, p. 2, 23 mar. 1941.

A.M. Escolas de Aprendizizes Artífices. **Revista A Violeta**, Cuiabá, 31 mar. 1939.

A SOLENIDADE inicial da Semana da Criança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 3, 13 de out. 1943.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.), **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARCHIMEDES, Lima. Ainda a Semana da Criança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 21 out. 1942.

ARCHIMEDES, Lima. A Semana da Criança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 2 out. 1942.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 222 p. v. 1

BAZILIO, Luiz Cavalieri. Infância "Rude" no Brasil. In: GONDRA, J. G. (Org.) **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

BEJARANO, Viviane C.; PILATTI, Luiz Alberto. As emoções na perspectiva de Norbert Elias: da evolução biológica e socialização à influência da psicanálise na psicogenia e sociogenia elisianas. In: GEBARA, Ademir; WOUETRS, Cas (Orgs.). **O controle das emoções**. João Pessoa: EdUFPB, 2009.

BOTO, Carlota. O desenvolvimento da criança: entre a Renascença e Século das Luzes. In: MARCOS, Cesar de Freitas; KUHLMANN, Moysés. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Infância e Risco. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 157-174, set./dez., 2010.

_____. **Infância e maquinarias**. 2001. 259 f. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

_____. Que infância é essa? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 23., 2000, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu, 2000. CD-ROM.

_____. O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), 22., 1999, Caxambu (MG). **Anais...** Caxambu, 1999. CD-ROM.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920 -1940.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CANDIOTTO, Cesar. **Foucault e a crítica da verdade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.

CHAMBOULEYRON. Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CORREIA, Francisco de Aquino. A Educação dos Filhos: bons e maus frutos. **Jornal A Cruz,** Cuiabá, p. 1. 22 out. 1944.

COSTA, Dante. Alimentação da Criança Escolar. **Revista A Violeta,** Cuiabá, p. 11, 30 set. 1939.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 2004.

CRIANÇA! **Revista A Violeta,** Cuiabá, p. 1, 31 out. 1939.

CRUDO, Matilde Araki. **Infância, trabalho e educação: os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1899).** 2005. 366 Tese (Doutorado)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- UNICAMP, Campinas, 2005. IFCH.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História social da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

_____. O cotidiano da criança livre no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2010.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Edições Gral, 1980.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** Uma história dos costumes. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

EM Cuiabá uma comissão da Campanha da Redenção da Criança. **O Estado de Mato Grosso,** Cuiabá, p. 1, 1 maio, 1944.

FALCÃO, Amaro. A família sob proteção do Estado. **O Estado de Mato Grosso,** Cuiabá, p. 2, 25 nov. 1941.

_____. Amaro. Pais e Filhos. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 6 ago. 1942.

_____. Pobres Crianças. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 29 ago. 1942.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XX: uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos Souza; JÚNIOR, Décio Gatti. **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas-SP: Autores associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

FONSECA, C. M. O. A saúde da criança na política social do primeiro Governo Vargas. **Physis – Revista de saúde coletiva**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 97-116, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 24. ed, 2007.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 21. ed., 2011.

_____. **Em defesa da sociedade**. Trad. de Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro. Graal, 2011.

FRANCISCO. Adilson José. **Educação e modernidade: os salesianos em Mato Grosso: 1894-1919**. Cuiabá, MT. Entrelinhas: EdUFMT, 2010.

FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GÈLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ÀRIES, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO. Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. “Movimento Higienista” na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo. **ConScientiae Saúde**, São Paulo, v. 1, p. 47-52, ago. 2002.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação: Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio Gatti. **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas-SP: Autores associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares. A escrita da história da infância: Periodização e fonte. In: _____; SARMENTO, Manoel. (Org.). **Estudos da infância**. 2 ed. Petrópolis. Vozes, 2009.

_____; GERKEN, Carlos Henrique (Orgs.). **Desenvolvimento Humano: história, conceitos e polêmicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

HERSCHMANN, Micael M. PERREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR, Moisés. **Infância e Educação Infantil na abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

_____. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cesar de; KUHMAN JR. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LEITE, Gervásio. Séculos da Criança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 12 de outubro, 1944.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagens. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

LEMOES, Flávia Cristina Silveira. **Práticas de conselheiros tutelares frente à violência doméstica: proteção e controle**. 2003. 181 f. Dissertação (Mestrado)- UNESP, São Paulo, 2003.

LEOTTI, Odemar. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado – O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da Nação e da Nacionalidade 1919 a 1969. **CEDAP**, v.7, n. 1, p. 78-100, jun. 2011.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In. DEL PRIORE (Org.). **História da criança no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pajens, órfãos do rei e outras crianças migrantes. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LUENGO, Fabíola Colombani. **A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

MACEDO, Brito. Por que morrem tantas crianças no Brasil? **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 23 fev.1942.

MACIEL, Laura Antunes. A Constituição dos Serviços de Saúde Pública em Mato Grosso – 1880 /1940. In: MULLER NETO, Júlio Strubing; SOARES, Nina Rosa Ferreira;

SCHRADER, Fátima Ticianel (Orgs.). **Políticas de saúde em Mato Grosso: participação social, descentralização e regionalização**. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

MÃES verdadeiras e mães elegantes. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, p. 2, 18 dez.1938.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 1, p. 135-154, 2008.

_____. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

MEDEIROS, Heber Renato Feydit. **Cuidando da criança, trabalhando pela pátria: puericultura e políticas públicas na assistência à saúde infantil no Brasil (1930-1945)**. Niterói: Universidade Salgado Filho, 2010.

MENDES, F.A. Ferreira. A infância e o Estado Novo. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 10 nov. 1940.

MONTEIRO, Durval Gomes. Educação dentária nas escolas. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, p. 2, 27 nov. 1938.

_____. Durval Gomes Monteiro. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, p. 2, 2 abr. 1939.

NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh Novaes. A puericultura em questão. In: MOTTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima (Org.). **Infância e saúde: perspectivas históricas**. São Paulo: Hucitec, 2009.

NUNES, Deise Gonçalves. **Reconhecimento social da infância no Brasil: da menoridade à cidadania**. In: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (Org.). **Educação da Infância: história e política**, Rio de Janeiro: DPRA, 2005.

O ABRIGO do Bom Jesus instalará o Departamento de Proteção à Infância Desvalida. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 1, 23 jul.1994.

O “DIA da Creança” no Licêu Cuiabano. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 4, 27 mar. 1941.

O “DIA da Creança”: Brilhante palestra realizada pelo Dr. Agrícola País de Barros, na sede do Grupo Escolar “Barão de Melgaço”, no dia da creança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 3, 30 mar. 1941.

O DIA da raça. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 1, 3 set. 1941.

PARARA; MEDEIROS. Puericultura e políticas públicas de assistência à maternidade e à infância (1930-1945). ENCONTRO REGIONAL DA ANPHU-RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREZ, José Roberto; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes nos Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140. maio/ago. 2010.

PATRI, Angelo. As mães: o papel das mães. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 6, 1 mar. 1942.

_____. Os primeiros anos da criança: são a base da conduta de toda a sua vida. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 6, 25 jan. 1942.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultura**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

P.J.B. A crise da Educação. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, p. 3, 20 dez.1931.

PÓVOAS, Lenine Campos. **História geral de Mato Grosso**. Cuiabá: [s.n], 1996. v. 1 e 2.

PRATA, Maria Regina dos Santos. A produção da subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. In: **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 28, jan./abr., 2005. p. 108-115.

PRIMAVERA JUNIOR. O Ensino da Higiene Dentária nas Escolas Primárias. **Revista A Violeta**, Cuiabá, p. 14, 30 abr.1940.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 2010.

RIZZINI, Irma. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Assistência a infância no Brasil: uma análise de sua construção**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). **A arte de governar crianças: a**

história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Divania Luiza. A civilidade como pedagogia do comportamento. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED SUL), 9., 2012. **Anais...** [S.l.], 2012.

RODRIGUES, Flávia Sílvia; LIMA, Ana Loura Godinho. **Instituições de assistência à infância no Brasil nas décadas de 1880 a 1960: Um estudo da legislação Federal.** Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbh> Acesso em: 11 out. 2009.

ROOSEVELT, Eleonor. A grave responsabilidade das mães. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, p. 2, 12 mar. 1942.

ROSA, José Ramos. A mãe do homem de amanhã. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, p. 1, 2 mar. 1941.

ROUSSEFF, Dilma (Presidente). **Discurso** [proferido em 2012]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GIo20zSyrLc> Acesso em: 05 fev. 2013

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso.** Cuiabá: EdUFMT, 2007. v. 1. 232p.

SANTOS, Iolanda U. Montano dos. **Cuidar e curar para governar: as campanhas de saúde na escola.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SARAT, Magda. Educação e Infância na Literatura de Viagem no Brasil. In: OLIVEIRA. Lindamir C. V; SARAT. Magda (Orgs.). **Educação Infantil: história e gestão educacional.** Dourados, MS: UFGD, 2009.

_____. A Infância e a Formação Civilizada do Indivíduo em Norbert Elias. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSOS CIVILIZADORES: CIVILIDADE, FRONTEIRA E DIVERSIDADE, 14., Dourados, MS, 2012. In: SEMINÁRIO DO GRUPO DE PESQUISA, EDUCAÇÃO E PROCESSO CIVILIZADOR, 4., Dourados, MS, 2012. CD.

SEMANA da Criança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 17 out. 1943.

SEMANA da Criança: o discurso do Diretor do Departamento de Saúde. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 13 out. 1942.

SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano: astúcia da ordem e ilusão do progresso. In: _____. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: volume 3.** São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SHEINVAR, Estela. Anotações para pensar a proteção à criança. **Revista de Psicologia**, Niterói, v.10, n. 2 e 3, 2000, p. 66-78.

SILVA, Eliazar João da. Saúde, higiene e força física na primeira metade do século XX: Elementos para compreensão da construção do novo homem brasileiro. In: SARAT, Magda; SANTOS, Reinaldo dos (Orgs.). **Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias.** Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SILVA, Marijâne Silveira da. Instrução pública primária pela ótica do jornal O Matto-Grosso no início do século XX. CONPEDUC, 2012, Rondonópolis. **Anais...** Rondonópolis, 2012.

TEODORO, Padre. Dia da Creança. **O Estado de Mato Grosso**, Cuiabá, 27 mar.1940.

THOMAZ, Padre Antonio. Orphãos. **Jornal A Cruz**, Cuiabá, 5 jul. 1931.

VAILATI, Luiz Lima. A mortalidade infantil e a institucionalização da medicina no Brasil. In: MOTTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima (Org.). **Infância e saúde: perspectivas históricas**. São Paulo: Hucitec, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), 25., 2002. **Anais...** Caxambu, 2002.

_____; GOUVÊA, Maria Cristina Soares. Comemorar a infância, celebrar qual criança? **Educação e Pesquisa (USP)**, São Paulo, v. 26, p. 135-160, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: DEL PRIORE (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

VEYNE, Paul. O Império Romano. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe (Org.). **História da vida privada**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

VIEIRA, Gustamara Freitas. **Educação, saúde e assistência no Estado Novo: O Departamento Nacional da Criança**. Disponível em: <<http://187.45.247.38/capemisasocial/Documents/082.pdf>> Acesso em: 25 jan. 2012.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998.